

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CLAUDIA CERQUEIRA DO NASCIMENTO

**IGREJA COMO PARTIDO: CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO ELEITORAL DA
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**

SÃO PAULO

2017

CLAUDIA CERQUEIRA DO NASCIMENTO

**IGREJA COMO PARTIDO: CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO ELEITORAL DA
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**

Tese apresentada à Escola de Administração de
Empresas da Fundação Getúlio Vargas como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Política e Economia do
Setor Público

Orientador: Prof. Dr. George Avelino Filho

SÃO PAULO

2017

Nascimento, Claudia Cerqueira do.

Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus / Claudia Cerqueira do Nascimento. - 2017.
149 f.

Orientador: George Avelino Filho

Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Igreja Universal do Reino de Deus. 2. Eleições. 3. Ciência Política. 4. Igreja e Estado. I. Avelino Filho, George. II. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 261.6

CLAUDIA CERQUEIRA DO NASCIMENTO

**IGREJA COMO PARTIDO: CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO ELEITORAL DA
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Política e Economia do Setor Público

Data de Aprovação: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. George Avelino Filho
(Orientador)
FGV-EAESP

Prof. Dr. Ciro Biderman
FGV-EAESP

Prof. Dr. Taylor C. Boas
Boston University

Prof. Dr. Antônio Miguel Vieira Monteiro
INPE

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo M. de Almeida
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao professor George Avelino Filho, não apenas por sua função de orientador, mas também pela quantidade de coisas que com ele aprendi ao longo destes anos, por toda paciência e apoio nos momentos mais adversos, por todas as oportunidades que ele me proporcionou. Não poderia deixar de ressaltar seu bom humor costumeiro, sempre deixando o CEPESP e as aulas mais divertidos.

Agradeço aos professores das bancas de qualificação e defesa, prof. Sergio Firpo, prof. A. Miguel V. Monteiro, prof. Ronaldo Almeida e prof. Taylor Boas – pela gentileza do aceite, e pela disponibilidade e interesse em contribuir com este trabalho. Ao prof. Ciro Biderman, agradeço por ter participado nestes dois momentos, e por ter me vinculado a diversos projetos do CEPESP – aprendi muito com todos eles.

Agradeço a FAPESP (processo nº 2015/19236-0) e a CAPES pelo financiamento desta pesquisa. Agradeço a Fundação Getulio Vargas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo. Agradeço aos professores Claudio Couto, Maria Rita Loureiro e Mário Aquino Alves, e aos funcionárixs da instituição – todxs sempre tão bacanas – , especialmente Pâmela Tonsa e Maria Tereza Conselmo, pelo bom humor, simpatia, e por sempre quebrarem os maiores galhos.

Aos amigxs que fiz ao longo do curso, Cassiane Jaroszewski, Leonardo Leite, Maria Camila Florêncio, Reginaldo Gonçalves, Rodrigo Taveira, Wesley Seidel: obrigada por todos os cafés, almoços, conversas e discussões que se estenderam para além dos muros da FGV. Para Cristina Costa e Nayara Noronha, um agradecimento especial por terem, cada uma à sua maneira, adentrado o que parecia impenetrável, e por lá permanecer – agora sem qualquer chance de bater em retirada.

Agradeço ao CEPESP e a todxs xs companheirxs de centro: Arthur Fisch, Ivan Mardegan, Lara Mesquita, Jonathan Phillips, Julia Guerreiro e Natália Bueno. À Diane Marques, pelo auxílio prestado em diversos momentos. Um agradecimento especial para Fred Ramos, sempre disposto a ajudar, para Bruno Mítio, pelo compartilhamento dos bancos de organização

partidária, e para dona Joice Garcia e dona Karina Bugarin, amigas queridas de CEPESP, bibliotecas, e tudo mais que há.

Agradeço a University of California, San Diego, e ao professor Scott Desposato, meu supervisor durante o período sanduíche. Agradeço também ao Center for Iberian and Latin American Studies (CILAS) e Isela Brijandez.

À Vera Paiva, um agradecimento especial pela amizade e todo estímulo. Às secretárias do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP, agradeço pela gentileza e simpatia, e por me receberem tão bem durante minha estadia por lá.

Agradeço a Fábio Lacerda e Guadalupe Tuñón, inicialmente colegas com os mesmos interesses de pesquisa, mas que se tornaram amigos queridos ao longo da jornada, com os quais pude dividir a maior parte das minhas conjecturas sobre religião, evangélicos e política.

Agradeço a minha família que, mesmo sem entender que raios eu estava fazendo, apoiou incondicionalmente a minha empreitada. Um agradecimento especial as minhas avós e ao meu avô (*in memoriam*), que foram as pessoas mais divertidas e sensacionais com as quais tive o prazer de conviver!

Por fim, agradeço ainda aos meus amigos de vida toda, aqui representados pelas irmãs Benevenuto, e também a Lucas Spindola & Marcos Santana, Leandro Bastos, Douglas Dias e meu amigo e vizinho Lúcio Evangelista. Para Bia Marins, agradeço pelas *playlists*, conforto e apoio – especialmente nos últimos momentos de conclusão do doutorado.

Who still believes in the myth of secularization?

José Casanova

RESUMO

Religião influencia voto? A participação dos evangélicos tem suscitado esta questão com cada vez mais intensidade. No âmbito acadêmico, cientistas sociais de diversas áreas têm se debruçado sobre este fenômeno para tentar compreender o chamado “voto evangélico”. Esta tese tem como objetivo contribuir com esta literatura ao tentar responder a seguinte pergunta: A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) influencia o voto de seus fiéis? Ao associar o comportamento da igreja com o papel de um partido político, evidencio sua capacidade de coordenação ao analisar aspectos como organização interna, territorialidade e seu envolvimento com o PRB. Ao analisar estes aspectos, elaboro um modelo de *brokerage* da igreja e verifico sua validade. A fim de verificar a eficácia da coordenação exercida pela Igreja Universal, a análise empírica testa a seguinte hipótese: locais de votação mais próximos a um templo da IURD apresentam um incremento de voto no PRB. Para tanto, foi construído um banco original, onde constam dados sobre as igrejas e locais de votação geolocalizados nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, além de resultados eleitorais entre o período de 2008 a 2016. Este estudo apresenta o primeiro teste empírico para verificar a associação estatística entre o *brokerage* da IURD e o *vote share* no PRB. De acordo com o resultado do teste aplicado, existe um efeito positivo no *vote share* do PRB em áreas de influência onde existe um templo da IURD; contudo, quando consideradas as características do eleitorado, este efeito se reduz – o que faz sentido, se considerarmos os múltiplos fatores que influenciam na tomada de decisão de um eleitor.

Palavras-chave: Evangélicos, Igreja Universal do Reino de Deus, Eleições, Coordenação eleitoral, *Brokerage*.

ABSTRACT

Does religion influence voting? The evangelical participation in politics has given room to this question with increasing intensity. Social scientists have sought to understand “evangelical votes”. This thesis seeks to contribute to the existing literature by answering: does the Universal Church of the Kingdom of God (*Igreja Universal do Reino de Deus* – UCKG) influence its congregation’s votes? The church’s ability to coordinate voters is seen by analyzing aspects such as internal organization, territoriality, and engagement with PRB. From this, I derive a brokerage model for the church and empirically test the following hypothesis: locations close to UCKG churches imply an increase in total votes obtained by the Republican Party of Brazil (*Partido Republicano do Brasil* – PRB). I compiled an original dataset containing: church information; voting locations for the states of São Paulo and Rio de Janeiro; and electoral outcomes between 2008 and 2016. This result is in line with the theory that several factors effect electorate behavior. This study presents the first empirical test to verify statistically the association between UCKG brokerage and PRB vote share. Results indicate there is a positive and statistically significant association between PRB vote share in areas of influence where there is a UCKG temple. However, the relationship decreases considering the electorate characteristics.

Keywords: Evangelicals, Universal Church of the Kingdom of God, Elections, Electoral Coordination, Brokerage.

Lista de Figuras

Figura 1.1: Evolução dos Grupos Evangélicos na População - 1980-2010.....	23
Figura 2.1: Composição da Bancada Evangélica por Denominações	36
Figura 3.1 Sobreposição Geográfica AD.....	50
Figura 4.1 Abertura de Templos da IURD (1977-2015)	58
Figura 4.2: Média de Dias de uma Comissão Provisória do PRB - por ano	77
Figura 4.3: Média de Dias de uma Comissão Provisória do PR - por ano	78
Figura 4.4: Média de Dias das Unidades da Organização Partidária – Grandes Partidos – por ano	79
Figura 4.5 Evolução do <i>Vote Share</i> por Partido para Deputado Federal (2006-2014).....	82
Figura 4.6 Índice de Exposição – PRB e PMDB – Rio de Janeiro (2008-2016).....	87
Figura 4.7 Índice de Exposição – PRB e PT – São Paulo (2008-2016)	88
Figura 6.1 Polígonos de Voronoi gerados a partir de pontos de Locais de Votação no Município de São Paulo	102
Figura 6.2: Diagrama de Espalhamento de Moran	111

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 Distribuição dos Evangélicos nas Regiões Brasileiras (2000-2010).....	19
Tabela 1.2 Principais Igrejas Pentecostais em Número de Fiéis	24
Tabela 2.1 Taxa de Eleição de Candidatos (2006-2016).....	31
Tabela 2.2 Fragmentação Religiosa e Partidária na Composição da Bancada Evangélica	37
Tabela 4.1 Proporção de Dirigentes Partidários com Vínculos Iurdianos no PRB	69
Tabela 4.2: Tipos de Órgãos Partidários	73
Tabela 4.3: Comissões Provisórias do PRB - por ano de abertura	76
Tabela 4.4: Evolução do Quadro de Candidatos do PRB - por ano:	80
Tabela 6.1 Descrição das Faixas Etária e Escolaridade Inseridas no Modelo.....	104
Tabela 6.2: Efeito da <i>Presença</i> da Igreja no <i>Vote Share</i> do PRB (2008-2016)	108

Lista de Abreviaturas e Siglas

AD - Assembleia de Deus
AI - Área de Influência
API - *Application Programming Interface*
CC - Congregação Cristã do Brasil
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CEPESP - Centro de Política e Economia do Setor Público
CGADB - Convenção Geral da Assembleia de Deus do Brasil
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CP - Comissão Provisória
CPF - Cadastro de Pessoa Física
DEM - Democratas
DF - Distrito Federal
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPE - Frente Parlamentar Evangélica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Igreja Católica
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEQ - Igreja do Evangelho Quadrangular
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR - Imposto de Renda
IURD - Igreja Universal do Reino de Deus
LISA - *Local Indicator of Spatial Association*
LV - Local de Votação
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MIT - *Massachusetts Institute of Technology*
ONG - Organização Não-Governamental
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMR - Partido Municipalista Renovador
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RJ - Rio de Janeiro
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
SC - Setor Censitário
SP - São Paulo
TSE - Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

Introdução	14
1. Surgimento de um novo ator político: os Evangélicos	16
2. Presença dos Evangélicos no Cenário Político Brasileiro	27
2.1 <i>Début</i> dos Evangélicos na Política	27
2.2 Candidatos Evangélicos.....	29
2.3 Candidatos evangélicos a cargos majoritários.....	33
2.4 Evangélicos no Congresso Nacional	34
3. Igreja como Partido?.....	40
3.1 Conceito de Partido Político	41
3.2 Estrutura Organizacional das Igrejas	45
3.3 Análise de Fragmentação das Igrejas	48
4. Mecanismos de Coordenação da Igreja Universal	52
4.1 Mecanismos de Coordenação e Estratégia Política da IURD.....	52
4.2 Território Iurdiano	56
4.3 Estratégia de Distribuição de Candidatos e Filiação Partidária.....	61
4.4 Partido Republicano Brasileiro – o “braço político da Universal”.....	65
4.4.1 Dirigentes Partidários	67
4.4.2 Organização Partidária	72
4.4.3 Presença do Partido nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro	83
4.5 Algumas Considerações	90
5. Pastores como <i>Brokers</i>	92
5.1 Modelo de <i>Brokerage</i> Iurdiano.....	94
6. Análise Empírica	99
6.1 Estratégia Empírica.....	99
6.2 Descrição dos Dados e Construção das Variáveis.....	101

6.3 Limitações do Modelo	104
6.4 Resultados.....	107
Considerações finais	114
Referências Bibliográficas	119
APÊNDICE I.....	126
APÊNDICE II	133
APÊNDICE III.....	134
APÊNDICE IV	135

Introdução

Religião influencia voto? Igrejas são instituições semelhantes a clubes, se considerarmos que há uma adesão voluntária por parte de indivíduos que se identificam com o grupo. É razoável assumir que a religião exerça influência sobre seus membros – não apenas por causa da doutrina teológica, mas também por razões como o desenvolvimento de um senso de comunidade, identidade e pertencimento, e a relação de confiança gerada entre os líderes religiosos e seus fiéis, e entre os fiéis.

A religião sempre esteve imbricada na política. O Brasil, a Igreja Católica exerceu um papel importante em suas relações com o Estado. Mas é somente quando mudam os atores que esta relação causa certa comoção na opinião pública. A participação dos evangélicos tem suscitado esta questão com cada vez mais intensidade. No âmbito acadêmico, cientistas sociais de diversas áreas têm se debruçado sobre este fenômeno para tentar compreender o chamado “voto evangélico”.

É preciso desmembrar o “fenômeno evangélico” em, pelo menos, duas partes: uma diz respeito às investidas dos evangélicos, inicialmente avessos a política, neste campo de atuação – o que engloba a utilização de sua identidade como *cue* eleitoral, bem como a difusão de seus valores éticos e morais como valores necessários a política etc. A segunda parte, mais específica, trataria da participação efetiva desta categoria na política, referindo-se as igrejas que, tal como a IURD, avançam em direção a seus interesses ao eleger políticos que as representem, por exemplo, no Congresso.

Esta tese tem como objetivo contribuir com esta literatura ao tentar responder a seguinte pergunta: A Igreja Universal do Reino de Deus influencia o voto de seus fiéis?

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi escolhida como estudo de caso por se destacar das outras igrejas pentecostais em relação a sua atuação política. Como argumento principal desta tese, afirmo que a eficácia política da IURD é decorrente de sua centralidade e capacidade de coordenação eleitoral, ações até então atribuídas aos partidos políticos. De acordo com esta premissa, a IURD assume o papel de partido ao coordenar seus candidatos a partir de levantamentos sobre viabilidade política, e apresenta a capacidade transformar fiéis em eleitores e viabilizar as carreiras de seus candidatos.

Este trabalho contribui com a literatura sobre os evangélicos na política em quatro principais aspectos: 1) sistematizar estudos sobre a Igreja Universal do Reino de Deus,

permitindo que estudos semelhantes sejam replicados para outras igrejas relevantes em termos políticos; 2) por ser o primeiro estudo no Brasil a analisar o papel da igreja enquanto partido político, lacuna nos estudos presentes nesta literatura; 3) utilização de um banco de dados inédito contendo dados georreferenciados das localizações das igrejas e dos locais de votação; e 4) pela construção de um teste – até então inédito – acerca da influência de uma igreja no resultado eleitoral.

Esta tese, além desta breve introdução, está organizada em seis partes mais as considerações finais. O Capítulo 1 é dedicado a introdução dos evangélicos enquanto novo ator político e social no Brasil contemporâneo. O Capítulo 2 aborda sua presença na política e discute o problema de especificação teórica e empírica ao estudar os “candidatos evangélicos”. Segundo argumento, para entender as estratégias políticas das igrejas evangélicas, é preciso discernir quem são os candidatos evangélicos dos candidatos oficiais da igreja. Vale ressaltar que poucas são as igrejas que têm alguma estratégia política, e menos ainda as que têm escala para implementá-las com efetividade. Neste contexto, apresento a Igreja Universal do Reino de Deus como estudo de caso devido a sua atuação semelhante a de um partido político. As definições de partido utilizadas para fazer o paralelo com a igreja estão no Capítulo 3. O Capítulo 4 apresenta as estratégias político eleitorais da Universal e seu vínculo com o PRB; o Capítulo 5 descreve como seria o mecanismo de *brokerage* da IURD, com base nas estratégias utilizadas pela instituição. Este capítulo serve também para construir os pressupostos da análise empírica disponível no Capítulo 6, a fim de testar a hipótese de influência da igreja. Finalmente, a última parte sumariza e conclui a pesquisa.

1. Surgimento de um novo ator político: os Evangélicos¹

“Bastaria o argumento do amor cristão para fazer com que os crentes votassem nos crentes. Porque quem ama, não quer ver o seu irmão derrotado... Crente vota em crente, porque, do contrário, não tem condições de afirmar que é mesmo crente”
(Sylvestre, 1986, p.53-54)

A discussão contemporânea acerca da laicidade do Estado retoma, de alguma forma, o processo de secularização ocorrido no século XIX², quando a separação entre Igreja e Estado constituiu um dos preceitos do Estado moderno. A religião deveria ser confinada ao foro íntimo dos indivíduos, não fazendo mais parte das esferas públicas, garantindo assim autonomia ao Estado. Mas, a despeito do processo histórico de separação entre estas instituições, religião e política nunca deixaram de estar imbricadas.

O Catolicismo foi a religião oficial do Brasil desde sua colonização até 1890, quando o Regime Republicano decretou separação entre a Igreja e o Estado. A República reconheceu o caráter laico do Estado e garantiu o direito de liberdade religiosa, desmantelando o monopólio da Igreja Católica (IC) (Mariano, 2007). Contudo, estas medidas não foram suficientes para refrear a influência da Igreja Católica. De forma indireta, a IC permaneceu como uma das principais interlocutoras em questões políticas e sociais no Brasil. Para mencionar eventos mais recentes da presença da IC nos meandros políticos, vale citar que a alta hierarquia católica, mais conservadora, apoiou o Golpe de 1964, dando respaldo à cruzada anticomunista e conduzindo a população à Marcha da Família com Deus pela Liberdade; por outro lado, o movimento dos dominicanos vinculado à esquerda lutou incessantemente pelo fim da ditadura.

Além disso, o período entre 1950 e 1970 foi marcado por intensas experiências pastorais e inovações de cunho progressistas, como é o caso do Concílio Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 e 1965, e do surgimento da Teologia da Libertação, nascida na década de 1970,

¹ As palavras "Evangélico", "Pentecostal" e "Protestante" são usadas indistintamente no Brasil. Embora todos os termos tenham, de alguma forma, se iniciado a partir do mesmo movimento – cristãos que rompem com a Igreja Católica durante a Reforma Protestante –, esses conceitos não têm o mesmo significado. O protestantismo refere-se às igrejas derivadas da Reforma Protestante (Luterana, Presbiteriana, Batista, Anglicana etc.); o evangelismo está relacionado às igrejas que têm a Bíblia (Evangelho) como a única regra e fé a serem seguidas. O pentecostalismo, por sua vez, foi um movimento religioso criado nos Estados Unidos na década de 1970, influenciado por cultos Metodistas e Batistas, no qual o Espírito Santo é supostamente responsável por milagres, curas e, principalmente, glossolalia. Mesmo tendo em vista toda complexidade que envolve a gênese, os desdobramentos e questões de identidade relacionada a cada uma das vertentes aqui citadas assumirei, para fins de simplificação, “Evangélico” e “Pentecostal” como sinônimos.

² Sobre secularização, ver Pierucci (1998) e Mariano (2007).

após publicação do livro de Gustavo Gutierrez, “*Teología de la liberación. Perspectivas*” (1971). Esta corrente, responsável pela criação e disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)³, é apenas um exemplo do envolvimento da IC com diversos setores da sociedade; foi uma época de grande participação da igreja na vida política e social brasileira⁴, envolvendo a instituição no intenso processo de transformação social da época. Ainda, vale ressaltar a relação entre a esquerda católica, ligada à Teologia da Libertação, e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Relação duradoura, ainda vigente, mas enfraquecida pela chegada de novos atores nos cenários social e político das décadas seguintes.

Neste ínterim, acontecia no Brasil – mormente a partir da década de 1950 – a chegada de novas denominações religiosas, o que conseqüentemente ocasionou a paulatina diminuição do monopólio católico. Digo “a partir de 1950” porque, embora a chamada primeira onda do pentecostalismo brasileiro tenha sido iniciada a partir de 1910 com a vinda de importantes denominações como Congregação Cristã (CC) e Assembleia de Deus (AD) (Almeida, 2009), a fragmentação religiosa foi intensificada entre as décadas de 1950 e 1960, marcada pela segunda onda do pentecostalismo – que tem entre seus principais expoentes a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), Brasil para Cristo e Deus é Amor (Freston, 1993; Mariano, 2004).

A terceira onda teve início em 1970 e foi até meados de 1980, quando surgiram as denominações neopentecostais, tais como Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Igreja Internacional da Graça de Deus. Ao mesmo tempo em que houve a propagação das igrejas evangélicas, a Igreja Católica enfrentou a extenuação de sua atuação política e a repressão de movimentos internos como Teologia da Libertação e CEBs como consequência da pressão exercida por setores neoconservadores (Mainwaring, 1989) em reação às inovações eclesiais, consideradas “muito progressistas” pela nova cúpula da igreja no Vaticano. Houve uma perda massiva de fiéis. Para resistir a forte concorrência, a IC teve que se reinventar, reforçando o movimento da Renovação Carismática, adotado por volta dos anos de 1960, proveniente do Protestantismo.

A transição da composição religiosa ocorrida nas últimas décadas não foi um fenômeno exclusivo do Brasil, este foi um processo comum em toda a América Latina. Segundo o estudo

³ PIERUCCI, Antônio Flávio. Comunidades Eclesiais de Base: origens e primeiros desenvolvimentos. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, SP, n.2, p. 48-53, 1982.

⁴ A Igreja Católica ainda apresenta um importante papel na organização de serviços sociais e assistenciais no Brasil. Após a redemocratização, houve uma expansão das Organizações Não-Governamentais (ONG) comandadas pela igreja, além da criação de organizações defensoras de direitos humanos, tais como Caritas e Comissão de Justiça e Paz.

realizado por *Pew Research Center* em 2014⁵, a média de indivíduos que se declaravam católicos na região foi de 92,9% em 1910 para 64,9% em 2014. No Brasil, o Censo demográfico realizado em 1872 pelo IBGE mostra que 99,7% da população se declarava católica. Em cerca de cem anos, no recenseamento de 1970, o percentual de católicos havia caído para 91,8%. De 1980 em diante este grupo diminui circunstancialmente, até chegar a 64,6% em 2010. Enquanto isso, a proporção de evangélicos na população cresce de 6,6% em 1980 para 22,2% em 2010⁶.

A chegada de novas denominações religiosas trouxe consigo a expansão e complexificação do mercado religioso brasileiro, além de intensificar a competição por fiéis. Esta competição se dá tanto no âmbito *inter-religioso* (Igreja Católica *versus* Evangélicos *versus* Religiões Afro-brasileiras etc.), quanto no âmbito *intra-religioso*, quando diferentes denominações evangélicas disputam fiéis.

Estudos mais detalhados sobre a diversificação religiosa no Brasil mostram que o processo de competição inter-religiosa não ocorre de forma homogênea na população, mas em camadas sociais e espaços geográficos específicos (Bohn, 2004; Jacob *et al.*, 2003; Jacob *et al.*, 2013; IBGE, 2010; Mariano, 2011). A partir da década de 1950, houve um forte movimento demográfico de atração para os grandes centros urbanos, especialmente no Sudeste. Como consequência das migrações em massa, cidades cresceram desordenadamente e periferias foram se formando, a fim de acomodar as camadas mais pobres da população. O avanço das igrejas pentecostais coincidiu com a expansão demográfica das cidades, o que permitiu às novas instituições – ávidas por disseminação e com maior dinamismo institucional e capilaridade – acompanhar a nova configuração das cidades.

⁵ O estudo pode ser acessado no seguinte link: <http://www.pewforum.org/files/2014/11/Religion-in-Latin-America-11-12-PM-full-PDF.pdf>

⁶ Segundo relatório da PEW, a população evangélica no Brasil chegou a 24% em 2014.

Tabela 1.1 Distribuição dos Evangélicos nas Regiões Brasileiras (2000-2010)
(Proporção de evangélicos sobre o total da população por região)

	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total de Evangélicos	15,4	22,2	19,8	28,5	10,3	16,4	17,5	24,6	15,3	20,2	18,9	26,8
Evangélicos de Missão ⁷	4,1	4,0	4,3	4,8	2,9	3,4	4,3	3,9	5,7	5,0	4,2	4,1
Evangélicos Pentecostais	10,4	13,3	14,4	20,1	6,9	10,1	12	14,3	8,7	10,9	13,4	16,6
Evangélicos Não Definidos	1,0	4,8	1,1	3,6	0,5	2,9	1,2	6,3	0,9	4,3	1,3	6,1

Fonte: IBGE, 2010.

⁷ As chamadas “Evangélicas de Missão” pelo IBGE são correspondentes às igrejas “Históricas”, conforme literatura do campo religioso, que são as igrejas diretamente ligadas à Reforma de Lutero: Luterana, Anglicana, Batista, Presbiteriana etc.

Por conter dados de apenas duas décadas, a série apresentada na Tabela 1.1 não é capaz de mostrar a conexão entre as dinâmicas espaciais da população e o avanço das religiões no espaço, mas consegue evidenciar que a disseminação geográfica dos evangélicos se dá de forma desigual pelas regiões do país. A distribuição deste grupo apresenta padrões regionais: expansão no Norte e Centro-Oeste, que são as regiões que mais cresceram na última década; forte contingente evangélico no Sudeste, predominantemente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, sob forte influência da IURD; pouca penetração no Sul e no Nordeste, por motivos distintos – o Nordeste é a região mais católica do Brasil, enquanto o Sul mantém a tradição das evangélicas de missão (ou históricas, especialmente a Luterana), trazidas pelos imigrantes alemães.

Por que a Igreja Católica não foi capaz de acompanhar a disputa por fiéis, que ocorreu mais fortemente entre as igrejas evangélicas? Até então a maior igreja do país, estabelecida desde seu descobrimento, por que não acompanhou a rápida expansão territorial alocando, por exemplo, uma paróquia em cada um dos novos bairros que surgiam, tal como fizeram os evangélicos?

Para Chesnut (2003), os quatro séculos de monopólio religioso da IC, legitimado pelo Estado (o que o autor chamou de “coerção estatal”), foi o motivo pelo qual a América Latina – especialmente o Brasil – se formou massivamente católica. É sabido que as religiões monopolistas são caracterizadas por um grande número de crentes apáticos, uma vez que o atendimento a serviços religiosos não é obrigatório e os consumidores podem simplesmente denominar-se pertencentes a uma religião sem consumir seus serviços (“católicos não praticantes”).

Também os produtos religiosos ofertados são invariáveis, deixando de estimular a fé e a participação dos fiéis. Um bom exemplo são as missas da Igreja Católica Apostólica Romana: padronizadas, estas contam com poucas mudanças em seu formato através dos séculos (o fim do uso do Latim e o posicionamento dos padres, agora virados para o público, são duas das grandes alterações deste culto desde a Idade Média).

Em resumo, em uma situação de monopólio, do ponto de vista do produtor (neste caso, a igreja), não há incentivos para gerar diferenciação em seu produto; do ponto de vista do consumidor (religioso), a única escolha é consumir ou não o produto oficial. Com a chegada de novas igrejas, a fé que antes era imposta como produto de um monopólio agora deve ser produzida e ofertada a clientes livres para consumir o que lhes parece mais atraente (Berger, 1990).

Historicamente, a Igreja Católica concentrou seu capital religioso na elite da sociedade colonial – os católicos ativos tendem a ser desproporcionalmente concentrados nas classes média e alta. Com a maioria dos eclesiásticos ocupados com a camada mais abastada da sociedade, os índios, escravos africanos, mestiços e mulatos, que representavam a maioria da população, desenvolveram um “catolicismo popular” (Chesnut, 2003), misturando elementos de matrizes africanas e outras, criando uma fé ao seu alcance. Quando a urbanização se tornou um processo massificado, esta parcela da população foi se distribuindo e alojando às margens das cidades, onde nenhuma instituição podia alcançar⁸.

Foi este grupo de católicos ignorado pela igreja institucional que se tornou o maior consumidor das novas doutrinas, formas de culto, flexibilidade e adaptação das igrejas pentecostais, que abertamente disputavam mercados e puderam seguir as mudanças demográficas ocorridas nas décadas que se seguiam.

Além disso, a rigidez institucional da Igreja Católica não foi capaz de fazer frente ao grande número de denominações que chegaram, cresceram e se multiplicaram no Brasil: IC caminha a passos mais lentos devido ao seu nível de burocratização e institucionalização – a formação de um padre leva anos, ao passo que, em casos extremos, um pastor pode formar-se em apenas três meses. Ademais, Mainwaring (1989) atenta para um *déficit* de padres no Brasil, que levou a Igreja Católica a incentivar a existência das lideranças leigas (os fiéis). Com o passar dos anos, a igreja foi encolhendo e perdendo suas lideranças – tanto devido a repressão do Vaticano quanto pela conversão dos católicos em evangélicos.

O dinamismo institucional inerente às igrejas evangélicas pentecostais foi responsável por seu avanço, permitindo que estas preenchessem o vácuo deixado pela IC, tornando-se as protagonistas do assistencialismo nas periferias das grandes cidades, lugar que antes era da Igreja Católica. Isso explica, em grande parte, a forte presença destas nas periferias, onde os braços da IC têm alcance limitado. A decisão de abrir uma nova paróquia, por exemplo, envolve muitos atores e esbarra em muitos processos, enquanto para as igrejas pentecostais, abrir um novo templo é uma decisão estratégica que depende de seus dirigentes.

Embora venham continuamente aumentando sua proporção na população brasileira, arrebanhando fiéis que outrora pertenceram ao Catolicismo ou religiões afro-brasileiras, as igrejas evangélicas enfrentam agora um mercado religioso ainda mais competitivo, constituído

⁸ Não estou, com isso, afirmando que os pentecostais pertencem às camadas mais pobres da população – Bohn (2006) já mostrou que esta é uma falácia pois, na média, católicos e evangélicos têm a mesma renda média. Refiro-me a um processo histórico e social mais amplo, não apenas relativo a renda.

pela disputa entre as próprias denominações evangélicas, o que chamo de “competição intra-religiosa”. Nesta arena, as igrejas evangélicas se enfrentam umas às outras, gerando desproporções populacionais entre as diversas denominações (Iannaccone *et al.*, 1997; Iannaccone, 1998; Campos, 2011; Lacerda, 2017).

Resultante desta competição, há um alto grau de dissidência entre denominações, visto que o custo de se desvincular e recomeçar em outra igreja é muito baixo para os fiéis. A falta de quórum coloca a viabilidade do culto em perigo e poucas são as opções para fidelização de público por parte das igrejas. Quanto maior é a igreja, mais possibilidades em promover ações para manutenção de seus membros. Quando estas são pequenas, logo mais dependentes do número de membros, mais rígidas em relação à doação de dízimo, normas de comportamento e restrição ao consumo de bens não relacionados ao campo religioso (Campos, 2011).

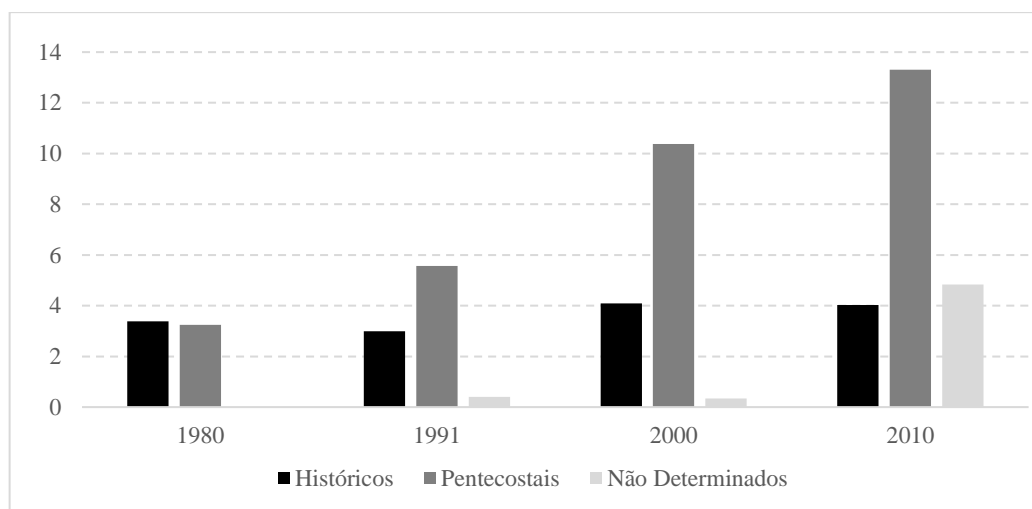
O Neopentecostalismo, encabeçado pela Igreja Universal do Reino de Deus, é hoje a tendência mais influente dentro do movimento pentecostal, e também a vertente que mais cresce devido a táticas agressivas utilizadas para angariar fiéis, tais como a ocupação de maior espaço na mídia brasileira (Freston, 1993; Mariano, 2004; Machado, 2006) e também na política. Abordarei este tema com mais profundidade no Capítulo 4. Por ora, limito a retratar e discutir o cenário do mercado intra-religioso evangélico das últimas décadas.

Nem todas as denominações protestantes mantiveram o mesmo ritmo de crescimento nas últimas décadas: a Figura 1.1 mostra que o número de fiéis pertencentes às igrejas Históricas (Batistas, Presbiterianos, Luteranos etc.) manteve-se praticamente constante ao longo dos anos. Denominações pentecostais (e neopentecostais) ascenderam de 3,2% da população em 1980 para quase 14% em 2010 sendo, atualmente, o grupo com o maior número de seguidores; a este grupo pertencem as maiores igrejas brasileiras (ver Tabela 1.2), reconhecidas por empregarem maiores esforços em prol de sua expansão religiosa, midiática e também política – o que será discutido mais adiante.

O crescimento da parcela de evangélicos “Não Determinados” saltou de 0,34% em 2000 para 4,8% em 2010, totalizando 21% do total de evangélicos no país. Ainda sem definição precisa, pode-se supor que este grupo seja composto por uma diversidade de indivíduos ligados à religião, mas que não sabem exatamente a denominação a qual pertence sua congregação, em função da disseminação de igrejas dissidentes de grandes denominações; frequentam a igreja mais próxima de seu local de residência ou trabalho; frequentam igrejas de outras confissões por mudança de endereço na própria cidade ou em outra cidade. Ou, ainda, esta categoria pode

ser uma variante evangélica do conhecido “católico não praticante” (Jacob *et al.* 2013, Mariano, 2011).

Figura 1.1: Evolução dos Grupos Evangélicos na População - 1980-2010



Fonte: IBGE, 2010.

Um aspecto relacionado ao grupo de “Evangélicos Não Definidos” é a existência de um sem-número de pequenas igrejas que nascem, por exemplo, da vontade de seu “idealizador” – este pode ser um ex-membro de igreja evangélica que, por suas razões, decidiu professar sua própria fé. A periferia das grandes cidades é povoada por micro igrejas, comumente alocadas em garagens transformadas em salão de culto, frequentadas por vizinhos muito próximos⁹.

O fenômeno das “garagens divinas” diz respeito à facilidade em abrir uma igreja no Brasil (e à falta de fiscalização, para o caso dos empreendimentos não-formais). O processo de abertura é o mesmo para qualquer empresa: é preciso ter um contrato social, registrar-se na Junta Comercial, além de obter alvarás de localização, funcionamento e inscrição estadual, dentre outros. Os custos são relativamente baixos. No entanto, não há qualquer requisito teológico, doutrinário ou número mínimo de fiéis para enquadrar o novo empreendimento sob o CNAE¹⁰ referente a organizações religiosas.

⁹ São as chamadas “micro igrejas”, ou “garagens divinas”. Ver matéria sobre estudo realizado pela Receita Federal: <https://oglobo.globo.com/brasil/desde-2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-por-hora-21114799>

¹⁰ Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) é uma forma de padronização de códigos de atividades econômicas e os critérios de enquadramento usados pelos mais diversos órgãos da administração tributária do Brasil. O órgão responsável pelo CNAE é o IBGE.

Pequenas igrejas são, usualmente, empreendimentos sem escala: apresentam um número reduzido de membros e não dispõem de filiais, nem do apoio de veículos de mídia próprios, o que limita sua atuação como *players* relevantes no mercado religioso. Isto quer dizer que sua capacidade de disputar seguidores é menor do que a capacidade das grandes igrejas, pois possuem menos recursos para tal. Esta escassez de recursos, de seguidores e de uma rede as coloca em desvantagem também com relação à sua capacidade de articulação social e política.

A Tabela 1.2 apresenta o tamanho das principais congregações pentecostais brasileiras em número de seguidores. Nesta tabela, é possível examinar a movimentação no mercado religioso pentecostal ao longo das três últimas décadas.

A Assembleia de Deus é a maior igreja do grupo com quase 50% do total de adeptos do pentecostalismo. Seu grande número de fiéis pode ser explicado tanto pelo processo de expansão da denominação pelo Brasil, conforme descrito anteriormente, quanto pelo seu alto nível de fragmentação interna, que será abordada no Capítulo 3. Ela também é a única cujo crescimento se mantém em um ritmo constante.

Tabela 1.2 Principais Igrejas Pentecostais em Número de Fiéis

Igrejas Pentecostais	1991	%	2000	%	2010	%
Assembleia de Deus	2.439.770	29,8	8.418.154	47,5	12.314.410	48,5
Congregação Cristã do Brasil	1.635.985	20	2.489.079	14	2.289.634	9
Igreja Universal do Reino de Deus	268.955	3,3	2.101.884	11,9	1.873.243	7,4
Igreja do Evangelho Quadrangular	303.267	3,7	1.318.812	7,4	1.808.389	7,1
Deus é Amor	169.343	2,1	774.827	4,4	845.383	3,3
Igreja Maranata	64.578	0,8	277.352	1,6	356.021	1,4
Outras	3.297.768	40,3	2.353.369	13,3	5.883.404	23,4
Total de Pentecostais	8.179.666	100	17.733.477	100	25.370.484	100

Fonte: IBGE, 2010.

As igrejas Universal do Reino de Deus e Congregação Cristã, ao contrário, apresentaram queda no número de fiéis. No caso da IURD, isto se deveu à sua estratégia de consolidar seu *share* no mercado nacional na década de 1990 para, a partir dos anos 2000, expandir internacionalmente e, ainda, ampliar e reforçar seus negócios midiáticos, como a TV Record, por exemplo.

Mas, mais do que analisar cada uma das denominações separadamente, é interessante observar o fluxo de fiéis através das décadas, efeito de dois distintos fenômenos previamente discutidos neste capítulo, que são as disputas inter- e intra-religiosa.

Entre 1991 e 2000, houve uma massiva migração de fiéis advindos principalmente do Catolicismo e que aderiram a doutrina pentecostal. O número de brasileiros que se auto identificaram como “pentecostais” mais do que dobrou nestes dez anos. Este período coincide com a aquisição de veículos de mídia (canais e programas de TV¹¹, rádios, mídia impressa) e eleição de candidatos ligados às igrejas – um momento de grande expansão das igrejas.

Na transição de 2000 para 2010, o número de pentecostais aumentou, mas não na mesma proporção da década anterior. O que se pode observar é uma migração interna, efeito da disputa intra-religiosa. Neste momento, grandes igrejas bem estabelecidas (como a IURD, por exemplo) perdem fiéis para igrejas menores e também para o grupo dos “Não Determinados” (contido na rubrica “Outras” da Tabela 1.2).

A despeito de toda esta movimentação, as quatro maiores denominações pentecostais mantiveram seu posto ao longo do tempo. Assembleia de Deus (AD), Congregação Cristã do Brasil (CC), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) representavam 72% dos pentecostais em 2010, equivalente a quase 20 milhões de indivíduos (cerca de 10% da população brasileira).

Cada uma destas denominações pertence a uma das fases das chamadas “ondas do Pentecostalismo” (Freston, 1993; Mariano, 2004; Almeida, 2009): AD e CC são provenientes da primeira onda, ocorrida na década de 1910; a primeira foi fundada por uma dupla de suecos em Belém do Pará, e a Congregação teve seu início em São Paulo - SP. Durante cerca de 40 anos, estas foram denominações “rivais”. Esta rivalidade não se trata, contudo, de uma disputa promovida pelas denominações, mas sim uma forma de se referir, em retrospecto, ao modelo adotado por cada uma das denominações. AD foi “vencedora”, tendo em vista sua capacidade de expansão geográfica.

A IEQ, denominação nascida nos EUA, chegou no Brasil por volta de 1950, e pertence a segunda onda; este foi um período marcado pelo surgimento de várias outras igrejas, tais como Deus é Amor, Brasil para Cristo e Casa da Bênção, gerando grande fragmentação no campo

¹¹ A comunicação é um serviço público no Brasil. A partir da Constituição de 1988, é função do Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão e de sons e imagens (Capítulo V – Da Comunicação Social - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm); cabe ao Congresso apreciar o ato. Coincidentemente, de 1987 até 1992 (ou seja, da Constituinte até o início do Governo Collor), dos 49 protestantes eleitos, 23 tinham vínculos com veículos midiáticos (Freston, 1993). Apenas para citar exemplos: a Rede Record foi adquirida por Edir Macedo em 1991; a Rede Boas Novas, da Assembleia de Deus do Amazonas, foi fundada em 1993.

religioso, localizada principalmente no estado de São Paulo, onde a maioria das igrejas foi sediada. A IEQ destacou-se pelo intenso uso do rádio e também pela pregação itinerante.

A IURD é o marco da terceira onda do pentecostalismo, iniciada na década de 1970, no Rio de Janeiro. Juntamente com Igreja Internacional da Graça, Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo, estas igrejas inauguram uma nova fase, intitulada “neopentecostalismo” que, “no plano teológico, caracteriza-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, por pregar a Teologia da Prosperidade¹², e por rejeitar usos e costumes de santidades pentecostais” (Mariano, 2004, p. 124). A Universal destaca-se das outras denominações neopentecostais por se tratar de uma igreja cujo dirigente tem grande habilidade empresarial, tanto que expandiu seus ramos de atividade: a IURD atua – direta ou indiretamente – em diversos segmentos, além da própria igreja: mídia impressa, gráficas, banco, emissoras de TV, entidades beneficentes e, a mais relevante para os propósitos dessa tese, a área política.

A Universal, entretanto, não é a única igreja evangélica envolvida em política; pelo menos mais duas grandes igrejas, a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, declaradamente investem esforços para eleger seus candidatos.

O envolvimento dos evangélicos na política não é surpreendente, dado uma série de fatores como a proporção de evangélicos na população, capacidade de mobilização de um líder religioso e, especialmente tratando de uma igreja com grande número de fiéis, a potencial força política de uma instituição cuja base eleitoral preexiste¹³. A seguir, apresento um panorama sobre a presença dos evangélicos no cenário político brasileiro. Em seguida, discuto a importância da Igreja Universal do Reino de Deus enquanto ator político, sua trajetória e estratégias eleitorais, até chegar à sua capacidade de coordenação eleitoral – que é o foco deste trabalho.

¹² A Teologia da Prosperidade refere-se à ideia de que os cristãos seriam “sócios” de Deus e financiadores da obra divina, por isso destinados a serem prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em todos os seus empreendimentos (Mariano, 1996). A IURD é grande pioneira desta doutrina no Brasil e veicula em sua rede de TV, a Rede Record, propaganda de fiéis bem-sucedidos. Alguns destes vídeos estão disponibilizados em um de seus canais oficiais no YouTube: <https://www.youtube.com/user/CanalEusouaUniversal>

¹³ Quando digo que “a base eleitoral preexiste”, me refiro a possibilidade de transformar fiéis em eleitores, que é justamente o que este trabalho pretende investigar, usando a IURD como estudo de caso.

2. Presença dos Evangélicos no Cenário Político Brasileiro

Ambições, reforçadas pela capacidade de mobilização e tamanho de uma possível base eleitoral são algumas hipóteses para o envolvimento – e principalmente manutenção – dos evangélicos na política. Além de suas motivações, ainda não se sabe qual é o tamanho da força eleitoral dos evangélicos – como já discutiam Pierucci e Mariano em 1992. Este “fenômeno evangélico”, que antes chamava atenção apenas por seus aspectos demográficos, começou a despertar interesse da mídia, opinião pública e academia a partir do início de sua cruzada, em 1986.

A consolidação da participação dos evangélicos na política se deu de forma gradual, a partir do momento da Constituinte até os dias atuais. Candidatos religiosos – apoiados ou não por suas igrejas (Lacerda, 2016; 2017) – têm disputado eleições e concorrido a diversos cargos, principalmente os legislativos – uma vez que, dadas as características do sistema político eleitoral brasileiro, os candidatos têm mais chances de conseguir uma cadeira. Esta ideia de consolidação, entretanto, apresenta ressalvas: o pertencimento a uma religião correlata não garantiu que a Bancada Evangélica, por exemplo, atuasse de forma coesa no Congresso.

As próximas seções detalham alguns aspectos do grupo de religiosos na política em dois momentos: i) antes da eleição, no ambiente competitivo de um pleito, e ii) depois da eleição, quando analiso a Bancada Evangélica dos deputados federais, além de razões que justificariam as rupturas de um bloco supostamente unânime, de acordo com a opinião pública.

O levantamento de dados para realização da análise de cada um destes dois momentos evidencia uma questão relevante para os estudos sobre o papel das igrejas no envolvimento dos evangélicos na política: como determinar quem são os “candidatos oficiais”? Esta indagação levará ao Capítulo 3 e a minha escolha por concentrar os esforços desta tese na Igreja Universal, suas estratégias político-eleitorais, incluindo sua relação com o PRB.

2.1 *Début* dos Evangélicos na Política

Três das quatro maiores igrejas pentecostais brasileiras – Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus – são envolvidas na política. Ao dizer “envolvidas na política”, me refiro a toda sua trajetória, desde a busca por representatividade junto às esferas do poder no momento da Constituinte, até sua consolidação na cena política brasileira graças à participação ativa no processo de escolha e campanha de candidatos próprios ou de algum partido cujo acordo foi selado com a igreja.

A Congregação Cristã, uma das quatro maiores denominações pentecostais no Brasil, é declaradamente contra qualquer envolvimento com mídia, movimentos sociais e política, seguindo seu preceito de “ideal apolítico” de separação total entre Estado e Religião. Seus membros são fortemente desencorajados a participar da política, sendo, inclusive, convidados a renunciar a seu cargo congregacional caso decidam lançar-se politicamente¹⁴. A despeito deste posicionamento e princípio de não-envolvimento, os fiéis são instruídos a não votar em candidatos que não creem em Deus ou neguem a moral cristã.

Com respeito às outras organizações religiosas, estas tiveram seu *début* na política em 1986, quando das eleições para a composição da Assembleia Constituinte, que tinha como finalidade a elaboração da nova Constituição pós-ditadura militar. Em 1989, sua participação foi intensificada pela “fobia anticomunista” dos pastores, que temiam que a eleição de Lula para presidente fosse o início de uma perseguição a igreja evangélica (Pierucci & Mariano, 1992). O motivo pelo qual a comunidade se manifestou no momento da retomada da democracia foi motivado pela manutenção da liberdade religiosa no Brasil.

Foi na eleição para a Constituinte, em 1986, que a presença dos evangélicos começou a ganhar corpo na política brasileira. Em sua 47ª Legislatura, a Câmara dos Deputados continha o inexpressivo quadro de 12 deputados evangélicos (dentre eles, 7 Batistas e 1 Assembleiano). Na eleição seguinte, os deputados ligados às igrejas evangélicas somaram 32 (sendo 13 da AD, um da IEQ e um da IURD). Desde então, o grupo protestante é constitutivo do cenário político brasileiro – tanto nas Câmaras quanto no Senado, além das Assembleias Legislativas (Freston, 1993; Pierucci, 2011), chamando cada vez mais a atenção de instâncias formadoras de opinião.

A eleição solteira de 1989 foi um momento de grande envolvimento dos evangélicos, uma vez que o protestante Íris Rezende surgiu como possível candidato do PMDB a presidência. Este foi, no entanto, derrotado por Ulysses Guimarães na convenção do partido (Pierucci & Mariano, 1992). Decepcionados, os evangélicos passaram a apoiar Collor. O apoio se intensificou no segundo turno, quando as igrejas se mobilizaram mais fortemente contra o candidato opositor a Collor: Lula e o PT, no momento apoiados pela Igreja Católica e pela

¹⁴ “Nas Congregações não são admissíveis partidos de espécie alguma; cada um é livre, cumprindo o seu dever de votar, que é uma determinação da lei. Todavia nós, remidos pelo Sangue do Concerto Eterno, nunca devemos votar em partido que negue a existência de Deus e a sua moral. Quem ocupar cargos no ministério não deve aceitar cargos políticos. Não se deve permitir que candidatos a cargos políticos venham fazer propaganda ou visitar as Casas de Oração com esta finalidade” – Tópicos de Ensinamentos, Reuniões de 1948, Congregação Cristã do Brasil.

“esquerda evangélica”, representada pelas denominações históricas. A esquerda, segundo eles, dificultaria o trabalho dos evangélicos, numa possível caçada à sua fé.

Naquele momento, fazer frente à força do PT era conveniente para diversos grupos e, por isso, a eleição de 1989, de suma importância para a irrupção do fenômeno protestante na política, também impulsionou as diferentes denominações evangélicas a se coordenarem diante da ameaça representada pela candidatura de Lula, assistida pela Igreja Católica.

O papel ativo dos líderes religiosos, sua capacidade de articulação e mobilização de bases despertou interesse dos atores políticos, que começaram a visitar pastores e comunidades eclesiais, templos e cultos no intuito de receber apoio e fazer alianças – prática esta que continua vigente.

2.2 Candidatos Evangélicos

O sistema político-eleitoral do Brasil, proporcional com lista aberta, com distritos de grande magnitude e alta fragmentação partidária, é particularmente favorável à participação de diversos grupos (Freston, 1993; Ames, 2001; Boas, 2013; Dancygier, 2014; Aguilar *et al.*, 2015). Com o grau de porosidade e o número de vagas disponíveis para cargos proporcionais, este sistema também apresenta relativa facilidade na obtenção de cadeiras.

Do ponto de vista dos partidos, a diversificação na composição destas listas é uma forma de obter votos advindos de diversas bases. Se colocar um evangélico na disputa significa aumentar a quantidade de votos, partindo do pressuposto que este candidato tem, minimamente, uma base eleitoral na sua congregação, a candidatura pode ser benéfica ao partido (Boas, 2013). Esta lógica, demasiadamente simples, não considera outros fatores relevantes acerca da disputa eleitoral, apenas ilustra o interesse recíproco dos atores em cooperar.

Com distritos muito grandes em termos de sua magnitude, a oferta de candidatos disputando uma eleição é abundante: em 2014, o estado de São Paulo (maior colégio eleitoral do país) contava com 2.127 candidatos a deputado estadual e 1.458 para deputado federal – disputando, respectivamente, 94 e 70 vagas nas Câmaras. Para o eleitorado, o número de possibilidades e a falta de informação clara sobre partidos e candidatos torna complexa a tomada de decisão.

O alto grau de competição, aliado a poucos recursos midiáticos e tempo de TV, como têm os candidatos majoritários, propiciam aos candidatos proporcionais o problema de diferenciação do produto (“*product differentiation problem*”, Cox & Thies, 1998). Como parte

da resolução do problema, muitos candidatos privilegiam características que os diferenciem dos outros candidatos durante a campanha. Uma das formas mais comuns de diferenciação é o uso de pistas eleitorais (“*cues*”).

A pista mais explorada pela Ciência Política, o partido político, esbarra em um cenário de multipartidarismo, grande número de competidores e falta de um componente ideológico para a maioria dos partidos, como é o caso do Brasil. Logo, esta pista não é capaz de transmitir informação suficiente para que o eleitor seja capaz de escolher seus candidatos. Portanto, recorrer a características pessoais e/ou declaração de ocupação seria uma das formas possíveis de transmitir informação aos eleitores sobre as características dos candidatos.

Estas informações permitiriam aos eleitores fazer inferências sobre os candidatos sem ter que, por exemplo, pesquisar sobre cada um deles¹⁵. No caso dos candidatos evangélicos, é comum a adoção de denominações clericais em seu nome de urna, tentando atrair o eleitorado evangélico por meio de seu título (McDermott, 2009; Campbell *et al.*, 2011; Boas, 2014; Lacerda, 2016).

Qual a eficácia desta prática nas eleições brasileiras? A Tabela 2.1 apresenta a taxa de sucesso eleitoral de candidatos religiosos nas eleições ocorridas entre 2006 e 2016. O “sucesso” é indicado pela eleição do candidato; logo, a taxa trata-se da proporção entre eleitos e não eleitos. Para fins de comparação, calculei a proporção entre eleitos e não eleitos para dois grupos: para o universo de todos os candidatos aos cargos proporcionais, e para o grupo dos candidatos que utilizam “*cues*” religiosas.

O grupo contendo todos os candidatos a cargos proporcionais está representado pelas siglas DE, DF e V – que se referem, respectivamente, a Deputado Estadual, Deputado Federal, e Vereador. O segundo grupo, de candidatos evangélicos, está representado pelas siglas DER, DFR e VR – que se referem, respectivamente, a Deputado Estadual, Deputado Federal.

Os aspirantes “religiosos” foram extraídos da lista de candidatos do TSE com base em “*cues*” religiosas disponíveis no nome de urna fornecido pelo candidato: ¹⁶ todos os que utilizaram alguma denominação clerical, como “pastor”, “bispo”, “ministro”, “irmão”,

¹⁵ As “*cues*” podem atuar por meio dos estereótipos (generalizações acerca de um grupo e, conseqüentemente, acerca de seus membros), ou de heurística (quando indivíduos usam de generalizações e senso comum para fazer julgamentos sobre fatos – ou pessoas – novos ou desconhecidos) (McDermott, 2009).

¹⁶ Há candidatos que utilizam *cues* religiosas apenas em seu material de campanha: santinhos, camisetas, canetas etc. A pista, neste caso, pode ser um salmo ou dizeres que denotem relação do indivíduo com alguma denominação religiosa. Contudo, seria necessária uma vasta investigação à época da campanha para poder captar estes candidatos, tal como fez Machado (2006). Estratégias restritas aos encontros nas comunidades religiosas, como chama a autora.

“presbítero”, “missionário”, “reverendo” e “apóstolo”, além das variações de gênero e possíveis abreviaturas, foram selecionados para compor o grupo religioso.

Embora exista a opção “sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa” na lista de ocupações dos candidatos, esta não foi utilizada. Por não existir indicação a qual religião este indivíduo pertenceria, incluir os que se declaram “sacerdotes” agregaria a esta amostra observações que não são de interesse desta pesquisa, como padres, por exemplo¹⁷.

Esta tabela retrata a amostra dos candidatos religiosos, selecionados segundo seu nome de urna – no período de 2006 a 2014, em média, apenas 2% dos candidatos as câmaras federal e estadual utilizam pista religiosa em seu nome de urna no; para vereador, estes são 1,3% (2008 a 2016)¹⁸. O grupo de “doutores”, por exemplo, representa 5% do total de candidatos a deputado.

**Tabela 2.1 Taxa de Eleição de Candidatos (2006-2016)
Por grupo de candidatos eleitos – Evangélicos e Não-Evangélico**

	2006		2010		2014	
	DE	DER	DE	DER	DE	DER
Eleitos	8,7%	1,9%	8,3%	6,2%	6,7%	5,9%
Total de candidatos	12.135	244	12.319	215	15.852	351

	2006		2010		2014	
	DF	DFR	DF	DFR	DF	DFR
Eleitos	10,3%	3,1%	10,4%	6,2%	8,3%	4,9%
Total de candidatos	5.659	118	4.903	84	6.175	140

	2008		2012		2016	
	V	VR	V	VR	V	VR
Eleitos	16,4%	5,3%	13,6%	7,5%	13,0%	7,3%
Total de candidatos	247.148	3.116	420.595	5.725	444.871	7.361

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Notas: a linha “Total de Candidatos” refere-se ao total de candidatos concorrendo ao pleito. Todos os casos de renúncia, cassação e falecimento foram retirados da base.

De acordo com os dados referentes ao período analisado, verificamos que o desempenho dos candidatos religiosos é, na média, ordinário. Há um fluxo desproporcional entre o número

¹⁷ É preciso ressaltar que o número de candidatos com cargos eclesiásticos é subestimado (Machado, 2006) tanto nos dados do TSE quanto na relação de empregados das igrejas e templos proveniente da RAIS vínculos. Como parte da minha busca por candidatos associados às igrejas, cruzei os CPFs dos candidatos com cadastro dos empregados declarados para a RAIS, e não obtive êxito. Acredito que este possa ser reflexo da informalidade dos sacerdotes: o vínculo com suas igrejas não perpassa pelos trâmites da CLT.

¹⁸ É possível que o número de vereadores seja menor porque a maioria das cidades é pequena, o que dispensaria a necessidade de “cue” religiosa.

dos concorrentes e número de religiosos eleitos. De 2006 para 2010, o número de candidatos religiosos a deputado cai, mas há um aumento na proporção de eleitos. De 2010 para 2014, há um aumento generalizado de cerca de 25% do número de candidatos a deputado concorrendo as eleições; o aumento do número de evangélicos, no entanto, cresce em torno de 60% - possivelmente estimulado pelo sucesso eleitoral do período anterior.

Entretanto, tal como descrito pela terceira coluna, a proporção de religiosos eleitos sofre uma queda, o que sugere que não há relação linear entre o número de candidatos e o de eleitos. A Tabela 2.4 mostra que, comparado ao universo de todos concorrentes ao mesmo cargo no mesmo ano, utilizar pistas eleitorais religiosas não melhora o desempenho, ou seja, não parece aumentar as chances de ser eleito. Esta observação, obtida a partir de uma tabela descritiva, é corroborada por Netto (2016). Em seu trabalho sobre o financiamento de campanha dos candidatos evangélicos, a autora mostra que o volume de despesas de campanha tem mais peso no aumento da probabilidade de eleição do que a declaração da denominação religiosa.

Intuitivamente, seria esperado que o uso da pista religiosa, alinhado ao crescimento na proporção de evangélicos na população brasileira, tivesse um efeito maior na taxa de eleição dos candidatos religiosos. Entretanto, há mais condicionantes a serem considerados nesta equação. Um deles é, segundo a literatura, o efeito negativo de se declarar evangélico (Boas, 2014; Netto, 2016; Lacerda, 2017): se se denominar “pastor”, por um lado, ajuda a obter votos da comunidade evangélica, por outro, este candidato perde votos de ateus, fiéis ou simpatizantes de outras religiões.

Uma forma de examinar um possível efeito negativo do uso de *cues* consiste em analisar os casos de candidatos evangélicos que se recandidatam em $t+4$, observando se estes alteram seu nome de urna em caso de derrota e se, na eleição seguinte, esta mudança acarretaria um efeito positivo.

Em média, 23% dos candidatos a deputado estadual ou federal se recandidatam, enquanto apenas 9% dos candidatos a vereador voltam para disputar as eleições seguintes. Do universo dos que se recandidatam, 7% e 2% correspondem, respectivamente, aos deputados (federal e estadual) e vereadores incumbentes (que foram eleitos em t e tentam reeleição em $t+4$).

Para todos os anos e todos os cargos, 23% dos recandidatos evangélicos alteram seu nome de urna e deixam de ser “pastor”. Todos os incumbentes contidos neste grupo passaram a utilizar seu nome civil. A maioria dos perdedores também utiliza seu nome civil, enquanto uma pequena parcela adere a outras pistas como “Alexandre Pedreiro” ou “Ayrton Motoboy”.

Alterar o nome de urna é uma ação inócua para os candidatos não eleitos em t – estes continuam sem ganhar as eleições no período $t+4$, a despeito de seu novo codinome. O incremento no total de votos também é, na média, inexpressivo. Os incumbentes que deixaram de usar “*cues*” religiosas são, em sua maioria, reeleitos. Isso pode sugerir um esforço por parte dos incumbentes para ampliar as bases de votos.

Estes resultados, embora provenientes de uma análise exploratória, sem utilização de testes mais elaborados, apontam para a fragilidade deste tipo de estratégia *per se*, i. e., o uso das pistas eleitorais auxilia na identificação do candidato e pode ter um efeito paliativo, mas não é suficiente para garantir o sucesso eleitoral do candidato. Quando Netto (2016) e Gerardi (2016) concluem que atributos pertinentes à máquina partidária (respectivamente gastos de campanha e vantagem do incumbente) aumentam as chances de eleição em detrimento de características relacionadas a religião do indivíduo, emerge uma lacuna na literatura sobre os evangélicos na política: a falta de pesquisas que estudem o papel das igrejas enquanto mecanismo de coordenação de preferências de eleitores e organização partidária – ou seja, igrejas como partidos.

Antes de apresentar o quadro de evangélicos eleitos para Câmara dos Deputados, faço um breve parêntese sobre os candidatos a cargos majoritários. Pouco discutidos na literatura, vêm ganhando notoriedade devido ao peso de seus representantes – proporcional ao incômodo causado na mídia.

2.3 Candidatos evangélicos a cargos majoritários

Embora o número de evangélicos concorrendo a cargos majoritários seja pequeno (em média 3 candidatos utilizando pista religiosa concorreram ao cargo de senador entre 2006 e 2014, um candidato a governador em 2006 e um candidato a presidente em 2014)¹⁹, a repercussão destes candidatos tem sido frequente na história recente da política brasileira.

O PSC, partido ligado à Assembleia de Deus, lançou o Pastor Everaldo Pereira como seu candidato a presidente nas eleições de 2014. Pereira, que é pastor Assembleiano do Ministério Madureira e atual presidente do partido, ficou em 5º lugar. Em 2016, o PRB lançou Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, cantor gospel, bispo e membro da Igreja Universal

¹⁹ Estes números foram obtidos ao extrair os candidatos a cargos majoritários que utilizaram alguma denominação eclesiástica em seu nome de urna.

do Reino de Deus, como candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Após disputar o segundo turno com Marcelo Freixo, do PSOL, Crivella foi eleito prefeito com 59% dos votos. O resultado gerou polêmica: a mídia noticiou a vitória de Crivella como sendo uma vitória da Igreja Universal, e Freixo, derrotado nas urnas pelo evangélico, afirmou que seria bom Crivella entender que o Rio de Janeiro não é um templo²⁰.

Há ainda o caso do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, eleito em 2014. Católico praticante desde o batismo, converteu-se ao evangelismo em agosto de 2015, após tomar posse como governador²¹, o que leva a conjecturas quanto a possível estratégia do candidato em assumir sua nova orientação religiosa apenas após o pleito, receoso de que isso atrapalhasse sua campanha²².

Rollemberg, já evangélico, foi protagonista de duas polêmicas envolvendo membros da bancada evangélica do DF: em 2015, o governador vetou, a despeito da pressão exercida pelos membros evangélicos da Casa, incluindo o pastor Alessandro, filiado ao PSB e assessor direto do secretário de Relações Institucionais do Governo de Brasília, o projeto de isenção de ICMS para contas de água, luz e telefone para templos de qualquer culto²³. Em 2017, Rollemberg mais uma vez colidiu com os interesses dos evangélicos ao regulamentar a lei de combate à homofobia no DF.

Situações como esta evidenciam o conflito de interesses e grau de fragmentação do grupo de evangélicos que a opinião pública trata, erroneamente, como homogêneo.

2.4 Evangélicos no Congresso Nacional

²⁰ Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/apos-derrota-freixo-diz-que-crivella-nao-pode-tratar-o-rio-como-um-templo.html>.

²¹ O vídeo do batismo de Rodrigo Rollemberg no Ministério Amigo Íntimo encontra-se disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=8tP0bV74ZIE

²² Este é um tipo complexo de conjectura. A discussão sobre o caso de Rollemberg, como outros que poderiam ser citados, entra no mérito do quão sinceras ou calculistas podem ser estas conversões. É difícil dizer. Este seria um caso intermediário entre o pastor Feliciano, cuja história está associada a igreja desde seus primórdios, e Eduardo Cunha, que se converteu depois de adulto e durante um de seus mandatos políticos, a fim de ampliar seu eleitorado.

²³ Projeto proposto pela deputada distrital Liliane Roriz (PRTB). O veto foi derrubado pelos deputados e a PL entrou em vigor em agosto de 2017.

A Bancada Evangélica foi criada em 1987 por iniciativa dos políticos evangélicos históricos²⁴, com intuito de conceber uma “bancada suprapartidária com força nas negociações” (Freston, 1993, p.229) para possibilitar que a identidade religiosa agisse de comum acordo com relação a determinados assuntos de interesse da comunidade, enquanto assuntos de interesse político-partidário pudessem ser mantidos e votados de acordo com seu partido.

A unidade almejada pelos idealizadores da Bancada esbarra na fragmentação dos grupos religiosos que, além da questão partidária e identitária, é também uma questão de coordenação institucional. Um tópico pouco abordado nos estudos sobre a presença evangélica na política, sobretudo na Câmara dos Deputados, é a existência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A Bancada Evangélica e da FPE não são a mesma “instituição” – embora haja um grupo comum de parlamentares que pertencem as duas organizações, a composição de ambas difere.

Em uma tentativa de formalizar sua existência, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi instaurada no dia 18 de setembro de 2003, durante a vigência da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados. A oficialização da FPE não foi possível àquele momento pois foi somente em 2005 que o Ato nº 69 da Câmara dos Deputados oficializou o registro das Frentes²⁵. Os requisitos estipulados pela Câmara incluem um requerimento contendo um grupo de trabalho de, no mínimo, 1/3 de membros do Poder Legislativo (171 deputados), indicação do nome da Frente e desígnio de um representante responsável²⁶.

A Bancada, por sua vez, é uma organização informal que “atua como grupo de pressão no interior do Parlamento, como forma de unir forças em favor das propostas, reivindicações e pleitos de determinados valores éticos e morais” (DIAP, 2010). Bancada Evangélica é um termo genérico usado pela mídia e pesquisadores para se referir ao conjunto de deputados evangélicos, que é muito mais restrito do que a FPE.

No início da 55ª Legislatura (2015), a lista de parlamentares registrados (203 signatários) na FPE incluía não apenas indivíduos membros de igrejas evangélicas, mas também pertencentes às denominações da Reforma Carismática da Igreja Católica. A Bancada Evangélica, por sua vez, contava com 63 deputados – dos quais 17 não pertenciam a FPE. A rigor, seria um equívoco usar a FPE como *proxy* de políticos evangélicos, dada a diversidade

²⁴ Há divergência na literatura acerca de quem foram os precursores desta bancada: Freston (1993) dos históricos, enquanto Oro (2006) e Carneiro (2006) sugerem que a criação da bancada foi obra de pentecostais, membros da AD e IEQ.

²⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>

²⁶ <http://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>

religiosa do grupo. Por este motivo, optei por utilizar dados da Bancada Evangélica para as análises apresentadas nesta seção.

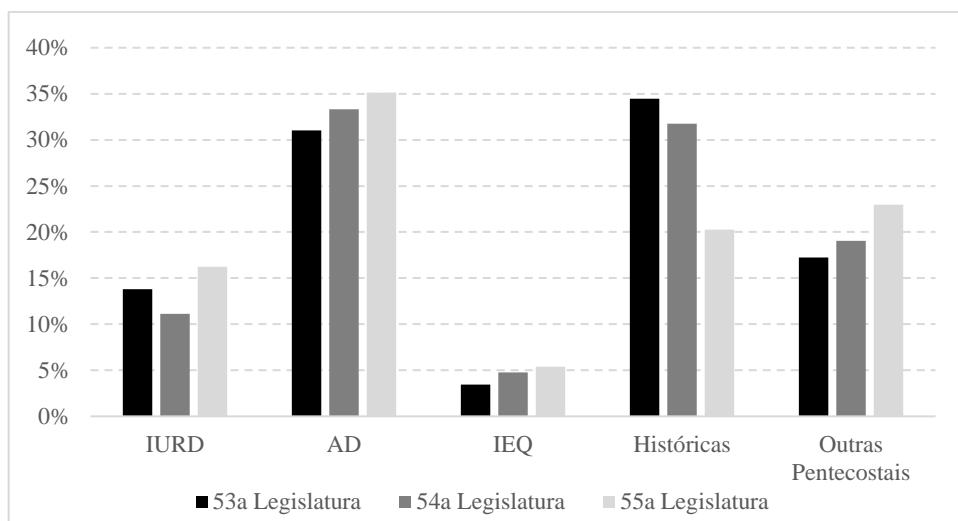
É do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) o esforço de classificar os integrantes da bancada evangélica de acordo com os seguintes critérios: i) indivíduos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas – como bispos, pastores, missionários e sacerdotes; ii) cantores de música gospel e artistas ligados às igrejas, de forma geral; iii) parlamentares que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votações de temas específicos.

Não parece clara a associação entre os indivíduos que compõem a Bancada Evangélica e possíveis relações com as igrejas. Em meio a uma série de especulações, é difícil afirmar se estes políticos eleitos são, de fato, candidatos oficiais lançados pelas igrejas ou se são indivíduos que usam sua filiação religiosa como forma de obter votos de um grupo identitário. Ademais, a existência de uma bancada formada por um grupo de indivíduos religiosos não permite inferir que esta seja fruto do sucesso eleitoral das igrejas que atuam como partidos, mas esta pode ser apenas reflexo das mudanças demográficas ocorridas no país nas últimas décadas²⁷.

A Figura 2.1 mostra a composição denominacional da Bancada Evangélica nas últimas três legislaturas. Estes dados são referentes à sua composição inicial, ou seja, a relação dos deputados federais eleitos – isso porque, ao longo da legislatura, o vai-e-vem dos deputados eleitos e suplentes ocasiona mudanças na formação do grupo.

Figura 2.1: Composição da Bancada Evangélica por Denominações

²⁷ Pensando em termos de representação, esta bancada ainda não conseguiu alcançar o mesmo patamar de evangélicos na população brasileira que, segundo a pesquisa de Pew Research (<http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2014/11/Religion-in-Latin-America-11-12-PM-full-PDF.pdf>), era de 24% em 2014. Assim, os evangélicos seriam um grupo sub representado na Câmara.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do DIAP.

Há três fatos de destaque no gráfico: i) a dominância das congregações pentecostais, lideradas pelas igrejas Assembleia de Deus e Universal; ii) a presença constante dos históricos, representados majoritariamente pelos Batistas, mesmo sem haver registros na literatura sobre possíveis estratégias políticas/eleitorais adotadas por este grupo (Fonseca, 2008); e iii) o aumento da proporção de indivíduos provenientes de outras igrejas pentecostais – especialmente na 55ª Legislatura, este grupo parece estar crescendo em detrimento da diminuição do número de históricos na bancada.

A Tabela 2.2 complementa as informações contidas na Figura 2.1, ao apontar que a divisão dos evangélicos acontece no âmbito religioso e também partidário. O aumento do número de partidos compondo a Bancada Evangélica (de 12 para 20) reflete as distorções do sistema político brasileiro: entre 2006 e 2014, foram criados 9 novos partidos.

Tabela 2.2 Fragmentação Religiosa e Partidária na Composição da Bancada Evangélica

Legislatura	Número de Denominações	Número de Partidos
53ª Legislatura	11	12
54ª Legislatura	16	14
55ª Legislatura	24	20

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do DIAP.

Interpretar a pulverização dos candidatos pelos diversos partidos é uma tarefa complexa. Por um lado, pode significar que muitos candidatos concorrem as eleições sem o suporte da igreja, o que lhe dá autonomia para filiar-se ao partido que lhe for mais conveniente.

Mas se o candidato tiver o apoio da igreja, este estará sujeito aos desígnios da instituição, devendo filiar-se ao partido indicado por ela. Neste caso, a dispersão pode representar a) a falta de articulação da instituição, que poderia ser o caso da Assembleia de Deus, que é dividida em Ministérios autônomos e, embora tenha o PSC como aglutinador de seus candidatos, é possível encontrar assembleianos em outros partidos; ou b) uma estratégia eleitoral, tal como adotado pela Igreja Universal até a criação de seu partido. Durante quase uma década, a IURD distribuiu seus candidatos em diversos partidos, o que lhe deu poder de barganha junto aos partidos, visto sua potencial base eleitoral.

Seja como for, é possível presumir, a partir da Tabela 2.3, o porquê o projeto de unidade entre os entes religiosos da Câmara não tem sido praticado conforme o previsto pelos seus idealizadores: como resultado da fragmentação religiosa e partidária, a Bancada Evangélica i) não focaliza sua produção legislativa em assuntos sobre Direitos Humanos e Sociais, ou assuntos relacionados às igrejas (Prisco, 2010) e ii) não tem conseguido alinhar a votação de todos os seus membros, mesmo quando temas com justificação teológica como aborto (Almeida, 2017) estão em pauta (Oro, 2006; Dantas, 2011)²⁸.

Essa divergência é um dos motivos pelos quais não se pode conceber, por exemplo, um “partido evangélico”, como mostra Borges (2007) em seu trabalho sobre os evangélicos inseridos nas instituições políticas brasileiras. É preciso ter cautela ao analisar este conjunto complexo: políticos de diversas denominações, de partidos distintos e com interesses difusos faz da Bancada Evangélica um grupo heterogêneo, ao contrário do que a mídia e a opinião pública frequentemente alegam.

A discrepância entre a quantidade de candidatos religiosos eleitos – média de 3 deputados federais eleitos por pleito – e a existência da Bancada Evangélica com mais de 60 membros chama a atenção. Esta diferença reforça a problemática acerca da definição de uma amostra ideal de candidatos evangélicos.

²⁸ Um caso conhecido na literatura é o da então deputada carioca Benedita da Silva, que votou a favor do aborto em 1992, mesmo Assembleiana e pertencente a Bancada Evangélica. Benedita foi alvo de críticas.

Para o escopo deste trabalho, a amostra ideal deveria ser constituída pelos candidatos apoiados pelas igrejas, pois só a partir desta informação seria possível identificar a estratégia política das instituições, bem como possibilitaria estudar suas motivações e interesses políticos.

Uma vez que as igrejas não anunciam abertamente para a sociedade civil quem são seus candidatos, a coleta dos dados torna-se um problema; logo, a identificação desses indivíduos torna-se um processo arbitrário. Além de utilizar os candidatos “pastores” (Boas, 2013; Netto, 2015; Silveira-Rodriguez & Cervi, 2017), trabalhos que investigam a relação dos evangélicos e a política recorrentemente utilizam uma amostra dos deputados da Bancada Evangélica (Pierucci & Mariano, 1992; Borges, 2007; Dantas, 2011; Prisco, 2011; Reich & Santos, 2013; Gerardi, 2016; Gonçalves, 2016; Almeida, 2017). Poucos são os trabalhos que se dedicam a investigar quem são os candidatos lançados pelas igrejas (Lacerda, 2016; 2017).

Um problema relacionado ao uso da amostra de candidatos que utilizam pistas religiosas é que estes o fazem por i) falta de outros elementos que os diferencie dos outros candidatos e ii) falta de uma instituição que auxilie e apoie sua carreira política, tal qual seria o papel do partido ou da igreja. Assim, embora utilizada, a amostra dos candidatos religiosos tal qual extraída nesta seção não é representativa para o que se pretende investigar o efeito do apoio da igreja. O mesmo se pode dizer com relação a amostra da Bancada Evangélica.

Isto explica, em parte, minha escolha em concentrar os esforços na Igreja Universal do Reino de Deus. Esta instituição tem se mostrado, dentre todas as igrejas envolvidas nos processos eleitorais e no sistema político, tão profissional quanto um partido. O Capítulo 3 é dedicado ao desenvolvimento deste argumento, enquanto os capítulos posteriores apresentam evidências empíricas quanto à capacidade da igreja em atuar como um partido político.

3. Igreja como Partido?

Os capítulos anteriores introduziram a gênese do fenômeno evangélico tanto na composição demográfica quanto no campo político do Brasil contemporâneo. O segundo capítulo é dedicado a analisar a estratégia dos evangélicos na arena eleitoral e, mais especificamente, seu acesso e presença na Câmara dos Deputados. Sobre esta análise, dois aspectos merecem ser ressaltados: i) a baixa eficácia do uso de pistas eleitorais religiosas no sucesso eleitoral dos candidatos; e ii) a fragmentação religiosa existente na Câmara, evidência da heterogeneidade de um bloco supostamente homogêneo quanto à suas preferências.

Estes aspectos direcionam para um problema conceitual: quem são os candidatos evangélicos. Determinar quem são os “candidatos oficiais” é parte constituinte da investigação sobre qual é o papel da igreja por trás das candidaturas por ela lançadas.

Em um sistema proporcional de lista aberta, como é o caso brasileiro, o número de candidatos disputando na arena eleitoral é muito grande. Não se pode assumir, contudo, que todos estes candidatos concorrem em pé de igualdade: a maioria é constituída por uma massa de indivíduos não competitivos, registrados para dar corpo e votos para os partidos. Poucos são os candidatos viáveis, apoiados pelos partidos, e estrategicamente coordenados por estes (Cox, 1997; Avelino *et al.*, 2012).

Sem o apoio das instituições (seja partido, igreja ou mesmo crime organizado), é difícil crer que o candidato consiga sustentar sua candidatura e campanha de forma a ganhar a eleição. Esta abordagem conduz a outro condicionante pouco explorado na literatura, concernente ao que Lacerda (2016; 2017) classificou como “candidato oficial”: este não seria apenas um candidato religioso, ou seja, membro de alguma denominação religiosa, mas sim o candidato apoiado pela igreja que, segundo esta análise, atuaria de forma semelhante a um partido. O candidato oficial, dispondo de apoio institucional, se tornaria mais competitivo, aumentando suas chances de eleição.

Meu argumento consiste em supor que igrejas com capacidade de articulação e coordenação tendem a ser mais eficazes na eleição de seus candidatos – considerando a ampla concorrência enfrentada neste sistema.

Embora a igreja seja uma instituição com um considerável número de membros, não é possível assumir que todos votarão em um candidato apenas por este se identificar “evangélico”, como uma espécie de “voto por afinidade”. Logo, o papel de coordenação da instituição consistiria em utilizar sua estrutura para sistematizar o apoio a seus candidatos e

mobilizar sua base eleitoral, bem como seria de responsabilidade da igreja o apoio financeiro e a estruturação de estratégias eleitorais da instituição. Esta é a lógica de atuação de um partido político. Ao agir desta forma, a *igreja assume o papel de partido*. Sua eficácia será, então, determinada pelas suas estratégias e seu grau de competitividade dadas as características do sistema eleitoral.

O que ainda não foi discutido na literatura sobre os evangélicos, e o que pretendo fazer nesta tese, é introduzir um novo elemento na análise: coordenação eleitoral, tal como definida por Cox (1997). Para preencher esta lacuna, desenvolvo neste capítulo argumentos que demonstram as similaridades no funcionamento de instituições (a princípio) tão distintas, utilizando como estudo de caso a Igreja Universal do Reino de Deus.

Antes, contudo, apresento uma seção conceitual sobre o que é e como funciona um partido político, de acordo com literatura amplamente utilizada pela Ciência Política. Darei ênfase a dois aspectos: coordenação eleitoral e organização partidária.

3.1 Conceito de Partido Político

Sartori (1976) define partido como sendo qualquer grupo político identificado por alguma nomenclatura oficial utilizada durante as eleições, quando concorrem seus candidatos. Embora verdadeira, esta definição parte de uma visão muito estreita do que é um partido político.

Partido é uma associação no sentido de um grupo organizado formalmente e baseado em formas voluntárias de participação. Assim como todas as outras associações, tem como uma de suas principais atribuições a coordenação de problemas de ação coletiva (Key, 1964; Olson, 1971; Aldrich, 1995), uma vez que seus membros têm preferências individuais.

A atividade eleitoral é o que difere os partidos de outras associações (Katz, 2007). Logo, partido é uma associação de indivíduos que tem como objetivo a conquista de poder atuando na arena eleitoral (Schattschneider, 1942; Aldrich, 1995). Partidos são, ao fim e ao cabo, instituições que tornam objetivos políticos mais prováveis (Aldrich, 1995).

Os objetivos dos partidos são essencialmente relacionados a atividades eleitorais, com finalidade de conquistar e permanecer no poder. Suas funções orbitam ao redor de seus propósitos eleitorais, mas também incluem atividades relacionadas a arranjos internos e burocráticos. Dentre suas principais atribuições, podem ser citadas: i) a nomeação de candidatos que concorrerão as eleições, ii) a mobilização de apoio eleitoral, iii) a formulação de propostas políticas, iv) a propagação de visões políticas e ideológicas do grupo, e v) ser a principal ponte

entre eleitores e governo (Key, 1964; Duverger, 1972; Aldrich, 1995; Katz, 2007). Cox (1997) atenta ainda para uma importante atribuição: vi) a coordenação eleitoral.

Uma importante ressalva diz respeito a definição do termo “candidato”: embora o partido seja composto por diversos indivíduos, e muitos deles entrem na disputa por cargos, apenas um número reduzido diz respeito ao rol dos candidatos competitivos – ou seja, os candidatos que têm chance de eleição. Em se tratando de coordenação eleitoral e estratégias, me refiro a “candidato” como sendo o indivíduo competitivo, a quem o partido dedicará esforços, recursos financeiros e um lugar em sua lista. Candidatos não competitivos servem, via de regra, para agregar votos para a legenda – de acordo com o tamanho de suas bases –, além de auxiliar a financiar o partido.

Das seis principais atribuições de um partido, apenas três são relevantes para o escopo desta pesquisa (nomeação de candidatos, mobilização de bases e coordenação eleitoral), pois se relacionam diretamente com o caso da Igreja Universal, cujo maior objetivo consiste em eleger seus candidatos. No cômputo geral, os itens *iii*) e *iv*) não são relevantes para o caso do Brasil: a ideologia dos partidos é fraca e a elaboração de políticas caminha no mesmo sentido; logo, não serão considerados.

Como uma organização essencialmente composta por incumbentes e aspirantes a cargos eletivos, o partido é um instrumento de ambição política. Diante da grande oferta de candidatos, o partido precisa organizar a lista dos que concorrerão a próxima eleição. É de responsabilidade do partido escolher quem serão estes indivíduos, seja por decisão da cúpula, seja por meio de prévias. A definição desta lista é de extrema importância, visto que manter uma organização e fazer campanhas é muito custoso em termos monetários; por isso, é necessário que o partido compita efetivamente, ou seja, disponha de candidatos com chances de vitória e consiga algumas cadeiras. Grande parte da reputação do partido é construída com base no número de cargos obtidos, logo, cadeiras se revertem em dinheiro para o partido (via fundo partidário ou financiamento de campanha), além de conferir poder de barganha no âmbito político.

Após definida a lista de candidatos, é preciso mobilizar as bases eleitorais. Em seu artigo “*Electoral Institutions and Political Competition: Coordination, Persuasion and Mobilization*”, Cox (2008) diferencia os conceitos de mobilização e persuasão; para o autor, mobilização consiste em convencer os eleitores a votar, ao passo que persuasão diz respeito ao processo de obtenção de apoio do eleitorado a um determinado candidato. Esta diferenciação faz sentido no contexto americano – onde o voto é facultativo, e a tarefa de convencer um eleitor a votar é legítima e necessária, haja vista a taxa de *turnout* nas eleições americanas. No Brasil,

onde o voto é obrigatório, a mobilização é substituída por um *enforcement* legal²⁹; logo, os partidos podem se preocupar com outros tipos de mecanismo para conseguir formar uma base eleitoral – tais como a contratação de *brokers*, por exemplo.

Isto posto, mobilização no contexto brasileiro se refere as ações voltadas para captação de eleitores, a fim de que estes apoiem um determinado candidato (Aldrich, 1995). As formas como estes partidos conseguem constituir suas bases não serão discutidas neste trabalho, mas cabe dizer que estas são ações financeiramente caras e custosas em termos de outros insumos, a ponto de a maioria dos candidatos não ser capaz de custear sua própria campanha.

Assim, os candidatos dependem dos partidos para viabilizar sua candidatura – especialmente porque, no Brasil, é obrigatório estar filiado para poder disputar uma eleição – e também sua campanha. O partido, como previamente discutido, é uma agremiação de vários indivíduos que têm o mesmo objetivo; logo, cabe a ele coordenar estes indivíduos dentro de uma lógica que beneficie as duas partes. Vale lembrar que a reputação do partido depende do sucesso eleitoral de seus membros; por isso, o maior benefício que o candidato pode trazer à instituição é a obtenção de uma cadeira.

Sucesso eleitoral, contudo, requer que o candidato tenha eleitores. A ampliação da base eleitoral é ação necessária para a sobrevivência do candidato. O partido é a instituição que tem meios para prover dinheiro, recursos diversos, organização e suporte de *brokers* e elites a níveis local e nacional aos candidatos. As campanhas são, geralmente, organizadas no nível do distrito eleitoral, e há apenas um candidato por partido a cada distrito (Aldrich, 1995; Katz, 2007).

Segundo Cox (1997), problemas de coordenação são característicos de um ambiente de competição eleitoral. O partido teria um papel fundamental na coordenação estratégica de seus candidatos, com finalidade de reduzir a competição intrapartidária e aumentar as chances de sucesso eleitoral. Assim, tanto a decisão acerca do número ótimo de candidatos e da composição da lista (item *i*)), quanto a distribuição dos candidatos no território (item *ii*)) seriam formas de o partido coordenar seus candidatos.

A eficácia da coordenação está diretamente relacionada com o grau de centralidade da cúpula partidária (Panebianco, 2005). Isto porque, caso a organização seja descentralizada, cada nível hierárquico tem autonomia para tomar sua própria decisão, resultando na colisão de interesses comuns do partido. Como a eficácia da coordenação eleitoral requer a adoção de estratégias precisas, é necessário que haja cooperação entre todas os níveis hierárquicos.

²⁹ A rigor, o voto é obrigatório, mas, ao mesmo tempo, as punições por não comparecer são muito pequenas,

Segundo Key (1964), esta é a essência do problema da organização partidária. Para o autor, o partido é uma estrutura descentralizada, organizada com base nas divisões geográficas utilizadas nas eleições para diferentes cargos (presidente concorre a nível nacional, deputados federais a nível estadual e assim por diante). As regras da organização são ditadas pela convenção nacional, mas cada nível estaria também sujeito a regras locais (estaduais e municipais), e gozaria de relativa autonomia. Ainda segundo Key, o grau de unificação do partido estaria atrelado apenas a habilidade de liderança do presidente nacional.

Os partidos são, contudo, organizações distintas entre si, formadas com diferentes propósitos e conduzidas cada qual à sua maneira. Cada partido assume uma fisionomia, com um tipo próprio de organização. Panebianco (2005) sugere uma tipologia sobre a organização interna dos partidos, partindo do grau de centralização do poder da elite partidária. De acordo com esta tipologia, os partidos poderiam ser divididos em “oligárquicos” ou “poliárquicos” representando, respectivamente, a capacidade da elite partidária em manter grupos internos coesos, fortes e estáveis, em contraponto a uma elite partidária menos centralizadora, que se reflete em grupos internos dispersos, divididos e instáveis.

Posteriormente, Guarnieri (2009) parte da tipologia de Panebianco para elaborar uma classificação aplicada aos partidos brasileiros. Neste trabalho, Guarnieri agrupa os partidos em fortes e fracos, de acordo com o grau de controle exercido pela direção partidária. Um partido é considerado forte quanto maior o controle exercido sobre os recursos que definem a carreira política de seus candidatos. Em outras palavras, um partido forte centralizaria todas as decisões acerca das estratégias de participação nas arenas eleitoral (Guarnieri, 2009).

Ainda segundo a tipologia de Guarnieri, a forma como os partidos organizam sua estrutura são um reflexo do grau de centralidade de sua liderança. A ausência de institucionalização permite que a liderança do partido aja de forma discricionária, uma vez que o poder não é dividido entre todos os diretórios estaduais e municipais, por exemplo. Se, por um lado, partidos mais organizados tendem a dispor de maior capilaridade e bases de suporte local, por outro, partidos sem diretórios requerem alguma forma de angariar suporte sem precisar compartilhar poder decisório e conferir autonomia a outros atores – este é o *trade-off* dos partidos em termos organizacionais, cuja resolução depende fundamentalmente de seus interesses.

Um partido centralizado teria uma vantagem comparativa em relação a um partido com liderança descentralizada, uma vez que este segundo teria que lidar com problemas internos de cooperação entre os atores. Um partido centralizado consegue, de forma adversa, resolver o

problema da lógica coletiva – inerente aos partidos e agremiações em geral. O dilema neste caso é que, se por um lado a descentralização cria custos imensos de coordenação, a centralização excessiva levaria a ausência de lideranças locais, impedindo que o partido avance para além do seu reduto.

À luz destes conceitos, discutirei em minha análise sobre o caráter partidário da Igreja Universal do Reino de Deus: tipo de organização interna e capacidade de coordenação eleitoral – a partir da mobilização de bases eleitorais. Porém, antes de introduzir as estratégias políticas adotadas pela igreja, apresento sua organização eclesiástica de forma comparada. Assim como os partidos, as instituições religiosas também são um reflexo do tipo de governo por elas adotado.

Similaridades aproximam duas organizações aparentemente tão distintas em suas finalidades. Mostro, a partir da compreensão da estrutura organizacional das igrejas, como a IURD delineou sua estratégia religiosa, política e empresarial, criando um sistema³⁰ que engloba todos os seus empreendimentos – um sistema orgânico, cujas empresas funcionam de forma alinhada, tornando complexa (quicá impossível) a sua dissociação.

Na próxima seção, comparo os governos eclesiásticos das três igrejas, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal, por duas razões: primeiro, por estas serem as três principais denominações pentecostais³¹ brasileiras em número de fiéis, e também porque estas são, coincidentemente ou não, as três igrejas pentecostais³² com maior envolvimento político. Finalizo a seção examinando características de fragmentação institucional, e como isto reflete nas estratégias políticas da Assembleia de Deus, a maior igreja evangélica do Brasil, e da Universal.

3.2 Estrutura Organizacional das Igrejas

Conhecer a forma de organização e o governo eclesiástico das igrejas é imprescindível para compreender o funcionamento e a dinâmica interna das instituições. O tipo de hierarquia, o grau

³⁰ Em alguma medida, Edir Macedo construiu um sistema comparável ao grupo Silvio Santos, Abílio Diniz e afins. Não é possível representar Macedo apenas pela IURD, ou grupo Record.

³¹ A rigor, a IURD pertence à vertente Neopentecostal que, embora diferente em termos teológicos, derivou da matriz pentecostal.

³² Se me referisse apenas a igrejas evangélicas em geral, a IEQ deveria ser substituída pela Igreja Batista, visto que esta denominação é maior em termos eleitorais, conforme sua presença na Bancada Evangélica, por exemplo.

de centralidade, e a maneira como se dá a expansão da igreja, são elementos determinantes de seu *modus operandi*.

Aqui introduzo, de forma sucinta e descritiva, a estrutura organizacional da Assembleia de Deus, da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Universal do Reino de Deus. A ideia de apresentar e contrastar aspectos institucionais das denominações atuantes politicamente tem como finalidade argumentar que o caráter “corporativo” da IURD (Oro, 2003; 2006) é orientado para o alcance de seus objetivos específicos – sejam eles religiosos, empresariais ou políticos.

Freston (1998) aponta para uma diferença crucial entre os modelos: as igrejas pentecostais fundadas por estrangeiros (Assembleia de Deus, Congregação Cristã, Igreja do Evangelho Quadrangular) tiveram lideranças plurais e sem crises sucessórias. As brasileiras, por outro lado, foram (e continuam sendo) fortemente atreladas a seus fundadores (assim como Deus É Amor e Davi Miranda, e a própria IURD e Edir Macedo). É interessante notar como, embora as três denominações tenham adotado o episcopado³³ como tipo de organização eclesiástica, a característica apontada por Freston causa disparidades entre elas.

A Assembleia de Deus tem um governo episcopal não-territorial – ou seja, é subdividida em Ministérios compostos por um grupo de igrejas. Este conjunto é liderado por um presidente com autonomia administrativa. Estes podem escolher fazer ou não parte da Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil (CGADB)³⁴ (Fajardo, 2015).

A figura do pastor presidente da instituição é forte, mas o nível de fragmentação da denominação limita sua autoridade. Isto porque cada líder pode atuar somente no âmbito do Ministério ao qual pertence. A autonomia das células (ministérios) em relação a CGADB abre espaço para expansão desenfreada, visto que não há impedimentos legais que refreiem a abertura de novas igrejas que usam a denominação AD – mesmo sem partilhar de seus preceitos, ou mesmo vincular-se a CGADB.

A IEQ possui uma estrutura hierarquizada e cada um dos níveis desta hierarquia é administrado por Conselhos. Além disso, esta estrutura abrange as esferas nacional, estadual e local, que representa as igrejas. O presidente do Conselho Nacional de Diretores concentra o

³³ Governo episcopal é uma forma de organização hierárquica em que o bispo (ou dirigente principal da denominação à qual se refere) é a autoridade máxima dentro da hierarquia.

³⁴ A CGADB foi criada em um momento de discussão sobre a expansão da AD, em meados dos anos 1930, e o interesse em determinar a “estruturação e liderança de um aparato hierárquico de nível nacional” (Fajardo, 2015, p. 4). Esta não é, contudo, uma organização forte, apenas uma entidade que representa as lideranças da AD, não exercendo qualquer poder sobre os pastores. Após a “ministerialização”, cresceu também o número de convenções estaduais – cada estado pode, inclusive, ter mais de uma convenção, composta por diferentes ministérios (Freston, 1998).

poder máximo da IEQ no país e é eleito por uma convenção nacional. O corpo deste conselho é responsável pela escolha dos diretores e secretários a nível estadual. No âmbito local, o pastor é o diretor de um conselho local, composto de outros membros escolhidos por ele. Também a nível local são determinadas as áreas geográficas à qual pertencem cada um dos conselhos locais, que são as chamadas regiões eclesiais³⁵.

Embora sua hierarquia seja bastante organizada, o presidente nacional da IEQ não detém um poder fortemente centralizado. Os membros das hierarquias inferiores seguem diretrizes, mas existe discricionariedade nas pontas. Também pode-se dizer que a organização da IEQ é um meio termo entre a autonomia da AD e a centralização plena da IURD.

A IURD é conhecida na literatura por seu “modelo de gestão e organização denominacional de molde empresarial” (Oro, 2003; Mariano, 2004; Mariano, 2007; Fonseca, 2008). O padrão eclesial episcopal garante e reforça a autoridade de Edir Macedo, seu principal idealizador e fundador, além de aprofundar a verticalização do sistema iurdiano. A hierarquia piramidal da Universal, composta por bispados regionais, comissões responsáveis por assuntos específicos e pastores regionais e locais, reverbera na divisão do trabalho religioso e alto grau de centralidade.

Edir Macedo delineou o sistema iurdiano de forma que nenhuma das camadas da hierarquia iurdiana seja capaz de intervir em suas decisões, preservando sua autoridade. Os pastores, grau mais baixo na hierarquia da igreja, não têm qualquer autonomia, devendo sempre se reportar aos bispos. A centralização do poder garante maior controle e um bom funcionamento do sistema iurdiano.

No mercado religioso brasileiro, fragmentado e competitivo, a IURD, sob as rédeas de Macedo, iniciou timidamente suas atividades e, em algumas décadas, se tornou um fenômeno religioso. A Universal não se restringiu ao nicho religioso. A expansão de sua atuação para outros segmentos culminou na abertura e compra de empresas diversas, dentre eles, veículos de mídia³⁶ – é possível citar o jornal diário, “Folha Universal”, as rádios e o veículo mais importante, a Rede Record.

³⁵ Marques (1999), “Administração Eclesial” – cada uma destas regiões conta com, no mínimo, sete igrejas e tem um caráter de jurisdição destes conselhos locais.

³⁶ O Brasil é, segundo Freston (1998), a segunda maior comunidade em produção de programas evangélicos na televisão. E a TV ainda é o principal veículo de comunicação de massa no país, que não conta com regulação relacionada a programas vinculados a denominações religiosas, como acontece na Inglaterra, por exemplo.

Além de suas competências na esfera religiosa, também vem sendo discutida a eficiência da IURD em termos políticos (Freston, 1993; Oro, 2003; Machado, 2006; Mariano, 2007; Braga, 2008; Fonseca, 2008; Campos, 2006). Ao lado das outras denominações evangélicas, a IURD também se manifestou no momento da Constituinte e elegeu seu primeiro deputado federal. A partir deste momento, começou a construir uma trajetória política relevante e reconhecida – especialmente pela mídia.

Seus êxitos políticos despertaram um efeito mimético (Oro, 2003; 2006) tanto na Assembleia de Deus quanto na Igreja Quadrangular. Como exemplo, é possível citar o levantamento das “competências políticas” realizado pela IEQ, que tem como finalidade analisar as potencialidades de lançar seus próprios candidatos em detrimento do apoio a outras candidaturas (Oro, 2006). Nesse caso, querer não é poder, pois a eficiência política não pode ser analisada de forma desvinculada das características organizacionais da IURD. Alcançar seu patamar em termos organizacionais, porém, requer mais do que a reprodução de suas estratégias. As outras denominações ainda esbarram em fatores institucionais, como é o caso da AD e sua fragmentação interna.

3.3 Análise de Fragmentação das Igrejas

Para evidenciar padrões de fragmentação, utilizo dados da RAIS³⁷ Estabelecimentos (2014) sobre abertura formal das igrejas. Todas as igrejas que optam por formalizar sua instituição passam pelo processo de abertura de empresa e obtém, ao final, um CNPJ. A RAIS é um cadastro obrigatório no qual as empresas registram informações como a atividade à qual pertencem, quantidade de vínculos trabalhistas ativos, massa salarial, dentre outros.

O pressuposto desta análise é a fragmentação institucional. Analisar como as igrejas se formalizam permite observar também como se organizam. Denominações fragmentadas seriam expressas em múltiplos registros (CNPJ) de suas unidades, não refletindo eventuais relações hierárquicas entre matriz e filiais.

³⁷ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi instituída em 1975 como um cadastro a ser preenchido pelas empresas (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d76900.htm). Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esta tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país e deve ser preenchida anualmente por todas as empresas (de todos os portes). Na prática, mesmo havendo uma cláusula de multa (http://www.rais.gov.br/sitio/como_informar.jsf#penalidade) para empregadores que não entregam a declaração, nem todas as empresas o fazem. Por isso é possível encontrar o registro de uma empresa X em determinado ano, e não mais encontrá-la nos anos seguintes, o que diminui a precisão do cadastro, mas nem por isso invalida sua importância como fonte de informação.

O primeiro critério de pesquisa utilizado foi a seleção da subclasse do CNAE³⁸ referente às atividades religiosas (código: 9491000). A segunda etapa consistiu em identificar as igrejas por religião (“Evangélica”, “Católica”, “Afrobrasileira” etc.), de acordo com a classificação proposta pelo IBGE; foram criados, para as evangélicas, subgrupos de orientação (“Pentecostal”, “Neopentecostal”) e por denominação (“IURD”, “AD”, “IEQ”), utilizando elementos textuais contidos na razão social. A conclusão destas etapas foi possível após elaboração de um algoritmo³⁹ de codificação, baseado em amostras, utilizando o *software* R.

Ao analisar o subgrupo das igrejas evangélicas por denominação, pude constatar uma diferença clara entre a AD, e a IURD e IEQ: enquanto a Assembleia vive um intenso processo de multiplicação – resultando em Ministério ou Assembleia individual com seu próprio registro junto à Receita Federal – as igrejas Universal e Quadrangular mantêm um único CPNJ Raiz⁴⁰ para todas as suas casas de culto (4.342 e 6.320, respectivamente, segundo dados da RAIS 2014) – fruto de seu grau de centralidade e organização institucional.

As estratégias de identificação adotadas não são capazes de obter resultados precisos na busca pela Assembleia de Deus em meio aos registros da RAIS. A multiplicidade de CNPJs permite apenas constatar que existem os Ministérios organizados, contendo um grupo de igrejas com um CNPJ e nomes padronizados, e igrejas aparentemente isoladas, com CNPJs solteiros e nomes difusos. A falta de padronização no nome das Assembleias individuais dificulta inclusive a contagem do número de registros: de aproximadamente 10 mil casos identificados como AD em todo o país, 6.600 utilizaram expressamente o nome “Assembleia de Deus”; no restante dos casos, apenas alguma referência (acrônimos como AD ou ADD, por exemplo), sucedida por combinações de nomes, foi adicionada à sua razão social.

Estes dados mostram, a partir de informações sobre o registro das igrejas, como se organizam as instituições. Em decorrência da fragmentação e alto grau de autonomia, a Assembleia de Deus enfrenta problemas decorrentes de sua expansão em desalinho entre os diversos Ministérios. Um deles é a sobreposição geográfica dos distritos ministeriais: é possível encontrar, por exemplo, duas igrejas AD em um mesmo bairro, cada uma pertencendo a um Ministério distinto – gerando uma competição intra-denominacional.

³⁸ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

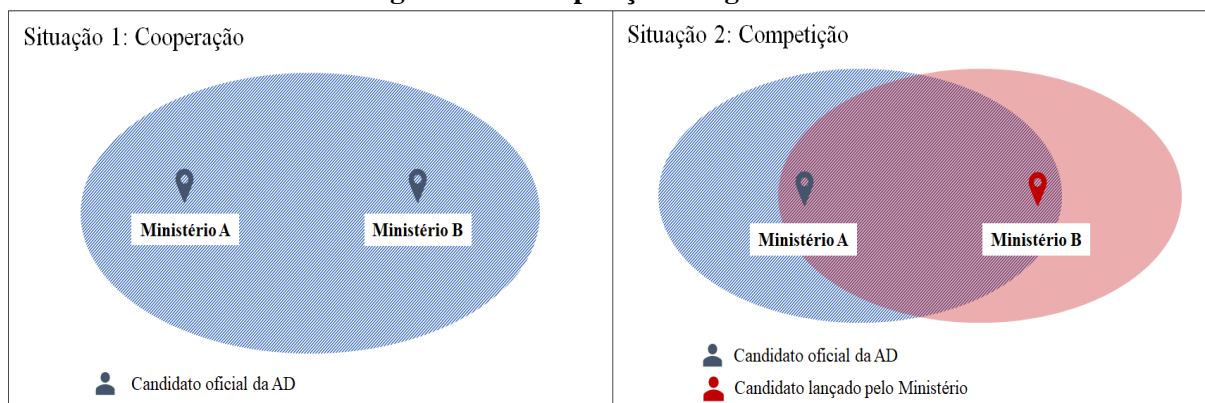
³⁹ O algoritmo foi desenvolvido por Guadalupe Tuñón (UC Berkeley) e por mim.

⁴⁰ O CNPJ é composto de 14 dígitos e é dividido em três partes: os oito primeiros são a raiz, ou seja, o número de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; os quatro números após a barra correspondem ao número de ordem do estabelecimento (se é matriz ou filial), e os dois últimos após o hífen são dígitos de verificação.

Para uma instituição que tem aspirações políticas, este é um sério problema: as igrejas disputam fiéis, e agora eleitores também. Uma situação hipotética ilustra o que chamei de “competição intra-denominacional”:

Uma dada área comporta dois Ministérios, A e B. O Ministério A faz parte da CGADB e apoia o candidato oficial lançado pela Convenção. O Ministério B, por sua vez, é desvinculado da Convenção. Diante deste cenário, duas situações são possíveis (ilustradas pela Figura 3.1): na Situação 1, o candidato oficial lançado pela AD é apoiado pelos dois Ministérios, que cooperam e maximizam a chance de sucesso eleitoral; na Situação 2, o Ministério B opta por lançar seu próprio candidato – neste caso, há dois candidatos disputando a eleição no mesmo território.

Figura 3.1 Sobreposição Geográfica AD



Fonte: Elaboração própria.

A Situação B evidencia um claro problema de coordenação. De acordo com a discussão apresentada no Capítulo 2, o que diferencia o candidato oficial da igreja em relação aos outros candidatos religiosos seria o suporte dado pela instituição. A coexistência de dois candidatos da mesma denominação, no mesmo território, geraria uma espécie de disputa intrapartidária (Ames, 1993; Cox, 1997; Cox & Thies, 1998).

Esta capacidade da igreja em coordenar seus candidatos, tal como opera um partido, é parte do que determina sua eficiência no âmbito político-eleitoral. Se houvesse uma liderança centralizada, capaz de reger os diversos Ministérios e mobilizar a massa de fiéis, a AD desbancaria a IURD do posto de “maior fenômeno político-religioso brasileiro”⁴¹.

⁴¹ De acordo com o levantamento do DIAP, a denominação com maior número de membros na Bancada Evangélica já é a Assembleia de Deus. Contudo, conforme argumento no Capítulo 2, é difícil determinar se os componentes da bancada são os candidatos “oficiais” da AD ou apenas indivíduos que professam sua fé dentro desta vertente religiosa.

O êxito político iurdiano é resultado da combinação entre concentração de poder do bispo Macedo e adoção de estratégias comumente utilizadas pelos partidos políticos, conforme será abordado no Capítulo 4. Além disso, a IURD conta com serviços de mídia próprios e capilaridade em sua rede de igrejas, ampliando seu alcance nas grandes cidades – especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte de seu público. Na seção seguinte, descreverei as principais formas de atuação da Igreja Universal no plano eleitoral, até chegar em sua associação com o PRB.

4. Mecanismos de Coordenação da Igreja Universal

“Democracia na igreja não funciona. Você não pode ter uma reunião para perguntar se o pastor deveria comprar um teclado ou começar um programa de rádio ou TV. Nenhuma das denominações democráticas crescem”.

Carlos Rodrigues, ex-deputado federal e bispo afastado da Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal foi primeira igreja evangélica pentecostal a lançar seus candidatos oficiais próprios, distribuí-los pelo distrito eleitoral, prover assessoria, financiamento e suporte. Para a realização de todas estas tarefas, utiliza-se de sua própria estrutura, tornando-se uma instituição autossuficiente.

À luz das definições sobre o que é e como atua um partido, apresento neste capítulo evidências que corroboram meu argumento de que a IURD atua tal qual um partido, dado seu grau de profissionalização política. Nesta análise, enfatizo três pontos característicos da IURD que auxiliam na eficácia de sua atuação política: i) a centralidade, ii) a territorialidade, e iii) capacidade de coordenação. A última seção é dedicada ao PRB, frequentemente referido como sendo o partido da IURD, mas que aqui argumento ser um instrumento político da igreja – parte integrante do sistema desenvolvido por Edir Macedo.

O principal objetivo deste capítulo é desvelar quais são os mecanismos utilizados pela igreja para alcançar seu objetivo político. Estes mecanismos culminam no culto, onde ocorrem as campanhas de seus candidatos. Sem todo este processo de organização interna, o *brokerage* dos pastores perderia sua eficácia.

4.1 Mecanismos de Coordenação e Estratégia Política da IURD

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977 no Rio de Janeiro, em um imóvel onde anteriormente funcionava uma funerária (Mariano, 2004, p. 124). Entre seus fundadores está Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares, Carlos Rodrigues e Marcelo Crivella⁴². Sua expansão se deu de forma acelerada e, ao longo de 40 anos, construiu um poderoso

⁴² Respectivamente: líder da IURD; “R. R. Soares”, como é conhecido o atual líder da Igreja Internacional da Graça de Deus; o ex-Bispo Carlos Rodrigues, que por anos foi coordenador político da Universal; sobrinho de Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro.

conglomerado de empresas que atua em diversas frentes – de canal de TV a fábrica de bancos para templos, até associações beneficentes.

Embora tenha perdido aproximadamente 10% de seus fiéis entre as décadas de 2000 e 2010 (ver Tabela 1.2 e explicação no Capítulo 1), a Igreja Universal conta hoje com templos distribuídos em 200 países e parece estar “reposicionando sua marca”: nos últimos anos, tem investido na desassociação do termo “igreja” contido em seu nome, passando a referir-se como “A Universal”. Faz sentido, tendo em vista o caráter empreendedor e a diversificação dos negócios vinculados à igreja.

A IURD não divulga a maioria dos negócios empreendidos pela instituição. O conhecimento acerca de suas empreitadas fica a cargo de investigações jornalísticas e acadêmicas. Não foi diferente com relação a seu envolvimento na política. Este foi, aos poucos, sendo desvendado a partir de estudos sobre a presença dos evangélicos na Constituinte (Pierucci, 1987; Pierucci & Mariano, 1992) e, com o aumento do interesse sobre o tema, pesquisadores e jornalistas se debruçaram sobre a crescente participação das igrejas, até chegar na Universal (Freston, 1993; Oro, 2003; Mariano, 2004; Machado, 2006; Oro, 2006; Braga, 2008; Almeida, 2009; Gutierrez, 2014; 2017).

Como tudo relacionado a sua trajetória, a IURD começou elegendo um deputado federal em 1986, e logo tornou sua presença constante (e crescente) na Câmara. Foi em 1997 – dez anos depois de sua primeira eleição – que a Igreja Universal adotou o modelo corporativo de “candidatura oficial”. Neste momento, assumiu um papel que até então era dos partidos políticos e se tornou pioneira entre as igrejas que similarmente lançam candidatos nas eleições, produzindo o efeito mimético mencionado na seção anterior.

A estimativa de eleição de um candidato depende de uma série de fatores e, por isso, a IURD atua em diversas frentes com intuito de viabilizar seus candidatos, seguindo uma lógica de estrutura partidária. A igreja executa a montagem da lista (quantos e quem devem ser os candidatos competitivos), o recenseamento dos fiéis (que determina onde as campanhas devem acontecer) e campanhas de engajamento político (persuasão e mobilização (Cox, 2008)) do eleitorado, além de assessoria, financiamento, propaganda e campanhas eleitorais de seus candidatos.

O processo começa antes do período eleitoral, quando a IURD emprega esforços para transformar seus fiéis em eleitores. O primeiro passo consiste em realizar um recenseamento de seus membros, com intuito de identificar qual seu capital eleitoral potencial (Machado, 2006; Oro, 2006; Fonseca, 2008). O recenseamento é feito por meio de entrevistas com os membros

de cada templo a fim de obter informações sobre faixa etária, local de moradia e dados eleitorais (local onde vota).

Este levantamento tem uma finalidade primordial dentro do processo de coordenação da IURD: a partir do recenseamento, a igreja toma conhecimento de seu capital eleitoral. Como parte do questionário é dedicado extrair informações sobre onde vivem e votam os fiéis, a igreja também adquire uma espécie de *know-how* geográfico. Saber onde vive e vota seu eleitorado em potencial auxilia na escolha dos distritos onde cada candidato fará sua campanha, criando uma espécie de “território iurdiano”. Voltarei a este tópico mais adiante neste capítulo.

A igreja promove campanhas para que jovens de 16 e 17 anos registrem-se junto a um cartório eleitoral para obter seu título de eleitor, com propósito de incentivar sua participação nas próximas eleições. Vale ressaltar que ainda não há estudos empíricos sobre a eficácia da mobilização iurdiana sobre seus jovens fiéis.

Prover instrução política para seus fiéis também é uma prática iurdiana. Além do incentivo aos jovens, são oferecidas palestras e aulas sobre o uso da urna eletrônica nos meses que precedem as eleições. Não obstante, o livro “Plano de Poder”, escrito em 2008 por Edir Macedo em parceria com o jornalista Carlos Oliveira, detalha “o grande projeto de nação elaborado por Deus”, ressaltando o papel dos evangélicos – referindo-se a “força eleitoral dos 40 milhões de brasileiros evangélicos” – e a importância das ações estratégicas para o sucesso da empreitada divina⁴³.

A definição de quem são estes candidatos, representantes dos evangélicos, passa pelo crivo i) dos bispos regionais, que são os primeiros a conhecer os dados levantados por cada templo de sua jurisdição; ii) do bispo pertencente a cúpula, responsável pela coordenação de assuntos político-eleitorais, escolhido por Edir Macedo; iii) até chegar aos dirigentes da igreja (Conselho dos Bispos), que têm a palavra final sobre quem serão os candidatos. Embora a seleção seja constituída de etapas, a escolha dos candidatos não é uma decisão democrática, ao contrário: esta é de inteira responsabilidade da cúpula, reflexo da estrutura piramidal da instituição (Oro, 2003; Fonseca, 2008).

Candidatos eleitos continuam sob a supervisão do Conselho dos Bispos, que costuma monitorar a frequência de comparecimento, bem como o conteúdo dos discursos e sua votação no Congresso. Esta é a forma da igreja avaliar se o incumbente deve ser relançado. Caso sua

⁴³ “O êxito em política, sobretudo na atualidade, depende de um conjunto de ações estratégicas, bem elaboradas e objetivas, que vai desde o político como produto às ações dos que desejam elegê-lo” (Macedo & Oliveira, 2008, p. 73).

atuação na Câmara seja insatisfatória, este indivíduo será cortado do quadro de candidatos na próxima eleição. Este monitoramento constante é um dos reflexos da forte liderança da IURD.

A existência de um perfil de candidato específico que atenda as preferências da igreja parece ser um consenso entre os pesquisadores do fenômeno iurdiano (Freston, 1993; Oro, 2003, 2006; Machado, 2006; Fonseca, 2008): estes são, em sua maioria, cantores gospel ou personalidades da mídia – preferencialmente da mídia evangélica (Fonseca, 2008). Isto atenderia ao requisito de forte vínculo do candidato com a igreja. Indivíduos com vínculos mais fortes melhor se adequam ao “ideal de representante” religioso, são mais alinhados com as condutas religiosas e mais propensos ao “dom político” (Machado, 2006).

Por outro lado, pode-se argumentar que candidatos com vínculos são também mais facilmente “controlados” pela igreja, especialmente no caso da Universal que, devido a suas características organizacionais, esvazia o poder e autonomia dos indivíduos em posições eclesiásticas inferiores.

Machado (2006) aponta para uma evidência que parece corroborar esta conjectura: a IURD evita o recrutamento de candidatos evangélicos militantes ou líderes de movimentos sociais. Esta prática, que é comum em outras denominações (Fonseca, 2008), visto que este perfil de candidato soma votos de diversas bases eleitorais, colide com os interesses iurdianos. A subordinação fortalece a liderança religiosa - talvez porque os candidatos precisem dever sua eleição à IURD; de outra forma, podem tornar-se independentes no Congresso.

Após a composição da lista, os candidatos escolhidos são submetidos a sessões de orientação do Conselho dos Bispos e contam com assessoria da equipe política, coordenada pelo bispo responsável. Este Conselho fica também a cargo da distribuição geográfica e da filiação partidária destes candidatos, aspirando a maximização do potencial eleitoral de cada um (Oro, 2003; Fonseca, 2008). Estas duas etapas, distribuição geográfica dos candidatos e filiação partidária, serão discutidas nas seções seguintes.

Todo o processo desenvolvido pela Igreja Universal depende do recenseamento realizado pela instituição. De posse dos dados eleitorais de seus fiéis, a IURD exerce o que Cox (1997) chama de “coordenação estratégica”: efetua o cálculo do capital eleitoral, ou seja, uma estimativa do quociente eleitoral para computar quantos e quais seriam os candidatos viáveis – a maior expressão de sua atuação enquanto partido. Contudo, embora a coordenação intrapartidária seja condição necessária para quem almeja sucesso no âmbito eleitoral, ela não é condição suficiente para tal. A competição interpartidária na corrida por uma cadeira exige que outras estratégias sejam adotadas, a fim de garantir a viabilidade do candidato.

A coordenação eleitoral exercida pela IURD vai além da composição da lista de candidatos: engloba uma estratégia territorial de mobilização de eleitorado, em que cada candidato é designado para realizar suas campanhas em determinada área, de forma a não invadir o espaço uns dos outros (como foi argumentado no capítulo anterior, ao abordar um problema da Assembleia de Deus). Além disso, a IURD utilizou de estratégia também na escolha das filiações partidárias de seus candidatos, distribuindo cuidadosamente os candidatos pelos partidos. Agora, a Universal conta com seu próprio partido, o PRB, que atua como um instrumento para sua ambição política, uma vez que o partido em si seria a própria igreja.

Todo o sistema de estratégias eleitorais da Universal culmina nas ações executadas em seus templos, que é onde está o seu eleitorado em potencial. Assim, os pastores assumem o papel de *broker*, ou seja, um intermediário entre os candidatos e os fiéis. O *broker* é, segundo a literatura, um indivíduo que tem relações com um determinado grupo de pessoas e consegue, com base na confiança que o grupo lhe confere, persuadir este mesmo grupo a apoiar politicamente um candidato (Valenzuela, 1977; Stokes *et al.*, 2013; Larreguy, 2013; Lisoni, 2017; Novaes, 2017). Esta é uma prática comum e difundida, geralmente vinculada a estudos sobre clientelismo na América Latina. No Capítulo 5, apresento o conceito de “*broker iurdiano*”, ao elaborar um modelo que contempla características específicas deste tipo de intermediário, acrescidas as características da organização iurdiana.

Não analiso o processo de escolha e composição da lista de candidatos da IURD nesta pesquisa, mas sim os mecanismos de coordenação utilizados pela igreja, sobretudo os de ordem territorial. Nas próximas seções, exploro os seguintes temas: território iurdiano, o processo de escolha de filiações, até chegar ao PRB – o chamado “braço político da IURD”.

4.2 Território Iurdiano

Territorialidade está presente no cerne da Igreja Universal do Reino de Deus. Uma série de evidências reforça esta premissa: a história da Universal é uma história de expansão geográfica. Primordialmente concentrada em grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, esta foi, em poucos anos, avançando para outras regiões do país, principalmente regiões metropolitanas (Almeida, 2004; Araújo, 2015) e, posteriormente, para o exterior. A eficiência iurdiana facilitou a abertura de novos templos, e a propagação se estendeu para outros países.

A diversificação de seus negócios também contribui para a difusão espacial da IURD: além da rede de casas de culto, as obras assistenciais e filantrópicas marcam presença em

territórios menos atendidos pelo Estado e amplia seu circuito de serviços religiosos⁴⁴. Tanto o acesso a veículos de mídia quanto a construção de grandes templos em locais de grande fluxo de pessoas (Almeida, 2004) teriam a capacidade de ampliar a visibilidade da instituição, bem como promover seu *marketing*. O termo “território iurdiano” (Braga, 2008; Araújo, 2015) parece fazer sentido em termo amplo – digo, não se limitando apenas ao fator geográfico.

Também no âmbito político a IURD se utiliza de táticas espaciais. Fatores como localização de seus templos e delimitação de áreas para realização de campanhas são explorados no momento de distribuição de candidatos pelo distrito eleitoral. A lógica desta prática consiste no papel do partido em coordenar seus candidatos dentro de um distrito multi-membros (Cox, 1997; Cox & Thies, 1998; Cox, 1999) , eliminando a competição intrapartidária de modo a maximizar as chances de eleição dos candidatos viáveis. Ao distribuir os candidatos pelo território, o partido – ou, no caso, a igreja – evita “canibalismos”. Para o partido, a determinação da região onde cada candidato situará a campanha consiste em onde está sua base eleitoral.

No caso da igreja, sua base eleitoral está predominantemente concentrada em suas casas de culto . Logo, faz sentido inferir que o templo é o marco espacial da igreja (Campos, 2006; Machado, 2006; Braga, 2008) para fins religiosos e também políticos. Portanto, o território iurdiano seria constituído da circunscrição das áreas de suas igrejas. Machado (2006) afirma que as igrejas seriam uma espécie de “distrito eleitoral” da IURD, uma área proibida para concorrentes – sob pena de rechaço (ver Campos, 2006) – por onde a igreja distribui seus candidatos (Oro, 2003).

A campanha realizada no templo é o mecanismo que transforma este espaço em distrito eleitoral iurdiano. Ao utilizar o templo para apresentação de seus candidatos, a IURD converte a figura do pastor em *broker*. Os pastores são *brokers* leais, submetidos aos desígnios da instituição centralizadora à qual pertencem. Esta subserviência garante, por exemplo, que campanhas de candidatos “avulsos” não serão permitidas no templo e em seu entorno, minimizando a necessidade de monitoramento deste tipo de *broker*, e garantindo a integridade do território da IURD.

A igreja tem vantagens em relação ao partido político: primeiro, dispõe de uma estrutura física (templos⁴⁵) e social (fiéis) previamente constituída, o que supõe relações mais bem

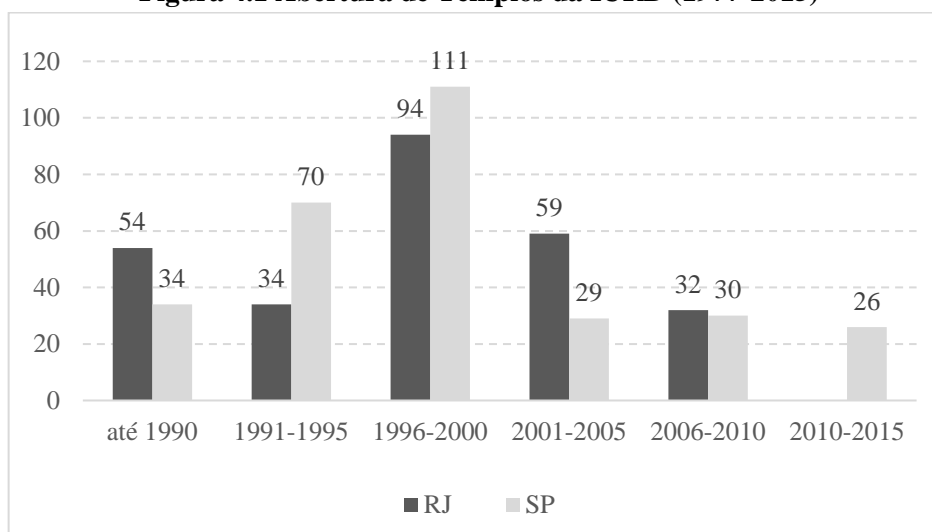
⁴⁴ Muitas vezes, existe parceria entre as ações das organizações assistenciais da Universal e o Estado, como mostra Araújo (2015).

⁴⁵ Poderia também citar os veículos de mídia e outras organizações que são de posse do conglomerado de Edir Macedo, mas utilizo apenas os templos para fins de simplificação do argumento.

estabelecidas entre as partes. Depois, a estrutura organizacional da igreja garante controle das atividades e reduz custos de monitoramento. A prestação de serviços religiosos (dado que se trata de uma igreja) é a responsável pela captação e fidelização de membros, que posteriormente poderão se tornar eleitores. Tendo seus próprios *brokers* e base eleitoral, a igreja parece autossuficiente.

A Figura 4.1 mostra a dinâmica de abertura de templos da IURD desde o início das suas atividades – no fim da década de 1970 – até 2015, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Estas capitais contam hoje com 290 e 273 templos⁴⁶, respectivamente, inaugurados ao longo das quatro décadas de existência da instituição. A distribuição não é uniforme, e reflete movimentos da igreja: até 1990, a Universal passava por um período de consolidação no mercado religioso, concentrando-se predominantemente em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador; após estabelecer-se, dedicou a década seguinte à expansão.

Figura 4.1 Abertura de Templos da IURD (1977-2015)



Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do MTE/RAIS

Neste período, houve também uma mudança institucional da igreja em termos políticos. Em 1998, a IURD adotou o modelo de “candidatura oficial” (Oro, 2003; Machado, 2006; Fonseca, 2008), sinalizando sua entrada na arena política de forma mais “profissional”. Retorno a este argumento na seção seguinte, com mais detalhes. Aqui, cabe dizer que, concomitantemente a esta mudança institucional, a IURD inaugurou 78 templos no RJ e 78 em

⁴⁶ Templos que foram abertos e não foram fechados, até a data da realização da pesquisa, utilizando a base RAIS Estabelecimentos de 2014.

SP entre 1998 e 1999, marcando um momento de reestruturação da igreja. Por este motivo, o período entre 1996 e 2000 desponta no gráfico.

As décadas seguintes sofrem uma queda no número de aberturas, embora pareça sistemático o número de templos abertos em SP entre 2005 e 2015. É possível que este número caia à medida que estes municípios fiquem saturado de templos iurdianos. Outra suposição sobre a queda no ritmo de inaugurações está relacionada com a abertura de grandes templos como o Templo de Salomão, por exemplo, que teve suas atividades iniciadas em julho de 2014 (cujo culto de inauguração, aliás, contou com a presença de diversos políticos⁴⁷, dentre eles Geraldo Alckmin, atual governador do Estado de São Paulo, Fernando Haddad, prefeito de São Paulo à época, Dilma Rousseff, Presidente da República à época e concorrendo ao segundo mandato, e seu vice, Michel Temer, atual presidente do Brasil após impeachment), e a consolidação da igreja no exterior.

As Figuras 1 e 2 do Apêndice I apresentam a distribuição da igreja dos municípios de SP e RJ, separados por ondas: a) templos abertos até 1997, b) abertos entre 1998 e 1999, quando a Universal passa por uma reestruturação e ocorre um *boom* de inaugurações, e c) as igrejas abertas após 2000 (até 2014).

Visibilidade é uma das principais características relacionadas a alocação dos templos da IURD, segundo pesquisa realizada por Almeida (2004) sobre trânsito religioso na RMSP: locais de passagem, avenidas, e grandes templos são uma forma de atrair atenção e público⁴⁸.

Os templos da IURD não estão concentrados nas áreas mais pobres da cidade – o que é um contrassenso, tendo em vista a forma como as igrejas Pentecostais se estabeleceram no Brasil: nas periferias das grandes cidades. Contudo, deve ser considerada a lógica de atuação da Universal, alinhada à Teologia da Prosperidade, cada vez mais voltada para as classes média e média-baixa⁴⁹. Assim, ter templos concentrados em regiões ermas dificultaria o acesso de seu público-alvo.

É plausível supor que a IURD prefere locais com maior densidade populacional para alocar seus templos (Almeida, 2004; 2009). Esta é uma instituição que almeja atender um nicho social específico, dissemina fortemente sua imagem em sua emissora de TV e tem ambições políticas. Sua maior demanda é a atração de massas.

⁴⁷ <http://fotos.estadao.com.br/fotos/acervo,templo-de-salomao,492629>

⁴⁸ O mesmo fenômeno foi observado por Braga (2008) no município do Rio de Janeiro.

⁴⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899617-igreja-universal-faz-40-anos-e-realiza-sonho-de-alcancar-classe-media-alta.shtml>

As Figuras 3 e 4 do Apêndice I apresentam a distribuição geográfica dos templos da Universal nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. Em ambas as capitais, é evidente como a distribuição dos templos da IURD acompanha a mancha de densidade demográfica. Quanto mais escura é a mancha, maior é o número de habitantes por km², e maior é a concentração de igrejas naquela área.

Do ponto de vista eleitoral, os locais de votação (LV) também estão concentrados onde há maior densidade demográfica. Parece aceitável considerar que regiões com maior concentração populacional devem conter mais locais de votação, tentando atender a demanda sem deslocar indivíduos para grandes distâncias⁵⁰.

Estas informações se relacionam à medida em que os locais de votação e as igrejas parecem estar muito próximos. É, contudo, comum chegar a conclusões intuitivas apenas ao visualizar os mapas. Por isso, para checar a proximidade entre os locais de votação e os templos da IURD, utilizei os seguintes recursos: um *heatmap* dos locais de votação para melhorar a visualização, e um cálculo de distância entre os pontos de interesse.

Para criar o mapa de intensidade (*heatmap*) dos locais de votação, foi aplicada uma função Kernel de distância $d(\cdot)$ com raio de alcance de 700 metros, obtendo um mapa de “intensidade” dos LVs; a utilização deste método auxilia na visualização dos dados de interesse, uma vez que há uma grande concentração de pontos em determinadas áreas. A distância entre as igrejas e os locais de votação foi calculada a partir da relação de pontos (latitude e longitude) geolocalizados para as duas variáveis. A medida reflete a menor distância entre um LV e a igreja mais próxima (*nearest neighbors*), em metros.

É razoável que a proximidade entre estas duas variáveis, localização das igrejas e locais de votação, seja uma função do fator populacional. As Figuras 3b e 4b do Apêndice I exibem a densidade de locais de votação e a disposição dos templos da Universal nos municípios. Em média, há uma igreja a pelo menos 929m de distância em São Paulo e 674m no Rio de Janeiro, mas é possível observar que as igrejas estão majoritariamente localizadas dentro dos pontos de maior intensidade dos locais de votação.

Quais são as implicações desta análise? Primeiro, esta tem caráter exploratório, sem qualquer intenção de determinar relações de causalidade. Logo, a partir dela é possível fazer

⁵⁰ Idealmente, a política dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) consiste em alocar os eleitores o mais próximo possível de suas casas (“*walking distance*”) dentro do perímetro que comporta cada zona eleitoral. Por isso, o critério de alocação é baseado no CEP do domicílio – ao ser apresentado, são informados os locais de votação, onde ainda há vagas, contidos no entorno do endereço informado; dada a oferta, o local é escolhido de acordo com a preferência do eleitor.

inferências sobre a localização dos templos da IURD, que serão posteriormente utilizadas como parte do pressuposto mecanismo de *brokerage* de igreja. Além disso, esta contribui para o conceito de “território iurdiano” à medida que agrega informação sobre como a instituição se distribui no espaço geográfico.

Esta análise não é, contudo, suficiente para fazer conjecturas sobre a estratégia da IURD, embora seja possível extrair algumas observações: i) os templos estão espalhados nas áreas mais populacionalmente densas; ii) na média, os locais de votação de SP e RJ têm igrejas a menos de 1km de sua localização.

Vale ressaltar que, se a IURD realiza um recenseamento eleitoral na iminência das eleições, é porque a informação sobre onde votam seus fiéis parece interessar. Associar a proximidade entre igreja e locais de votação pode ser uma forma de estimar a existência de um território iurdiano – assim, as igrejas seriam os locais onde os candidatos realizariam suas campanhas, e o território iurdiano seria uma função do espraiamento destes votos.

Uma vez sabido onde votam seus fiéis⁵¹, a igreja é capaz de, *ex post*, conferir se o capital eleitoral estimado condiz com o total de votos obtido pelo candidato em cada região. Retornarei a este tema no Capítulo 5. Antes, contudo, é preciso discutir a estratégia da igreja em termos de filiação partidária, até chegar em sua relação com o PRB, tema abordado mais adiante neste capítulo.

4.3 Estratégia de Distribuição de Candidatos e Filiação Partidária

Em 1998, a Igreja Universal adotou o modelo de “candidatura oficial” (Oro, 2003; Machado, 2006; Fonseca, 2008). Este momento representou um passo importante rumo aos objetivos político-eleitorais da IURD pois, ao decidir apoiar apenas seus próprios candidatos, a igreja se “profissionalizou”. Deste ano em diante a igreja deixou de ser uma instituição apenas “envolvida em política” e introduziu-se na arena eleitoral como um *player* relevante⁵².

⁵¹ Por meio de informações sobre zona e seção eleitoral, é possível saber qual foi, por exemplo, a votação de um candidato; os dados do TSE são públicos e de fácil acesso (embora requeiram alguma habilidade computacional para processamento). Para uma instituição que investe em suas empreitadas, realizar este tipo de análise não parece um esforço descomunal, especialmente ao considerar que profissionais da área podem ser contratados para isso.

⁵² É verdade que a IURD é um *player* relevante, mas isto não se deve apenas ao lançamento de candidatos próprios aos pleitos: é seu poder sistêmico (econômico, religioso, midiático e político) que tornam a Universal um ator importante.

Este foi um momento de mudança institucional, no qual a Universal teve que reposicionar suas ações para se adequar seu novo propósito. Não há na literatura uma pesquisa que consolide as mudanças internas ocorridas no período, apenas fragmentos que serão utilizados nesta seção. A principal implicação de sua entrada na arena político-eleitoral foi, segundo o argumento contido nesta tese, a adoção de estratégias utilizadas por partidos políticos, como seleção de candidatos e mobilização de eleitorado, por exemplo.

Antes de lançar apenas os seus próprios candidatos, a IURD atuava em um ambiente de incertezas. Ao adotar esta estratégia, a igreja reduziu seus custos de transação, embora não os tenha eliminado completamente. Isso porque, ao tomar esta decisão, a Universal deixou de negociar possíveis apoios com candidatos avulsos e, ao mesmo tempo, aumentou sua responsabilidade em articular com partidos a candidatura de seus escolhidos.

Ter candidatos espalhados por diversos partidos, segundo Oro (2003), aumentava o poder de barganha da igreja. Primeiro, é importante ressaltar que a igreja escolhe lançar um número finito de candidatos competitivos; como a lei eleitoral do Brasil não permite candidaturas avulsas, é preciso que, a fim de lançar-se eleitoralmente, indivíduos se filiem a um partido. O papel da igreja, neste caso, consiste em sistematizar a entrada de seus candidatos em um (ou mais) partido(s).

Todavia, encaixar um candidato na lista de um partido requer que outro candidato seja retirado desta mesma lista (assumindo o conceito de coordenação de Cox (1997), em que ambos os candidatos são competitivos⁵³). Por isso, a igreja precisa negociar, convencendo os partidos de que os benefícios trazidos pelo seu candidato serão mais vantajosos.

A barganha da igreja consiste, *a priori*, no oferecimento da sua estrutura. O candidato da igreja leva consigo a base eleitoral, representada pelos fiéis; rede de templos, utilizados como local de campanha; e seus *brokers*, ambos fatores redutores de gastos de campanha. Esta estrutura tem um preço: a igreja não aceita apenas lançar o candidato, ela também almeja poder de decisão dentro do partido (Baldwin, 2014).

O *trade-off* do partido consiste em renunciar ao poder para conseguir ampliar sua margem de votos, ou vice-versa. O partido sabe que o apoio da igreja facilita o acesso aos fiéis; ademais, o incremento de votos gerado por esta base é um elemento de peso na tomada de

⁵³ Candidatos competitivos não são alocados na lista do partido, são apenas indivíduos que se filiam e concorrem à eleição com recursos próprios, e trazem o benefício de angariar mais votos para a legenda.

decisão do partido receptor (Baldwin, 2014; Dancygier, 2014). Assim, Baldwin (2014) argumenta que os líderes políticos tendem a ceder poder como forma de obter apoio eleitoral.

Contudo, a Universal tem agenda própria e um poder concentrado nos desígnios de Edir Macedo – o que pode vir a causar conflitos de interesses entre partido e igreja. Partidos políticos e seus representantes têm seus próprios interesses, e estes podem ser muito mais diversos – ou divergentes – dos objetivos almejados pela igreja (Grzymala-Busse, 2015). Idealmente, negociar seria necessário, a fim de estabelecer um equilíbrio entre as partes.

Uma vez feito o acordo com o partido, a igreja participa em decisões sobre distribuição geográfica das campanhas dos candidatos do partido, os arranjos das coligações, e assim por diante. O cenário começa a ficar complexo quando é preciso negociar com mais de um partido ao mesmo tempo e, posteriormente, coordenar os candidatos em diversas plataformas – principalmente se existem candidatos distribuídos em mais de um partido dentro do mesmo distrito eleitoral. Por isso, a igreja escolhia as legendas de forma minuciosa, de acordo com critérios como margem de negociação e de maximização de potencial de seus candidatos (Fonseca, 2008).

A despeito da IURD ter lançado candidatos em múltiplos partidos até a criação do PRB em 2006, o Partido Liberal (PL) foi o aglutinador de candidaturas iurdianas (Machado, 2006; Fonseca, 2008). De acordo com Fonseca (2008), a escolha do PL se deu, dentre outros motivos, por este ser um partido bem estabelecido no sistema político da época. A IURD chegou a ter membros ocupando cargos no partido, como é o caso de Carlos Rodrigues (ex-Bispo da Universal), que foi presidente estadual do PL no Rio de Janeiro.

A aliança entre igreja e partido rendeu benefícios mútuos: segundo declarou Valdemar da Costa Neto (ex-presidente nacional do PL, atual PR)⁵⁴ em 2005, o partido cresceu com a entrada na igreja. Mas, após compor a chapa com o PT na eleição de Lula, o PL inflou de forma a não mais precisar do apoio da igreja.

A aliança entre PL e PT derivou da necessidade do PT em sinalizar a redução de seu radicalismo e sua abertura para novos acordos. José Dirceu foi o responsável por propor que José Alencar fosse lançado como vice-presidente, com finalidade de conquistar a confiança dos empresários – receosos com a possível vitória de Lula e as consequências decorrentes deste resultado eleitoral. Alencar, sem partido no momento, filiou-se ao PL. Houve, inicialmente,

⁵⁴ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI454561-EI306,00-Igreja+Universal+cria+novo+partido.html>

uma resistência mútua: do PL em apoiar Lula, e do PT em aceitar Alencar como vice. Após uma série de negociações, Alencar foi finalmente aceito na convenção do PT.

Foi em 2005 que o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), em entrevista à Folha de São Paulo⁵⁵, denunciou o esquema do Mensalão. Este logo se tornou o principal escândalo envolvendo o PT e Luiz Inácio Lula da Silva (presidente à época, cumprindo seu primeiro mandato) em um esquema de pagamento de propinas a parlamentares, a fim de que estes votassem favoravelmente às propostas do governo. Dentre os partidos envolvidos, estava o PL.

O deputado federal Carlos Rodrigues (filiação ao PL durante a 52ª Legislatura), mais conhecido como Bispo Rodrigues, que por anos foi o coordenador político da Igreja Universal, renunciou ao cargo após deflagrado seu envolvimento com o mensalão (posteriormente, também foi revelado seu envolvimento com o caso Waldomiro e com a Máfia dos Sanguessugas⁵⁶). Todos estes escândalos fizeram com que Rodrigues fosse afastado da função de bispo e da coordenação de atividades políticas da IURD.

Aos poucos, a relação entre a IURD e o PL começou a esgarçar. Além dos escândalos envolvendo a legenda, o partido teve conflitos com a forte liderança de Macedo. Valdemar da Costa Neto declarou que os parlamentares iurdianos defendem os interesses da igreja, e não os interesses dos partidos ao qual estão filiados, evidenciando uma sobreposição da igreja em detrimento do partido, conforme argumenta Oro (2003).

Neste momento de conflito, surge o Partido Republicano Brasileiro (PRB) que, segundo a mídia e poucos trabalhos acadêmicos (Gutierrez, 2014; 2017), seria o partido da Universal. Ainda não existe, na literatura, estudos que sistematizem a relação entre estas duas instituições, lacuna que a próxima seção pretende preencher, ao abordar a natureza das relações entre IURD e partido sob três principais aspectos: i) a composição da liderança partidária, ii) a organização do partido, e iii) crescimento do partido.

Após esta análise, é possível afirmar que o PRB não é apenas o partido da IURD, mas sim um instrumento para alcance de seus objetivos políticos, parte integrante do sistema

⁵⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm>.

⁵⁶ O caso Waldomiro refere-se ao envolvimento de Rodrigues com Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares do Planalto, que apareceu em gravação pedindo propina ao empresário de bingo Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200411.htm>; a máfia das sanguessugas diz respeito ao esquema de corrupção que fraudava licitações para compra de ambulâncias: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/operacao-sanguessuga-prende-bispo-rodrigues/>.

iurdiano – que consiste, conforme previamente mencionado, na atuação coesa e alinhada de todos os negócios de Edir Macedo.

4.4 Partido Republicano Brasileiro – o “braço político da Universal”

Em meio ao processo de ruptura com o PL, o Bispo Carlos Rodrigues foi apontado por reportagem da Folha⁵⁷ como um dos organizadores do Partido Municipalista Renovador (PMR) – que posteriormente viria a chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB) –, em 2003. Além dos conflitos ocorridos entre IURD e PL, a criação de um novo partido seria uma forma da igreja desvencilhar seus candidatos de escândalos de corrupção.

Carlos Rodrigues, além de bispo licenciado, era o principal responsável pela coordenação eleitoral dos candidatos iurdianos. Após a sucessão de envolvimento em escândalos de corrupção, foi decisão da igreja afastar Rodrigues das atividades políticas e do próprio cargo de bispo. O projeto de partido, contudo, teve continuidade – a despeito da saída do bispo.

O primeiro registro do partido no TSE data de 2003, ainda com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), momento em que a organização deu entrada em sua proposta de estatuto no TSE⁵⁸. O advogado e pastor da Universal, Vitor Paulo Araújo dos Santos, consta como redator do estatuto e requerente dos pedidos junto aos órgãos responsáveis.

Para ser deferido pelo Tribunal como um partido, era necessário que atingisse a cota de assinaturas exigidas pelo TSE⁵⁹. Segundo Marcílio Duarte⁶⁰, o partido demorou demais (entre 2,5 e 3 anos) para colher assinaturas, mesmo com ajuda da igreja. Segundo a mesma reportagem da Folha, as assinaturas foram colhidas nas portas dos templos da Universal, sempre após os cultos.

Em 2004, Santos requereu registro provisório do PMR em dois Tribunais Regionais Eleitorais – em São Paulo e Roraima. Em 2005, o TSE deferiu seu pedido e o registro definitivo

⁵⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66659.shtml>.

⁵⁸ Os registros do partido no TSE podem ser encontrados aqui: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-republicano-brasileiro>.

⁵⁹ A quantidade de assinaturas necessárias, segundo o TSE, corresponde a 0,5% dos votos – baseado na última eleição para Deputado – sem contabilizar brancos e nulos (<http://chimera.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234652015.htm>).

⁶⁰ Marcílio Duarte ficou conhecido como criador profissional de partidos, por conseguir assinaturas necessárias em tempo recorde.

foi outorgado em 2005. Em 2006, após sugestão do vice-presidente José Alencar (ex-PL, posteriormente filiado ao PMR) durante a Convenção Nacional do partido, mudou oficialmente seu nome para Partido Republicano Brasileiro (Gutierrez, 2017). O primeiro pleito do PRB⁶¹ ocorreu no ano de 2006.

É comum que, ao ser interpelado pela mídia, algum membro da Igreja Universal do Reino de Deus ou do Partido Republicano Brasileiro afirme categoricamente que não há associação entre estas duas instituições⁶², pautando a justificativa no direito de liberdade religiosa - “seria errado dizer que o PT é dos sindicalistas, assim como é equivocado dizer que o PRB é dos evangélicos”, afirma o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (Gutierrez, 2014, p. 3; 2017).

Não é preciso, contudo, ir muito a fundo na estrutura das instituições para identificar vínculos entre IURD e PRB. Alguns fatores indicam que a Universal constitui o cerne do partido, a composição do seu grupo dirigente, e ainda determina o tipo de organização partidária adotada.

O PRB não é “o partido da IURD”, mas sim um instrumento criado e utilizado para dar cabo dos objetivos políticos da igreja. Para dar suporte ao meu argumento, apresento dados sobre a composição do diretório nacional e comissões provisórias. Ao utilizar as tipologias propostas por Panebianco (2005) e Guarnieri (2009), argumento como o tipo de organização determina a fisionomia do partido. É a partir desta lógica que aproximo a estrutura centralizada da IURD com a estrutura do partido.

Por fim, apresento a evolução do partido em seus 11 anos de existência. O PRB não se trata do partido mais votado do Brasil, tampouco acredito que seja o mais conhecido dos eleitores, mas, a partir destes dados, argumento que, em uma década, o partido cresceu e se tornou presença cativa nas câmaras e nas disputas para prefeito de cidades relevantes como Rio de Janeiro e São Paulo. Para um partido jovem e sem a organização dos grandes partidos, seu êxito se deve ao apoio de alguma instituição não política – no caso, a igreja.

⁶¹ Para mais detalhes sobre a gênese do PRB, ver Gutierrez (2017).

⁶² Exemplos de declarações podem ser verificadas aqui: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/prb-de-russomanno-tem-66-dos-dirigentes-ligados-a-universal,9cb99782ac66b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html> e aqui: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>.

4.4.1 Dirigentes Partidários

Chama a atenção que o pastor Vitor Paulo Araújo dos Santos seja o requerente do registro do partido ao qual a mídia atribui como sendo o partido da igreja a qual o pastor pertence: a Universal. Mas, isoladamente, este fato não seria suficiente para inferir a relação entre as duas instituições.

O pastor Santos poderia ter ambições políticas desvinculadas de sua orientação religiosa. Isto justificaria seu interesse em participar ativamente na política – não apenas concorrendo a pleitos como candidato, mas criando seu próprio partido. Contudo, não parece crível que um indivíduo tenha fôlego para criar e, principalmente, manter um partido político, um organismo que requer esforços múltiplos – esforços de ordem financeira e também organizacional.

Por isso, seria razoável assumir que há, na organização do partido, juntamente com o pastor Santos, outros integrantes com interesses similares aos seus, justificando a empreitada. Seria também razoável inferir que uma organização partidária que tem ambições, quaisquer que sejam estas, precisa eleger seus candidatos.

A obtenção de cadeiras é, por exemplo, garantia de tempo de horário eleitoral e fundo partidário; pode também assumir a forma de confirmação da base eleitoral, refletindo a capacidade de mobilização da máquina partidária. O tipo de ambição do partido é o que determina as estratégias adotadas, a escolha dos cargos a serem pleiteados (majoritários ou proporcionais) e a quantidade ótima de cadeiras a serem obtidas.

O partido precisa controlar toda a engrenagem da sua máquina para que esta funcione de forma efetiva. Sem organização, se tornar um partido competitivo em um sistema altamente fragmentado pode ser uma árdua tarefa. Por isso, a profissionalização dos partidos é condição *sine qua non* para a eficácia de suas estratégias. Neste sentido, profissionalização está diretamente relacionada a centralização de poder.

A centralização de poder, segundo descreve o professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Cláudio Couto, em seu artigo⁶³ para o jornal Estadão, deriva do grau de profissionalização da política e dos partidos. Em consonância com Couto, Panebianco (2005) argumenta que o controle exercido pela elite partidária é a chave do sucesso de um partido,

⁶³ <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,russomanno-o-catolico-imp-,932142>

enquanto Guarnieri (2009) sugere que partidos com poder mais centralizado têm mais capacidade de organização e coordenação dos recursos disponíveis.

Segundo Couto (2012), conhecer a composição do grupo dirigente é “o que realmente importa no funcionamento dos partidos e na definição dos reais interesses por eles defendidos”. Couto levantou, em 2012, dados sobre os dirigentes do PRB, observando a composição da Executiva Nacional e a presidência dos órgãos estaduais. Como resultado, concluiu que não há como ignorar os vínculos existentes, uma vez que 55% da Executiva Nacional do PRB e 85% dos dirigentes estaduais são ligados à Igreja Universal ou à Rede Record.

Ampliei a pesquisa realizada por Couto e analisei a composição dos órgãos partidários do PRB entre 2006 a 2015, nas seguintes esferas: Comissão Executiva, Diretório Nacional, Comissão Provisória Estadual e Comissão Provisória Municipal. Para estas duas últimas categorias, a levantei dados referentes apenas aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (e suas capitais), visto que estes são os principais redutos do PRB, motivo pelo qual são objeto desta tese. Os dados sobre composição dos órgãos partidários são disponibilizados de forma pública pelo TSE. Ao todo, foram coletados 432 membros. A pesquisa foi realizada em março de 2017, e seus resultados foram compilados na Tabela 4.1.

Adotei os seguintes critérios de busca no processo de pesquisa de cada membro: i) nome do indivíduo; ii) nome do indivíduo + “PRB”; iii) nome do indivíduo + “Igreja Universal”; iv) nome do indivíduo + “Record”. Cada um destes critérios representava uma rodada de pesquisa, ou seja, quando informar apenas o nome do candidato não retornava resultados significantes, a segunda rodada, contendo o termo “PRB” era adicionado para fins de refinamento, era realizada – e assim por diante, até esgotar as possibilidades de pesquisa.

Qualquer *website* contendo informação referente ao indivíduo pesquisado foi considerado, incluindo páginas de perfil em redes sociais como *Facebook*. As informações foram predominantemente encontradas em matérias de jornal e perfis de deputados ou vereadores nas respectivas Câmaras, o que garante confiabilidade aos resultados obtidos.

Para classificar o vínculo dos integrantes das comissões com a Universal, Rede Record ou alguma outra empresa do conglomerado, apenas informações explícitas sobre vínculos foram computadas. Para os casos em que a única informação disponível sobre o pesquisado estava contida em alguma rede social, considerei a auto declaração como parâmetro.

De 396 registros únicos, i.e., que não reaparecem em outros mandatos, 93 não foram encontrados – aproximadamente 24%. Ao examinar estes dados por esfera, apenas 0,07% dos

membros das Comissão Executiva e Diretório Nacional não foram encontrados, contra 48% e 53% de *missings* para as Comissões Estaduais e Municipais, respectivamente.

**Tabela 4.1 Proporção de Dirigentes Partidários com Vínculos Iurdianos no PRB
(Por órgão partidário, por ano)**

Comissão Executiva			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2006	20	12	60%
2009	22	11	50%
2011	23	14	61%
2015	21	15	71%
Total	86	52	60,5%

Diretório Nacional			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2009	68	37	54%
2011	67	43	64%
2015	68	49	72%
Total	203	129	63,5%

Comissão Provisória Estadual							
Rio de Janeiro				São Paulo			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%	Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2010	12	8	67%	2009	12	7	58%
2011	19	11	57%	2010	12	7	58%
2013	19	12	67%	2012	11	7	63%
-	-	-	-	2013	19	14	73%
Total	49	31	63%		54	35	65%

Comissão Provisória Municipal							
Rio de Janeiro				São Paulo			
Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%	Ano	Quantidade de Membros	Vínculos Iurdianos	%
2009	14	2	14%	2007	1	1	100%
-	-	-	-	2010 - I	7	2	3,5%
-	-	-	-	2010 - II	7	1	7%
-	-	-	-	2012	11	3	3,7%
Total	14	2	14%		26	7	27%

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Observação: a Comissão Provisória Municipal de São Paulo 2010 – I teve como vigência o período entre março e junho de 2010; a Comissão Provisória 2010-II teve como vigência o período entre junho de 2010 e janeiro de 2012.

Isso quer dizer que a hierarquia dos órgãos partidários do PRB vai das pessoas “mais importantes” para as pessoas “menos importantes”: os componentes das esferas mais elevadas são indivíduos mais facilmente encontrados em pesquisas básicas tal como a realizada, sugerindo que se tratam de *personas* mais conhecidas da mídia e com algum grau de relevância no âmbito do que lhes compete – por exemplo, o diretor da Record Roberto Wagner Monteiro, membro da Comissão Executiva por 4 mandatos consecutivos, desde a criação do PRB. Monteiro foi presidente do Conselho Político por dois mandatos consecutivos, e agora exerce a função de Segundo Vice-Presidente (até 2019).

Casos semelhantes e ainda mais interessantes podem ser citados. Vitor Paulo Araújo dos Santos, “criador” do partido e renomado bispo da Universal, foi presidente da Comissão Executiva entre 2006 e 2011, quando foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, assume em seu lugar Marcos Antônio Pereira, que era presidente do Diretório Nacional. Pereira também é bispo (licenciado) da Universal. Vale lembrar que, na estrutura da IURD, os bispos são o cargo mais alto da hierarquia, abaixo apenas do Bispo Macedo, líder máximo da instituição.

Em 2016, Pereira se afastou do cargo de presidente do PRB pois assumiu o cargo de Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer. Marcos Pereira chegou a ser um nome cogitado para Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mas foi descartado devido à sua filiação religiosa, que poderia vir a causar comoção entre a comunidade científica.

Outra figura recorrente no quadro da Comissão Executiva é Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro (2017-2020), que aparece como líder no Senado desde 2006. A Comissão Executiva, conhecida como a cúpula do partido, onde fica alocada a elite partidária; no caso do PRB, esta é composta pela elite iurdiana.

Este cenário não se limita apenas a alta hierarquia do partido: a Tabela 4.1 apresenta a proporção de membros com vínculos iurdianos, por ano, para cada uma das esferas pesquisadas. Esta tabela compila o resultado da pesquisa sobre quem são os dirigentes partidários do PRB e sinaliza dois aspectos: primeiro, a cúpula do partido conta com mais de 60% de membros vinculados a igreja.

A natureza dos vínculos é diversificada: grande parte dos vínculos identificados é composta por pastores e bispos da IURD. Mas os vínculos identificados também tratam de diretores da Record e diretores de outras instituições vinculadas a Universal, como a Associação Beneficente Cristã (ABC), que é a principal organização de assistência social da igreja,

operando inclusive em alguns países da África; a Escola Bíblica Infanto-juvenil (EBI) e a Livraria Cultura Universal, além de radialistas, fiéis, esposas de personalidades importantes como Marcos Pereira, apresentadores da Record, como é o caso de Celso Russomanno.

Bispos e diretores da Record estão concentrados em cargos nas esferas nacionais. Esta constatação conduz ao segundo ponto observado: em segundo lugar, os dados parecem corroborar a ideia de que os membros das esferas superiores (Comissão Executiva e Diretório Nacional) são personalidades mais conhecidas por sua trajetória anterior. Portanto, a IURD parece escolher indivíduos importantes em sua hierarquia para alocar na cúpula de seu partido. Esta seria uma forma de garantir a hegemonia da igreja, sua liderança e seu propósito dentro do partido.

Uma curiosidade acerca das indicações da igreja incide sobre os ministérios ocupados pelo PRB: todos eram ligados à igreja, fossem bispos, ou membros de destaque dentro da instituição – Marcelo Crivella foi ministro da Pesca e Aquicultura no governo Dilma (2012-2014), sucedido por Eduardo Lopes (2014-2015) para que pudesse concorrer ao governo do Rio de Janeiro. Lopes é pastor licenciado da IURD e ex- apresentador de programas religiosos na TV. Também dirigiu jornal e gráfica pertencentes à igreja, além de ter sido presidente da ABC. O PRB também ocupou a pasta dos Esportes entre 2015 e 2016, com o pastor e radialista George Hilton. Marcos Pereira, o principal responsável por articular o rompimento do partido com o governo Dilma, foi escolhido por Temer para ocupar o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2016-atual).

As Comissões Provisórias Municipais dispõem de poucos membros e quase não há registros disponíveis sobre eles. Indivíduos menos conhecidos podem, entretanto, ter importância em âmbito local, mesmo esta não sendo captada por veículos de mídia.

A comissão provisória municipal paulistana foi instituída em 2007, mas já foi dissolvida e reativada diversas vezes pelo partido. Sua primeira versão teve duração de dois anos e cinco meses e tinha como membro apenas Atílio Francisco da Silva, que é Bispo da IURD. O segundo período da comissão durou três meses; o terceiro, mais dois anos e cinco meses, até que em 2012, o prazo de vigência foi declarado indeterminado. Bispo Atílio⁶⁴ continua compondo a comissão – até o fim de 2011, na posição de Presidente; a partir de 2012, como secretário-geral.

⁶⁴ Bispo Atílio também foi Vice-Presidente na Comissão Provisória Estadual de São Paulo no período de 2009 a 2010.

Atílio Francisco é vereador em São Paulo pelo 4º mandato consecutivo. Tanto ele quanto Tânia são senadores fora de exercício.

Parece haver um padrão para composição de comissões provisórias municipais, mas analisar apenas São Paulo e Rio de Janeiro, os dois municípios mais importantes do Brasil em termos populacionais, econômicos e eleitorais, impede que se faça esta generalização. Pelo que se pode analisar a partir destas duas observações, as comissões carioca e paulistana são compostas por um membro da confiança da igreja e por membros menos proeminentes na estrutura eclesial (ou mesmo de fora da igreja). Esta parece uma forma da igreja manter as rédeas destas agremiações.

A presença de Bispo Atílio como membro permanente na comissão sugere a imagem de homem da igreja na organização – um ente de confiança em uma unidade partidária que, embora não tenha autonomia, requer um acompanhamento estratégico – para monitorar o grupo, realizar alianças e acertos políticos. Indivíduos pertencentes a camadas mais baixas na hierarquia da igreja, teoricamente menos propensos a insubordinação visto que não encontram forças que os apoiem dentro da estrutura iurdiana, desempenham funções de cunho mais burocrático.

A ideia de manter um partido estruturado apenas por meio de comissões provisórias segue a mesma linha da organização adotada pela IURD. Ao manter subunidades dependentes, a igreja e o partido garantem a centralidade da instituição, mantendo o poder concentrado. Portanto, compor as comissões provisórias de membros subalternos é um dos mecanismos garantidores desta condição. Um pastor insatisfeito com a instituição pode optar por deixar a igreja e reestruturar sua trajetória religiosa. Um membro do alto escalão da igreja, por outro lado, dispõe de recursos para fazer frente à liderança de Macedo.

A IURD parece aplicar ao partido o mesmo tipo de estrutura utilizada na igreja, ao alocar estes membros do alto escalão na cúpula do partido, enquanto membros do baixo clero ocupam os cargos disponíveis nas comissões provisórias. As comissões provisórias são organismos sem grande grau de autonomia, submetidas aos comandos advindos das esferas superiores, servindo como ferramenta de centralização de poder.

4.4.2 Organização Partidária

As eleições no Brasil permitem que candidatos concorram nos níveis federal, estadual ou municipal para cargos executivos ou legislativos. As eleições diferem entre si a medida em que regras e distritos são estipulados de acordo com a combinação de cargo e nível. Por exemplo, o

distrito eleitoral nas eleições para vereador é o município, enquanto o estado é o distrito das eleições para deputados federal e estadual. As regras para coligações também são estabelecidas segundo o mesmo critério – a composição das coligações pode ser distinta para eleições majoritárias e proporcionais, sendo possível que partidos coligados na eleição para presidente sejam adversários nas eleições locais.

É razoável que o partido estruture sua máquina considerando a dinâmica distinta de cada eleição, permitindo que este se organize no nível de cada disputa. A estrutura partidária é composta por diversos órgãos com atributos específicos, enquanto a lógica de sua estrutura está relacionada com os níveis das esferas de governo: municipal, estadual e federal.

O Quadro 1 apresenta os principais órgãos que compõem a estrutura partidária e resume suas atribuições; estas categorias foram construídas por Guarnieri (2009)⁶⁵, como resultado de seu estudo sobre estatutos partidários:

Tabela 4.2: Tipos de Órgãos Partidários

Órgão	Instâncias	Principais Atribuições
Órgãos de deliberação	Convenções nacional, estadual, municipal e zonal	Instâncias responsáveis por escolher os candidatos, definir as alianças eleitorais, decidir sobre o programa e o estatuto do partido, decidir sobre a dissolução do diretório nacional.
Órgãos de direção e ação partidária	Diretórios; comissões executivas nacional, estadual e municipal; comissões provisórias	Responsáveis pelos processos internos do partido, como instituir normas que regulamentem o estatuto, definir regras de funcionamento das convenções, definir intervenções etc. São os diretórios que escolhem as comissões executivas.
Órgãos de ação parlamentar	Bancadas parlamentares nas Câmaras e no Senado	O papel das bancadas é orientar o voto dos parlamentares do partido e, em alguns casos, decidir sobre a participação no governo.
Órgãos auxiliares	Conselho de ética e conselho fiscal	Responsáveis pela fiscalização das finanças e dos deveres dos filiados.

Fonte: Guarnieri (2009).

Segundo o autor, os partidos se dividem e organizam em diretórios, e a instância máxima em termos de decisão partidária é sua Convenção Nacional. Teoricamente, o fluxo decisório do partido acontece de baixo para cima, ou seja, das esferas locais para as nacionais, até formar a Convenção Nacional. Nesta pressuposição está contido o argumento de descentralização e existência de lideranças locais com autonomia. Em um partido com esta configuração, o poder

⁶⁵ Guarnieri (2009) considera ainda mais dois grupos: órgão de pesquisa, doutrinação e educação política, composto por fundações ou institutos, e órgãos de cooperação, referentes a núcleos e secretariados representando segmentos sociais.

é compartilhado e a tomada de decisão requer negociações. Para Guarnieri (2009), contudo, as lideranças partidárias centralizadoras dispõem de um mecanismo para alterar este cenário e controlar as decisões do partido: a instituição de Comissões Provisórias (CP), ao invés do estabelecimento de diretórios.

As Comissões Provisórias foram instituídas pela Lei Orgânica dos Partidos de 1971⁶⁶, com intuito de permitir que partidos sem diretórios pudessem, ainda assim, lançar candidatos onde lhes faltasse órgãos de direção. Mas elas também têm um papel importante no momento da criação do partido: de acordo com a Lei nº 9.096/95 e a Resolução nº 23.465/15 do TSE, a instituição tem um ano para realizar as convenções e estabelecer diretórios em pelo menos 9 estados brasileiros. De acordo com Guarnieri (2009), as comissões, nomeadas pelo alto escalão do partido, são responsáveis pela realização das convenções e, posteriormente, pela criação dos diretórios.

Esta transição de comissão provisória para diretório é o ponto crucial na determinação do tipo de organização do partido. Partidos constituídos por uma elite coesa preferirão manter suas CPs ao invés de distribuir diretórios para outros caciques partidários. Na tipologia elaborada por Panebianco (2005), partidos com poder mais centralizado foram classificados como mais institucionalizados. Institucionalização, para o autor, é uma função de duas variáveis: i) o grau de autonomia da organização, dado o ambiente externo, e ii) o nível de interdependência entre os setores internos do partido. Partidos mais institucionalizados, segundo a tipologia de Panebianco, são aqueles que apresentam maior grau de autonomia e independência.

Com relação a primeira variável, seria impossível dizer que qualquer um dos partidos brasileiros goza de inteira autonomia, visto que há sempre algum grau de dependência externa: partidos precisam dos serviços dos *brokers*, dos financiadores de campanha, do apoio dos grupos de interesse, e assim por diante. Ao mesmo tempo, nenhum dos partidos seria totalmente dependente do ambiente externo. Longe da ideia de encaixar os partidos no formato de tipo ideal, é possível pensar em autonomia como o grau de interdependência externa, ou seja: como o partido se relaciona e o quanto este depende de organizações externas a sua estrutura, como sugere o autor.

O conceito de independência interna, chamada por Panebianco de “sistematicidade”, é medido pelo grau de coerência interna do partido, isto é, o quanto as subunidades do partido

⁶⁶ Lei Orgânica dos Partidos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm.

dependem de um núcleo partidário central. Quanto mais centralizado é o poder nas mãos de um núcleo, menor é a autonomia das subunidades – logo, maior é o nível de sistematicidade.

Assim, quando a liderança partidária opta por manter suas CPs em detrimento da instituição de diretórios, maior é seu grau de sistematicidade. A manutenção do baixo grau de autonomia destas subunidades é um mecanismo de controle da elite partidária. Desta forma, o partido centralizado se mantém coeso e estável. Para Panebianco (2005), estas são as características de um partido considerado forte.

No Brasil, a maioria dos partidos teve seu início na década de 1980. Segundo Guarnieri (2009), era de se esperar que, após mais de três décadas, todos tivessem seus diretórios organizados, o que não parece ter acontecido. Mais de 30 anos depois de sua fundação, Mitio (2017) mostra que, entre os sete maiores partidos segundo sua classificação⁶⁷, apenas o PT reduziu o número de comissões provisórias no período entre 2007 e 2015. De acordo com reportagem de O Globo, quase metade dos diretórios regionais dos dez maiores partidos se encontram em situação provisória⁶⁸.

A fim de verificar se a estrutura do PRB segue a mesma lógica da organização da IURD (extremamente centralizada), utilizo dados sobre organização partidária⁶⁹, provenientes do TSE, para analisar as características organizacionais do partido. A utilização destas informações foi derivada dos estudos de Guarnieri (2009) e Mitio (2017), onde os autores apresentaram métricas relacionadas aos órgãos partidários, como duração média dos diretórios e comissões provisórias, por exemplo.

Os dados sobre organização partidária mostram que a estrutura do PRB é constituída apenas por uma Comissão Executiva e um Diretório Nacional, enquanto o restante da estrutura é predominantemente composto por comissões provisórias. Este é o primeiro e mais significativo resultado desta análise: após mais de dez anos desde sua fundação, o PRB continua utilizando de CPs como estrutura partidária.

Em mais de uma década (de 2005 até 2016), o PRB abriu 7.278 comissões provisórias em todas as regiões do Brasil (ver Tabela 4.3). Iniciou suas atividades de forma tímida nos primeiros anos, quando contabilizou 36 CPs entre 2005 e 2006. Em 2007, após sua primeira

⁶⁷ São as seguintes siglas: DEM, PDT, PMDB, PP, PSDB, PT, PTB.

⁶⁸ <https://oglobo.globo.com/brasil/partidos-abusam-de-comissoes-provisorias-em-diretorios-regionais-20912730>

⁶⁹ Agradeço a Bruno Mitio pela organização e compartilhamento do banco de dados sobre organização partidária.

disputa eleitoral, o PRB instituiu 1.615 novas comissões – quase 45 vezes mais unidades do que nos anos anteriores.

Embora apresente crescimento considerável ao longo do tempo, a quantidade de CPs do PRB está muito aquém dos 5570 municípios brasileiros. Isso indica que, a despeito de sua evolução, o partido está longe de ser um partido com capilaridade – i. e com grande abrangência em todo território brasileiro. Esta não seria, inclusive, uma estratégia viável para um partido centralizado.

Tabela 4.3: Comissões Provisórias do PRB - por ano de abertura

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015	2016
Norte	3	5	146	39	39	19	190	19	14	142	15
Nordeste	1	12	570	85	97	43	749	55	61	596	77
Sudeste	0	8	468	105	96	70	732	173	152	773	145
Centro Oeste	0	0	233	33	56	8	111	9	26	172	96
Sul	1	6	299	26	52	27	158	58	55	134	19
Total	5	31	1716	288	340	167	1940	314	308	1817	352

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE

Os períodos com maior número de aberturas de CPs parecem acompanhar as eleições municipais: 2007, 2011 e 2015 registram, respectivamente, 1.716, 1.940 e 1.817 novas comissões. Desta forma, o PRB pode concorrer a diversos pleitos locais, uma vez que passa a dispor de uma organização do partido – este é um requisito do TSE para concorrer às eleições.

A região Sudeste é o reduto do PRB. Esta afirmação não surpreende por dois motivos: primeiro porque os maiores colégios eleitorais estão nesta região; depois, o Sudeste é também o reduto da IURD. Ao assumir que a associação entre igreja e partido é sólida, parece razoável pressupor que as redes destas duas instituições se interpoem. São Paulo e Minas Gerais são os estados com maior número de CPs: 1.284 e 1.107, respectivamente.

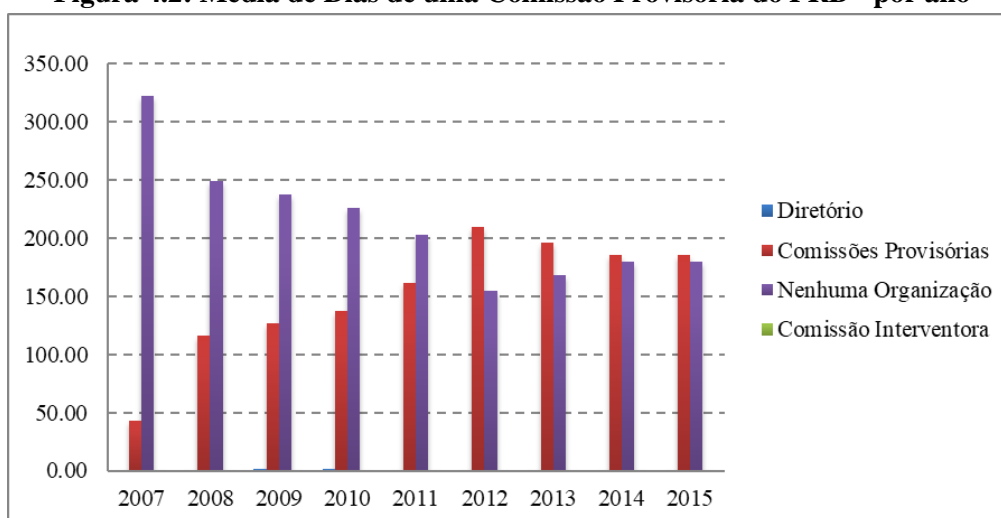
Logo depois do Sudeste, o Nordeste desponta como a segunda região com maior atuação do PRB, com 2.346 CPs abertas. A Bahia lidera os estados do Nordeste, e está em terceiro lugar no *ranking* nacional de estados com maior número de comissões do PRB: 541. Coincidentemente, a Bahia foi, junto com São Paulo e Rio de Janeiro, o estado com maior número de fiéis da IURD.

O tempo de vigência dos órgãos partidários é uma variável relevante para a análise. Especialmente para o caso do PRB, a duração de suas CPs indica a utilização destas como estratégia de substituição; comissões com vida longa fazem as vezes dos diretórios. Desta

forma, as lideranças partidárias conseguem manter o controle de toda a sua máquina, uma vez que não há divisão de poder entre caciques locais. Eventualmente, para o caso de comissões de maior duração, é possível que esta seja liderada por uma liderança local forte, mas sob duas condições: i) esta liderança deve ser vinculada à igreja, ou indicada por ela; e ii) sua autoridade está limitada ao período de funcionamento da CP – uma decisão tomada exclusivamente pela cúpula do partido.

O estatuto do partido não prevê, porém, qualquer prazo para extinção de suas CPs (artigo 12, § 3), apenas prevê que estas serão extintas quando um diretório ou outra comissão provisória forem designados. A média de duração de uma CP do PRB é de 1.020,6 dias (do momento de sua instituição até sua extinção). A Figura 4.2 apresenta a média de dias de uma comissão provisória para cada ano.

Figura 4.2: Média de Dias de uma Comissão Provisória do PRB - por ano



Fonte: Mitio (2017) – elaborado partir de dados do TSE.

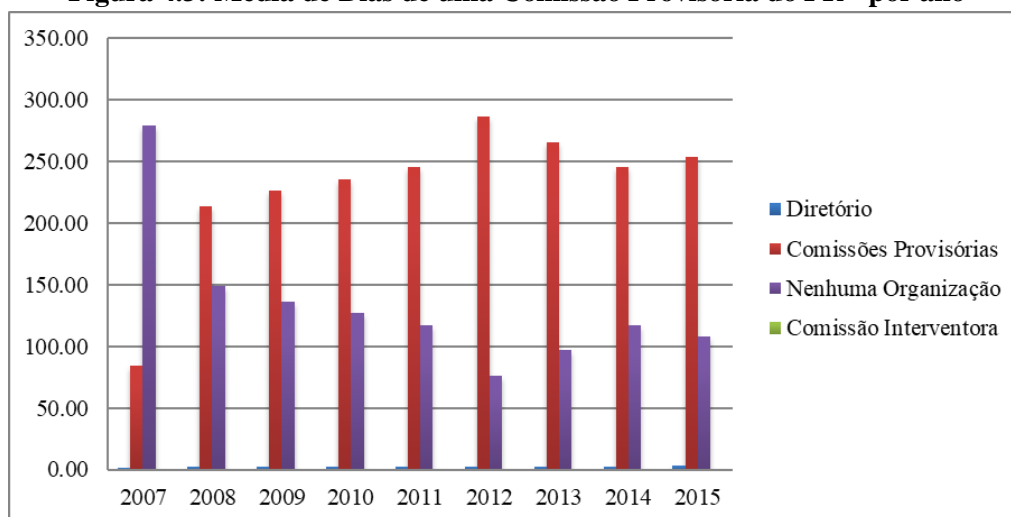
O gráfico mostra como as CPs foram preenchendo, ano a ano, as lacunas da estrutura partidária – até então, inexistente – em território nacional. Em 2007, por exemplo, a duração média de uma CP era menor do que 50 dias por ano, resultando em um partido sem organização no resto do ano. Poderia ser argumentado que, sendo a principal atribuição de um partido a eleição de seus candidatos, não haveria qualquer razão para que a organização se estendesse após o período da disputa.

Curiosamente, o único partido com estrutura similar ao PRB é o PR. Digo “curiosamente” porque há, na história do PR, semelhanças com o PRB. Ambos são partidos nascidos a partir da dissidência do PL – o PRB levou consigo os candidatos da IURD, enquanto

o que restou do PL, após a sequência de escândalos, se aliou ao PRONA para criar a nova legenda –, e concebidos no mesmo ano: 2006.

Diferente do PRB, o PR dispõe de diretórios; estes, contudo, não parecem ser o *core* da organização do partido: entre 2005 e 2016, 126 diretórios foram instituídos; deste total, 84 já foram dissolvidos pelo partido. Outra semelhança entre ambos os partidos consiste na predominância de comissões provisórias em sua estrutura partidária. O PR, no entanto, por ser fruto de uma fusão de outros partidos, carrega consigo uma trajetória política e bases eleitorais possivelmente herdadas de seus antecessores. Esta pode ser uma justificativa para que suas comissões sejam mais estáveis ao longo dos anos em termos de duração.

Figura 4.3: Média de Dias de uma Comissão Provisória do PR - por ano



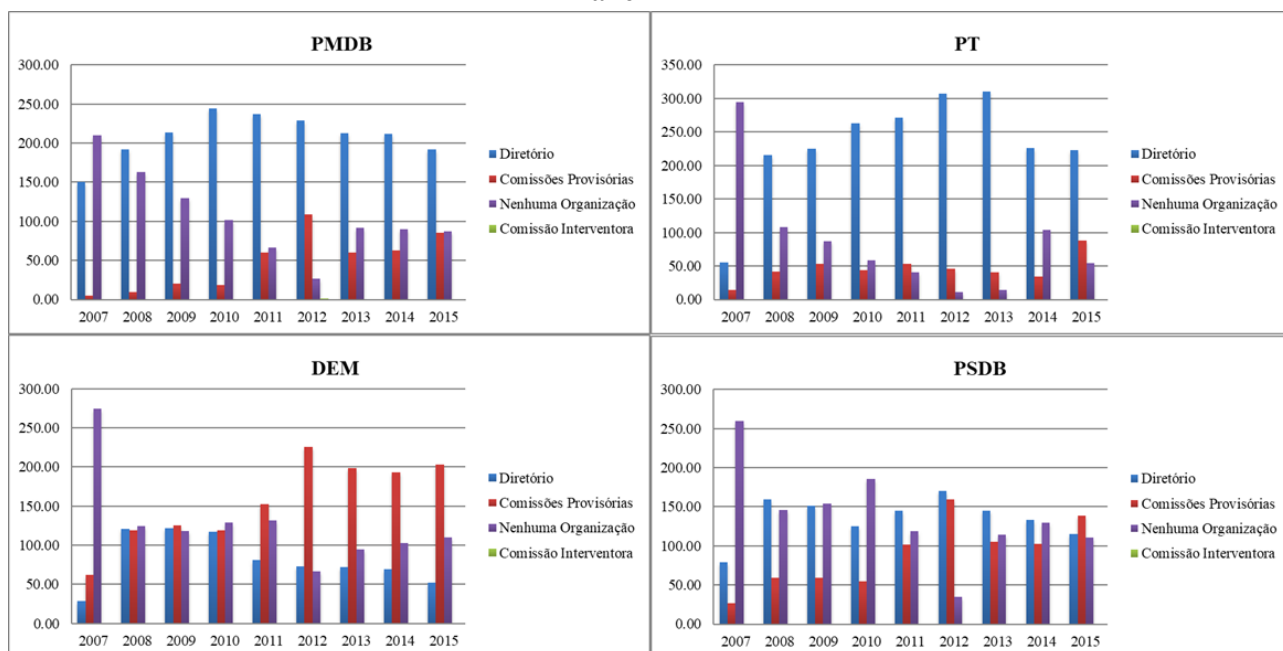
Fonte: Mítio (2017) – elaborado a partir de dados do TSE.

No entanto, quando comparamos a estrutura do PRB com a estrutura dos grandes partidos (PMDB, PT, DEM e PSDB), a discrepância entre os tipos de organização é notória. Os grandes partidos têm os diretórios como a parte constitutiva mais importante de sua estrutura. O PT, por exemplo, aparece em Guarnieri (2009) e Mítio (2017) como sendo o partido com maior grau de organização partidária, com cobertura em cerca de 80% do território brasileiro, mesmo após décadas de funcionamento. Segundo Mítio (2017), grande parte da estrutura do PT é constituída por diretórios (em torno de 80%, estáveis ao longo dos anos).

O PMDB é o partido com o maior número de CPs e diretórios e dispõe de órgãos partidários em 96% dos municípios do país, o que lhe confere alto grau de capilaridade. Esta característica sugere que o PMDB se trata de uma instituição com poder fragmentado, concentrado nas mãos dos caciques locais. A estratégia do PMDB é oposta ao PRB. Sua

centralidade é, aliás, uma barreira imposta no processo de expansão. PT e PMDB são os partidos cujos diretórios têm vida mais longa, seguidos pelo PSDB. Este, no entanto, assim como o DEM, vem mudando de estratégia e aumenta, especialmente em anos pré-eleitorais, o número de CPs em detrimento do número de diretórios (Mitio, 2017).

Figura 4.4: Média de Dias das Unidades da Organização Partidária – Grandes Partidos – por ano



Fonte: Mitio (2017) – elaborado partir de dados do TSE.

Comparar a estrutura do PRB com partidos maiores reforça sua falta de organização em número de órgãos partidários. Entre 2005 e 2016, o PRB teve 23 diretórios, a maioria deles (13) no Amazonas. Todos tiveram duração média de 1,7 meses e foram encerrados por “dissolução”. Partidos como PSDB, PT e PMDB têm uma estrutura menos centralizada, o que lhes garante capilaridade – i.e organizações partidárias espalhadas pelo Brasil, com redes de suporte local mais densas, o que lhes confere maior apoio, menor volatilidade eleitoral e melhores resultados eleitorais.

A estratégia do PRB corrobora a opção de manter as comissões provisórias ao invés de criar diretórios estaduais e municipais, garantindo a concentração de poder da elite partidária que, por sua vez, consegue coordenar mais efetivamente a instituição (Panebianco, 2005; Guarnieri, 2009). Segundo Panebianco, um partido “oco” em termos organizacionais é um partido forte em termos de centralização de poder – o que, por um lado, pode lhe render bons resultados.

Se organização e capilaridade aferem melhores resultados eleitorais, seria esperado um baixo desempenho eleitoral para um partido “oco” como o PRB, o que não parece acontecer. Ao longo de seus 11 anos, o PRB se estabeleceu e, se comparado a outros partidos, parece ter um desempenho satisfatório.

Em sua primeira disputa eleitoral, em 2006, o PRB parecia estar em fase experimental: concorreu em 10 estados⁷⁰ com 80 candidatos – a maior parte deles no Rio de Janeiro (21 candidatos a Deputado Estadual, 10 para Deputado Federal, 1 para Governador e 1 para Senador) e em Roraima (19 candidatos a Deputado Estadual e 1 para Federal). Ao final, obteve o positivo resultado de 3 deputados estaduais e 1 federal eleitos – 5% do total de candidatos.

Na eleição seguinte, em 2008, o partido foi mais ousado: lançou candidatos em todos os estados, totalizando 189 proponentes disputando uma vaga de prefeito (dos quais elegeu 54), e 6.180 concorrendo a uma vaga para vereador (com saldo de 436 eleitos). Eleição após eleição, o PRB aumentou significativamente seu quadro de candidatos e, conseqüentemente, seu número de eleitos, conforme apresentado na Tabela 4.4:

Tabela 4.4: Evolução do Quadro de Candidatos do PRB - por ano:

Cargo	2006		2010		2014	
	Laçados	Eleitos	Laçados	Eleitos	Laçados	Eleitos
Deputado Estadual	58	3	423	18	431	32
Deputado Federal	20	1	168	8	242	21
Senador	1	-	3	1	1	-
Governador	1	-	-	-	1	-
Presidente	-	-	-	-	-	-
Total	80	4	594	27	675	53

Cargo	2008		2012		2016	
	Laçados	Eleitos	Laçados	Eleitos	Laçados	Eleitos
Vereador	6180	436	12416	954	16401	1620
Prefeito	189	54	300	78	422	106
Total	6369	490	12716	1032	16823	1726

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE

⁷⁰ São Paulo não aparece na lista de estados nos quais o PRB disputou eleições. Há, contudo, uma controvérsia do TSE a este respeito: em seu *hotsite* das eleições 2016, consta uma lista de candidatos do PRB em São Paulo, mas, em seu repositório de dados, estes candidatos não aparecem nem na no banco de dados de candidatos nem no banco referente ao resultado da votação por seção eleitoral. Logo, estes foram desconsiderados da análise.

O fato do PRB ser um partido ainda pouco difundido limita a atenção dispensada ao seu crescimento – a mídia, por exemplo, se esforça em retratar o PRB como o partido da IURD, mas pouco destaca sobre seu desempenho. Assim como o caso dos candidatos que, ao utilizarem pista religiosa como forma de alavancar sua candidatura não obtém resultado positivo nas eleições, a existência de um partido vinculado à uma igreja que não apresenta resultado satisfatório tornaria irrelevante a discussão sobre a presença dos evangélicos na arena eleitoral.

É preciso desmembrar o “fenômeno evangélico” em, pelo menos, duas partes: uma diz respeito às investidas dos evangélicos, inicialmente avessos a política, neste campo de atuação – o que engloba a utilização de sua identidade como *cue* eleitoral, bem como a difusão de seus valores éticos e morais como valores necessários em tempos de descrença política, e assim por diante. A segunda parte, mais específica, trataria da participação efetiva desta categoria na política, referindo-se as igrejas que, tal como a IURD, avançam em direção a seus interesses ao eleger políticos que as representem, por exemplo, no Congresso.

A presença da igreja na arena política altera a lógica de *lobby* religioso. De fora da arena, os grupos de interesse religiosos precisam fazer *lobby* com partidos e políticos, a fim de influenciar leis ou políticas públicas relevantes para seus propósitos. O interesse dos políticos no apoio das igrejas é proporcional ao grau de religiosidade da população (independentemente de seu credo). Contudo, a despeito de seu poder de barganha, as igrejas precisam persuadir partidos e políticos, que têm interesses próprios (Grossman & Helpman, 2011; Grzymala-Busse, 2015).

Do lado de dentro da arena política, com recursos políticos próprios, a igreja dispõe de mecanismos distintos para influenciar políticas. *Lobbies* com outros partidos e políticos são realizados de horizontalmente, e os grupos de interesse têm que arrumar meios de barganhar com a igreja. Além disso, dentro da arena e sem intermediários, a igreja pode exercer seu papel de “autoridade moral” (Grzymala-Busse, 2015). O resultado desta influência nas políticas públicas pode ser enviesado e prejudicar grupos de interesse divergentes.

Ter sucesso eleitoral significa que a igreja tem êxito em suas empreitadas eleitorais, mas significa também que está adentrando e ganhando força dentro da arena eleitoral. E o PRB, o partido da IURD, integrante do sistema de organizações criado por Edir Macedo, vem crescendo ao longo dos anos. Embora cresça exponencialmente (em número de candidatos, votos e eleitos) desde sua criação, a repercussão é pequena. Não se sabe se esta discrição é estratégica ou se o vínculo com a IURD ecoa mais forte do que outras evidências acerca de sua atuação, desviando a atenção da mídia.

Selecionei 11 partidos, dentre os 35 existentes em novembro de 2017, a fim de comparar com o PRB. Como critério de seleção, o partido precisaria ter participado de ao menos duas das três eleições escolhidas (2006, 2010 e 2014), além de alguma relevância no quadro multipartidário brasileiro. Por isso, estão contidos na amostra os três maiores partidos brasileiros (PMDB, PT e PSDB); o PR que, assim como o PRB, é um dissidente do extinto PL; PSC, por ser o partido relacionado com a Assembleia de Deus, conhecido por concentrar candidatos evangélicos; PSB, PV e DEM, por serem partidos medianos e com visibilidade. Destes, apenas PR e DEM não concorreram a uma das três eleições ocorridas no período. O *vote share* dos partidos foi calculado com base nos votos para deputado federal (Figura 4.5).

Figura 4.5 Evolução do *Vote Share* por Partido para Deputado Federal (2006-2014)



Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do CEPESData

Dentre os partidos selecionados, apenas o PRB tem uma trajetória ascendente⁷¹. Em um cenário de alta fragmentação – reforçada pela quantidade de novos partidos disputando as

⁷¹ A vantagem do PRB se mantém ao comparar com os 35 partidos; PHS, PTN e PSL também apresentam trajetória ascendente, mas com magnitude muito baixa. A relação contendo o *vote share* de todos os partidos encontra-se no Apêndice II.

eleições de 2014 –, o PRB conseguiu aumentar o número de eleitores. Em 2014, elegeu Celso Russomanno. Com mais de um milhão e meio de votos em São Paulo, levou consigo mais três companheiros de partido para o Congresso (o PRB escolheu não coligar em 2014). Em virtude de suas estratégias, o PRB passou de um deputado federal eleito em 2006 para 8 em 2010; em 2014, o partido quase triplicou o número de cadeiras (21 deputados eleitos). O “braço político da IURD” parece estar no caminho inverso do PR, herdeiro das bases do PRONA e do PL, mas que perdeu votos – e cadeiras – já em sua segunda eleição.

É verdade que os rumos dos partidos mudam conforme a conjuntura, e que três eleições é um período relativamente curto para uma análise aprofundada. O que se pretende com esta observação é, no entanto, apontar para o avanço do partido a despeito do cenário competitivo em que está inserido. Para uma agremiação “oca”, seria esperado um desempenho modesto (quicá inexpressivo), mas não é o que parece estar ocorrendo. Pode-se argumentar que, a despeito de ter aumentado seu *vote share* e o número de cadeiras ocupadas no Congresso, o PRB está aquém do desempenho dos grandes partidos. Mas, para um partido recente e sem bases eleitorais prévias, sua performance é indício de que o PRB é uma organização profissional e com grande capacidade de articulação e mobilização.

As análises indicam que a falta de estrutura organizacional é a forma como a IURD comanda o partido – concentrando o poder nas mãos da cúpula da igreja e do partido. Sua estratégia reverbera em bons resultados eleitorais, e também em discricção em sua atuação.

4.4.3 Presença do Partido nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro

O PRB é um partido concentrado em termos geográficos: somados os candidatos lançados nas eleições municipais em BA, MG, RJ e SP, temos 50% de todas as candidaturas do partido. Mas como estes são os maiores estados do país, SP e MG têm o maior número de municípios, esta pode ser uma estratégia comum a muitos partidos. Quando observamos para as candidaturas para Deputado Federal, no entanto, quase 70% dos candidatos estão concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo. Proporcionalmente, são também os estados que mais elegem deputados federais do partido.

A presença do PRB nas Câmaras e Assembleias Legislativas no Rio de Janeiro e em São Paulo tem sido constante. Pode-se argumentar sobre qual seria a relevância de ocupar menos de 10% das casas referidas, mas o ponto que levanto ao evidenciar estes dados não é o volume das cadeiras obtidas, mas a permanência de um partido sem organização partidária no

corpo legislativo municipal, estadual e federal. Embora não tão proeminente quanto partidos já estabelecidos como PSDB, PT e PMDB, e sem a estrutura capilarizada destes, o PRB se mostra uma organização eficiente.

O PRB vem ganhando espaço e notoriedade nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, devido a seus candidatos mais expressivos: Celso Russomanno (SP) e Marcelo Crivella (RJ). Crivella é, como já previamente mencionado, membro da IURD, cantor gospel, Bispo licenciado e sobrinho de Edir Macedo. Sua história se confunde com a história da igreja, e sua carreira política está inteiramente vinculada a trajetória política da instituição religiosa. É político no Rio de Janeiro desde 2002, quando foi eleito senador pela primeira vez pelo PL-RJ. Crivella está no PRB desde sua fundação, e foi o primeiro senador reeleito no RJ em 24 anos. Foi ministro da Pesca e Aquicultura entre 2012 e 2014, durante o Governo Dilma, até ser eleito prefeito do Rio de Janeiro em 2016.

Diferente de Crivella, Russomanno construiu uma trajetória política desvinculada do PRB, até filiar-se ao partido em 2011, quando desentendimentos com Paulo Maluf o fizeram deixar o PP. Em 2012, candidatou-se a prefeitura de São Paulo (já pelo PRB-SP) e, durante o período pré-eleitoral, o candidato chegou a ficar em primeiro lugar nas pesquisas de opinião – embora não tenha tido votação suficiente para compor o quadro do segundo turno (disputado por Fernando Haddad, do PT, e José Serra, do PSDB). Em 2014, Russomanno foi reeleito com mais de 1,5 milhão de votos no estado de São Paulo (segunda maior votação da história das eleições brasileiras). Em 2016, recandidatou-se a prefeitura de São Paulo, novamente ficou em primeiro lugar nas pesquisas, mas não foi eleito.

Uma característica que difere os candidatos é seu vínculo com a IURD. Enquanto Crivella é conhecido por sua filiação religiosa, a despeito de não usar o título de Bispo⁷² em suas campanhas, Russomanno afirma ser Católico praticante, em uma tentativa de desvincular sua imagem à ideia de “evangélico”. De qualquer forma, ser uma personalidade reconhecida como Crivella e Russomanno (os “puxadores de voto”) garante votos aos candidatos, mas também auferir visibilidade ao partido. Partindo deste princípio, é possível inferir que o PRB vem, pouco a pouco, galgando espaço político nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.

Checar a votação do partido seria uma forma de verificar a evolução de sua votação no município. Os mapas eleitorais mostram de forma agregada a votação em cada candidato,

⁷² A Igreja Universal orienta seus candidatos a cargos majoritários a não utilizarem títulos eclesiásticos como nome de urna ou campanhas em geral; majoritários precisam de mais votos para serem eleitos, então esta estratégia visa assegurar que sua filiação religiosa não interfira em sua votação.

chegando, no máximo de sua desagregação, até o nível dos distritos (bairros). Versões mais recentes conseguem medir a votação proporcional de cada candidato em uma determinada localização. Contudo, estes mapas não são capazes de evidenciar a disputa partidária no nível local.

Para evidenciar a disputa partidária envolvendo o PRB nos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, utilizo uma metodologia advinda dos estudos urbanos, o Índice de Exposição. Utilizar este Índice, tal como proposto por Feitosa *et al.* (2007), permite detectar padrões intraurbanos de segregação social. Neste caso, utilizo a ferramenta como forma de detectar padrões locais de segregação partidária por meio de seu *vote share*. O Índice de Exposição expressa o potencial contato entre dois grupos populacionais. O cálculo consiste em medir localmente o potencial contato entre o grupo m e o grupo n^{73} na área L . O ganho advindo desta análise é a possibilidade de decompor localmente a disputa entre os partidos, de forma a examinar as condições de disputa global (considerando todo o território, no caso, o município) a partir da observação das disputas locais (Feitosa, *et al.*, 2007; Ramos, 2014).

Local, neste caso, é a área de influência do local de votação. A construção destas áreas ocorre com a geração de Polígonos de Voronoi a partir do georreferenciamento dos locais de votação. Descrevo este processo de forma extensiva no Capítulo 6. Cada um dos pontos referentes aos LVs ganham uma área; assim, os mapas dos municípios ganham subdivisões relativas a cada um dos locais de votação. Esta é a unidade de análise para o cálculo do Índice de Exposição.

Os grupos utilizados são os *vote shares* dos partidos de interesse, no caso: PRB e PT em São Paulo, PRB e PMDB no Rio de Janeiro. A determinação dos partidos de interesse foi motivada por questões contextuais: em São Paulo, o PT é um partido com penetração em todas as áreas da cidade, embora predominantemente concentrado nas periferias; o centro expandido é reduto do PSDB. A disputa entre estes dois partidos para cargos majoritários⁷⁴ chega a ser clássica em São Paulo, quando o município se divide, de acordo com os mapas eleitorais, entre “centro azul” (fazendo alusão à cor do PSDB) e “margens vermelhas” (referindo à cor do PT).

A votação no PRB, contudo, está mais alinhada com os territórios do PT. À primeira vista, é possível inferir que a base do PRB seja predominantemente constituída por classes

⁷³ Para mais detalhes sobre o Índice de Exposição Local, ver Feitosa *et al.* (2007).

⁷⁴ PT e PSDB também dominam os cargos para proporcional nos níveis local, estadual e federal, visto que seguem compondo a maioria das bancadas para os três níveis referidos.

menos favorecidas, domiciliadas em bairros mais distantes do centro da cidade. Por esta razão, sua evolução dentro do município de São Paulo se daria por meio de disputa com o PT, partido já consolidado nas regiões supracitadas.

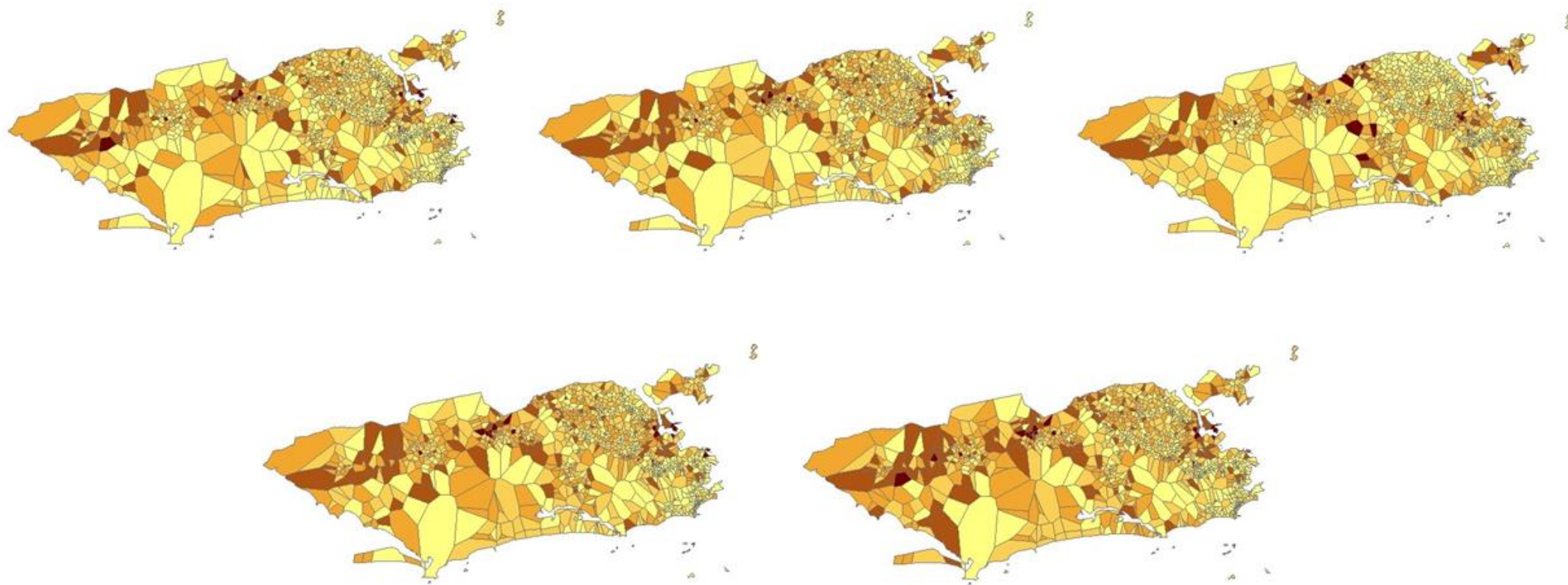
No Rio de Janeiro, o PRB apresenta um padrão de votação menos *clusterizado* do que o encontrado em São Paulo. Este padrão disperso faz com que o PRB tenha votos espalhados por todo o município, com maior penetração nas regiões periféricas, coincidindo com o padrão de votação no PMDB. O PMDB é um dos partidos mais relevantes no cenário fluminense – os últimos 5 mandatos para governador foram deste partido, e este tem, também, uma parcela robusta de membros nas casas legislativas a nível local, estadual e federal.

Em grande medida, o PMDB é um forte oponente ao PRB, visto que o PMDB conta com intensa articulação no nível local, o que ocasiona sua capilaridade no município do Rio de Janeiro. Ao analisar os mapas elaborados a partir do cálculo de quocientes eleitorais, parece existir candidatos peemedebistas sedimentados em todo o território carioca, inclusive em áreas onde o PRB costuma ter um *vote share* elevado. É na capilaridade do PMDB que se baseia este conceito de “disputa” entre os dois partidos: para estabelecer sua base eleitoral e conquistar votos, o PRB precisa desbancar a presença peemedebista.

O Índice pode ser interpretado como sendo um reflexo da disputa local entre partidos (medida pelo *vote share* de cada partido para cada local de votação de um determinado município). O índice varia de 0 (exposição mínima, representado por cores mais claras) a 1 (exposição máxima, representado por cores mais escuras). Quanto maior o índice de exposição (cores mais escuras), maior a disputa interpartidária na área de influência – mais eleitores do PT estão expostos aos eleitores do PRB. Áreas mais claras dos mapas indicam pouca ou nenhuma exposição das populações que votam nestes partidos.

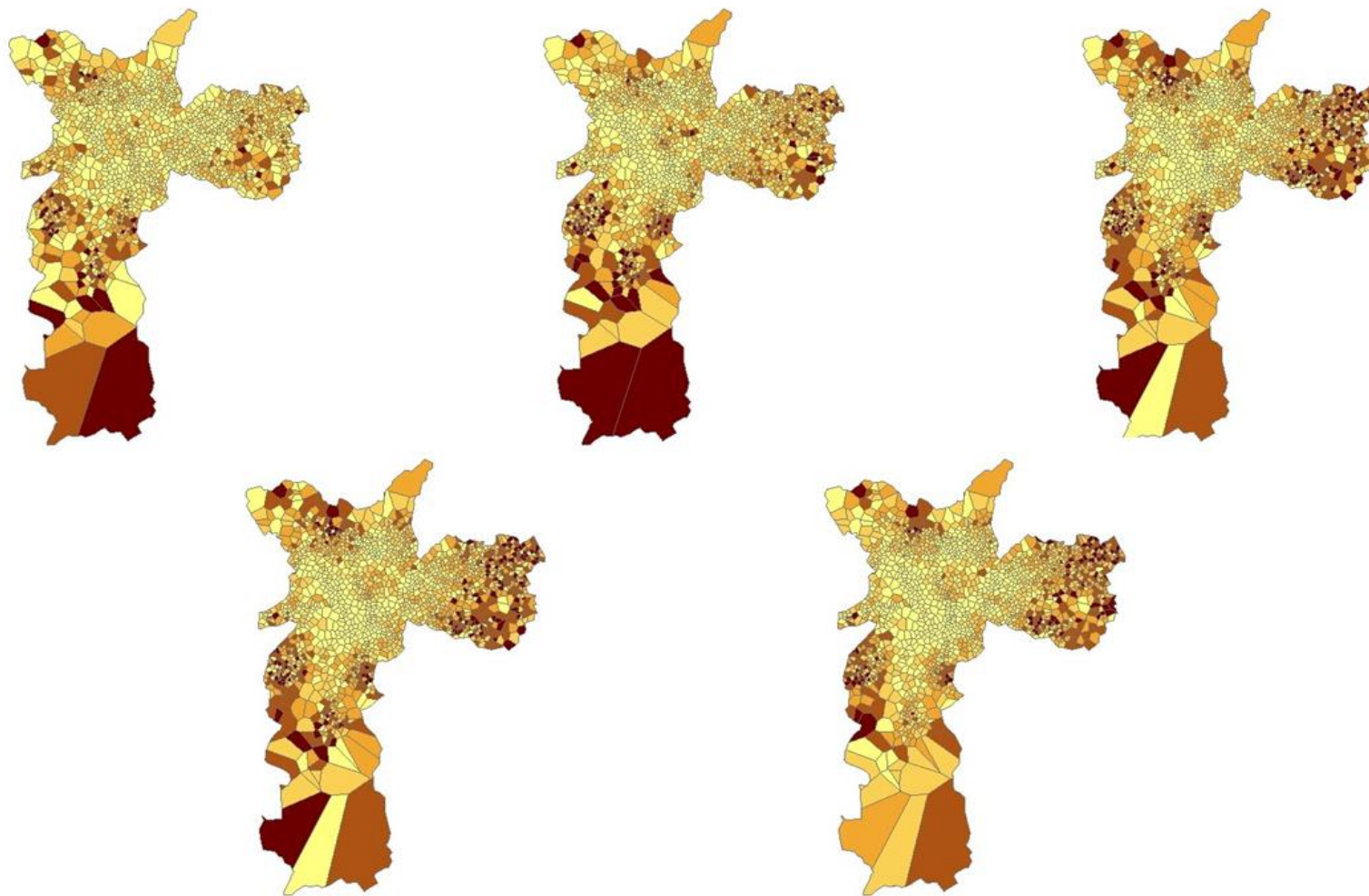
Os mapas (Figuras 4.6 e 4.7) foram gerados para os dois municípios em questão, considerando os pleitos ocorridos entre 2008 a 2016. Dois grupos de mapas estão disponíveis: *Índice de Exposição calculado a partir da disputa entre PRB e PMDB no Rio de Janeiro*; e *Índice de Exposição calculado a partir da disputa entre PRB e PT em São Paulo*. O software TerraView, juntamente com o *plug-in* Terra Segreg 1.0.0, foram utilizados para efetuar tal cálculo.

Figura 4.6 Índice de Exposição – PRB e PMDB – Rio de Janeiro (2008-2016)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4.7 Índice de Exposição – PRB e PT – São Paulo (2008-2016)



Fonte: Elaboração própria.

O grau de disputa partidária pode ser identificado pela graduação das cores dos polígonos (Figuras 4.6 e 4.7). Cores mais escuras referem-se a locais mais disputados entre os partidos utilizados em cada análise. A cada eleição, as áreas de influência (polígonos) estão sujeitas a alteração de cores em decorrência da votação de seus eleitores. No caso do Rio de Janeiro (Figura 4.6), o eixo centro-zona norte é alvo de constantes flutuações, enquanto a região noroeste do Rio apresenta constante disputa entre PRB e PMDB.

No caso de São Paulo, devido a polarização PT-PSDB, que gera territórios específicos para cada partido (PT nas periferias, PSDB no centro expandido), é possível observar com mais clareza a disputa entre os partidos a partir de seus respectivos redutos eleitorais. A Figura 4.7 apresenta os mapas calculados a partir da exposição entre PT e PRB - a disputa entre estes partidos vai se configurando ao longo dos anos, enquanto o centro, reduto do PSDB, continua intacto (cores claras constantes). É também interessante ressaltar como as periferias parecem estar mais suscetíveis ao PRB do que áreas mais centrais. Embora o centro expandido seja território majoritariamente peessedebista, o PT também dispõe de alguns redutos na região.

Uma observação relevante a partir destes mapas é como o PSDB parece se fortalecer nas duas últimas eleições (2014 e 2016), possivelmente devido a uma reação desencadeada pelos escândalos envolvendo o PT – embora a análise seja feita a partir da comparação entre PSDB e PRB, este resultado provavelmente reflete um reforço do posicionamento dos eleitores do PSDB.

Por fim, esta análise buscou verificar como as disputas interpartidárias se davam no nível local (polígonos gerados a partir de cada local de votação, as chamadas áreas de influência). Foi possível verificar que o PRB tem penetração nos municípios analisados, em regiões específicas da cidade. A conquista de territórios por parte do PRB é um resultado importante de sua atuação partidária.

São Paulo e Rio de Janeiro, além de serem os municípios mais relevantes do Brasil, também são as cidades com maior número de templos da IURD - redutos da igreja desde sua criação. A quantidade de templos se relaciona diretamente com o fortalecimento do partido, além do estabelecimento de suas bases eleitorais, visto que a mobilização promovida pela IURD é justamente baseada em seu corpo de fiéis.

4.5 Algumas Considerações

Encerro este capítulo com algumas considerações. A primeira delas consiste em reiterar a importância de sistematizar literatura referente às estratégias e mecanismos político-eleitorais empregados pela IURD – é a partir desta consolidação que podemos compreender como atua esta instituição.

Toda esta engrenagem, montada e dirigida pela igreja, é o que a caracteriza enquanto partido político, e também o que a diferencia das outras igrejas com interesses políticos. Apenas uma organização com este tipo de estruturação poderia ser tão politicamente eficaz quanto... um partido! Contudo, este estudo mostra como o PRB, um partido sem estrutura partidária sólida, é fruto do suporte de uma organização não-política – a Igreja Universal do Reino de Deus.

É possível fazer um paralelo com relação à diferença no tipo de capilaridade dos partidos. Enquanto PMDB e PT, por exemplo, tem uma estrutura organizada e espalhada pelo território nacional, pode-se dizer que a capilaridade do PRB se deve à igreja: sua estrutura não é baseada em diretórios, mas em templos.

Isto posto, argumento que o partido é, na realidade, a própria igreja, enquanto o PRB seria uma espécie de instrumento para alcance de sua ambição política. Todos os instrumentos dos quais a Universal lança mão são, contudo, parte integrante de uma espécie de “sistema” coordenado por ela. O alinhamento entre Rede Record e Universal não é coincidência, mas sim reflexo da organicidade das instituições.

É vantajoso ter o próprio partido. Uma das vantagens é a possibilidade de estruturar a organização de forma a refletir os interesses da igreja. Ter o seu próprio partido facilita a tomada de decisão e a coordenação intrapartidária, além de não ser preciso dividir o eleitorado (digo, os fiéis) entre vários partidos. Também minimiza negociações com diversos atores.

É preciso enfatizar que não rejeito a possibilidade de que o PRB seja também composto por membros externos à IURD. O que suponho é que, a despeito da presença de membros externos, as decisões da igreja são preponderantes dentro da organização. Mas isso não caracteriza o PRB como sendo um “partido evangélico” – nem partido nem igreja pretendem que este seja identificado como tal.

Após a eleição, a função do PRB não é perseguir valores cristãos, como seria esperado para um partido “evangélico”. O próprio Bispo Macedo mantém um posicionamento, digamos, “liberal” com relação ao tema “aborto” – um tema bastante delicado entre os cristãos. A atuação

dos deputados do PRB na Câmara demonstra sua disciplina partidária, enquanto a participação em comissões revela uma predisposição pela Comissão de Constituição e Justiça, e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (comissão responsável por temas como regulação de radiodifusão e telecomunicações em geral).

Isto quer dizer que, ao contrário do que possa se supor, a inserção da igreja na arena política não representa necessariamente um aumento de “religiosidade” no campo. As igrejas são organizações e, como tal, têm interesses relacionados a sua atuação. Portanto, os candidatos apoiados por igrejas, durante seu mandato, podem perseguir a manutenção da moral e ética cristãs (ou de qualquer outro credo). Ou pode pleitear maiores benefícios fiscais, como isenção dos poucos tributos que ainda incidem sobre templos. Ainda, podem requerer que a igreja tenha autoridade suficiente para questionar decisões, regras ou leis junto ao Supremo Tribunal Federal⁷⁵. Desde que, é claro, atenda ao desígnio da igreja.

Isto suscita, por exemplo, questões acerca da aliança entre a IURD e candidatos como Celso Russomano – puxador de votos, mas desvinculado da igreja, além de ter trajetória política própria, anterior à filiação ao PRB. Qual seria a relação de Russomanno, caso fosse eleito prefeito em São Paulo, com o partido? Se o partido operasse como igreja, muito provavelmente Russomanno não estaria no quadro de candidatos. Sua presença, contudo, leva a crer que a IURD “joga o jogo” político da forma como se deve.

Após discutir as estratégias político-eleitorais adotadas no âmbito da organização, descrevo no Capítulo 5 como se dá o mecanismo de *brokerage* da Igreja Universal. Não fossem todos os passos anteriores ao processo de mobilização de eleitores (definição da lista, dos territórios, levantamento das potencialidades políticas etc.), a eficácia deste mecanismo não existiria.

⁷⁵ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-11-04/bancada-evangelica-aprova-pec-que-da-a-igreja-poder-de-questionar-supremo.html>

5. Pastores como *Brokers*

Após apresentar evidências sobre a atuação política da Universal, esta seção tem como objetivo descrever o mecanismo de *brokerage* da IURD. A mobilização eleitoral é, neste caso, tão importante quanto seria para um partido político pois, ao contrário do que se pode pressupor, o voto dos evangélicos não pode ser considerado um “voto obediente”, como bem aponta Pierucci (2011). Por este motivo, a IURD precisa mobilizar seus fiéis a fim de torná-los sua base eleitoral.

O mecanismo ocorre nos templos: o pastor assume, no culto, o papel de líder religioso e também de *broker*. Esta é uma ação fundamental dentre as estratégias adotadas, pois trata-se do momento em que a igreja convoca seus fiéis a apoiar seus candidatos.

*Brokers*⁷⁶ são indivíduos que dispõem de redes interpessoais em nível local. A interação frequente entre o *broker* e sua rede permite que este intermediário tenha conhecimento sobre seu grupo de eleitores. O *broker* é um provedor de benefícios e “resolvedor” de problemas, e isto gera uma relação de confiança com os membros de sua rede – garantindo a este indivíduo credibilidade perante os eleitores. Se o *broker* apoia um candidato e o recomenda a sua rede, este espera ter o apoio do grupo; por vezes, o apoio vem como moeda de troca para pagamento dos benefícios providos por ele (Valenzuela, 1977; Bezerra, 1999; Lisoni, 2009; Larreguy, 2013; Stokes *et al.*, 2013). Os *brokers* podem ser líderes comunitários, sindicalistas, líderes religiosos. Não importa sua ocupação, desde que seja capaz de mobilizar sua base.

A capacidade de mobilização do *broker* e o tamanho de sua base eleitoral são fatores preponderantes para que este seja contratado por um partido ou candidato. Na literatura, o *broker* é uma peça chave na relação entre candidatos e eleitores. Por causa da natureza de sua atuação, a maioria dos estudos sobre este intermediário está relacionada a ações clientelistas, tais como compra de votos e mobilização de bases (Valenzuela, 1977; Nichter, 2008; Lisoni, 2009; Larreguy, 2013; Stokes *et al.*, 2013; Zaragaza, 2014; Holland & Palmer-Rubin, 2015; Larreguy *et al.*, 2016; Novaes, 2017).

O *broker* religioso é uma categoria ainda não discutida na literatura. A natureza de sua ocupação lhe confere uma posição de liderança, de confiança, e uma base de fiéis. Os líderes religiosos desenvolvem vínculos com os membros da igreja e a influência que exerce sobre seus

⁷⁶ “Cabo eleitoral” é uma tradução possível para o termo “*broker*”; contudo, como cabo eleitoral tem uma conotação ampla, por vezes significando o indivíduo que entrega santinhos de um candidato, adotei o termo “*broker*” apenas para que não haja confusão com relação a seu papel de intermediário.

fiéis não é decorrente apenas desta relação, mas é também reflexo do que sua figura representa: um intermediário de Deus.

Igrejas são instituições semelhantes a clubes, se considerarmos que há uma adesão voluntária por parte de indivíduos que se identificam com o grupo. É razoável assumir que a religião exerça influência sobre seus membros – não apenas por causa da doutrina teológica, mas também por razões como o desenvolvimento de um senso de comunidade, identidade e pertencimento, e a relação de confiança gerada entre os líderes religiosos e seus fiéis, e entre fiéis (Wald *et al.*, 1988; Mainwaring, 1989; Iannaccone, 1992; 1998; Huckfeldt *et al.*, 1993; Bohn, 2006; Gerber *et al.*, 2008; Chen, 2010; McClendon & Riedl, 2015; Rodrigues & Fuks, 2015).

Relação de *brokerage* está intimamente relacionada com a confiança presente na relação entre o fiel e o pastor – e o que mais a sua imagem representar. O poder dos pastores é esvaziado pela instituição, mas, perante seus fiéis, o pastor tem poder. E reputação.

A diferença entre *brokers* religiosos e políticos é que os primeiros demandam menos monitoramento e são mais leais. Lealdade e necessidade de monitoramento são questões presentes na literatura, e estão diretamente relacionadas. Os *brokers* podem agir de forma desleal atuando mais como agentes livres em um mercado com um pacote de eleitores para "vender" do que como ativistas comprometidos (Novaes, 2017). O monitoramento é, neste sentido, necessário para que os partidos se certifiquem de que os *brokers* contratados entregam os votos de suas redes (Larreguy, 2013).

É possível crer que a lealdade do *broker* religioso esteja diretamente relacionada com a estrutura da igreja: instituições com poder mais centralizado tendem a ter líderes religiosos mais disciplinados. Líderes religiosos com autonomia tem incentivos para agir de acordo com sua própria conduta, ao passo que líderes de instituições mais restritivas tenderão a ser mais confiáveis, atendendo aos desígnios de seus superiores.

O monitoramento de *brokers* é uma tarefa de difícil mensuração e custosa para os partidos (Larreguy, 2013; Larreguy *et al.*, 2016); por vezes, os interesses e ambições políticas do *broker* sobrepõem os interesses de seus contratantes. O pastor não está preocupado em alavancar sua carreira como *broker*, visto que sua atividade principal é o pastorado e não a atividade política.

Um pastor pode obter benefícios a partir de sua boa atuação enquanto *broker*, semelhante ao bônus por captação de fiéis, recebido por pastores de determinadas igrejas. Neste caso, os benefícios podem vir, por exemplo, na forma de promoções e escalada na hierarquia

da instituição. Caso este tenha ambições de cunho político, sua inserção no quadro de candidatos da igreja dependerá exclusivamente de uma decisão da cúpula. Caso este pastor não seja apoiado pela IURD, a forma de participar das eleições é desvinculando-se da instituição.

Afora estes casos, o pastor é um executor das ordens de seus superiores e, devido aos incentivos advindos da organização iurdiana, o pastor é um *broker* leal. Sua lealdade ocasiona uma redução dos custos de monitoramento. O efeito de seu *brokerage* pode ser estimado a partir de dados obtidos no recenseamento realizado nos templos: a IURD sabe onde votam os fiéis frequentadores de cada templo e, assim como fazem os partidos políticos, pode esperar uma fração de votos em seus candidatos em cada uma das zonas eleitorais. Não é possível monitorar todos os votos a partir desta estratégia, mas é possível obter uma boa estimativa (Larreguy, 2013).

Ademais, os custos referentes ao mecanismo de *brokerage* são baixos: a IURD utiliza a estrutura de templos como locais de campanha e seus pastores como *brokers*. Desde 2006, dispõe de seu próprio partido, o PRB. Toda sua ação de mobilização se dá no âmbito de sua própria estrutura, configurando a IURD como uma instituição autossuficiente.

Os pastores iurdianos se enquadrariam no caso dos *brokers* leais: a estrutura da igreja não confere autonomia para níveis inferiores na hierarquia eclesiástica, coibindo seus pastores de agirem de forma individual. De acordo com a tipologia proposta por Lisoni (2009), os líderes religiosos da IURD podem ser enquadrados como *brokers* do tipo “*Puntero*”: são intermediários entre seu patrão (a cúpula da igreja e seus candidatos) e os eleitores (fiéis), mas não gozam de autonomia, configurando um “representante” de seus superiores. A seguir, apresento uma série de pressupostos para determinar um modelo de *brokerage* da IURD.

5.1 Modelo de *Brokerage* Iurdiano

O pressuposto inicial consiste em assumir que a Igreja Universal atua como um partido político. Enquanto partido, suas principais atribuições perpassam por definir e coordenar seus candidatos, e mobilizar eleitorado. Mostrei, ao longo dos capítulos anteriores, os mecanismos e estratégias eleitorais adotados pela igreja, de forma a confirmar sua atuação. A parte da mobilização é o mecanismo que desenvolvo a seguir:

A IURD escolhe seus candidatos que, após passarem por uma breve preparação, iniciam suas campanhas eleitorais. Os candidatos são filiados ao PRB, o instrumento político da igreja. A coordenação estratégica requer a determinação de regiões onde as campanhas serão

realizadas. Os candidatos são distribuídos pelo território de maneira a não haver sobreposição das campanhas, de forma a evitar a disputa intrapartidária. Dentro da área designada para cada candidato, há um conjunto de templos da IURD onde o candidato a quem pertence esta área será apresentado durante os cultos. Templo é unidade territorial da IURD, assumindo um papel de diretório (Machado, 2006).

Outros candidatos – do PRB ou de outro partido – não poderão / conseguirão penetrar neste território. O pastor, responsável por cumprir as ordens de seus superiores, fica a cargo de fiscalizar seu templo e de apresentar apenas o candidato designado para aquela jurisdição. Ações coletivas, como a alocação de *banners* contendo o nome de vários candidatos para que uma prece coletiva seja professada (Machado, 2006), devem ser autorizadas pela cúpula da IURD.

Devido à natureza de suas atividades, a igreja tem um grande contingente de membros. A IURD tem ciência que nem todos os indivíduos que ocupam bancos nos templos são fiéis – no sentido mais literal da palavra. Isso representa dizer que o número de frequentadores de um culto não é igual a estimativa de eleitores feita pela igreja durante seus cálculos de capital eleitoral. A estimativa de eleitores da igreja é baseada em seguidores permanentes. Uma forma de estipular quem são os indivíduos permanentes é via registro dos dízimos.

A igreja tem vantagem com relação a mobilização de seu “eleitorado”, pois este está sob influência do líder religioso. Fiéis permanentes tenderiam a votar mais de acordo com a sugestão do pastor⁷⁷. Duas premissas reforçam este pressuposto: i) a comunidade evangélica tem fraca identificação partidária e ii) vivencia significativa influência da igreja (Bohn, 2004; 2006; Machado, 2006; Gruber & Hungerman, 2008; Grzymala-Busse, 2015; Rodrigues & Fuks, 2015).

Nem todos os membros da igreja votam com seus pastores: o seguidor de uma doutrina evangélica, assim como qualquer indivíduo, tem seu próprio conjunto de preferências, influenciado por múltiplos contextos nos quais está inserido. O que se discute é que a igreja pode exercer influência na decisão do seu fiel, que está em grande medida atrelado ao fator religioso e pautado na confiança na instituição.

Considerando que os fiéis são “*imperfectly informed*”, a sinalização fornecida pelo pastor pode ser preferida em detrimento de sinalização advinda de outras fontes (Grossman &

⁷⁷Pesquisa sobre voto religioso, realizada por DataFolha em Setembro/2017: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1929305-voto-religioso-so-guia-2-entre-10-brasileiros-diz-datafolha.shtml>

Helpman, 2001). Para Mainwaring (1989), a religião tem capacidade de mobilizar classes populares, além de ser fator relevante no cotidiano das pessoas. Assim, a igreja supre o papel da identificação partidária, e o candidato apoiado pela igreja tem mais valor do um candidato sem o vínculo religioso.

Templos situados em locais de passagem, como grandes avenidas e centros das cidades, são mais sujeitos a serem frequentados por fiéis avulsos; logo, a relação entre pastores e comunidade tende a ser mais fraca; seria esperado que, caso exista, a intensidade da influência da presença da igreja no *vote share* do PRB seja mais fraca.

De qualquer forma, quando o pastor faz campanha, ele o faz para todos os presentes no templo. O frequentador avulso é um potencial eleitor, mas está sujeito a ser um eleitor do candidato da igreja tanto quanto seria de qualquer outro candidato. A decisão do fiel iurdiano também está sujeita a múltiplos fatores – compreender como vota um eleitor foi e continua sendo um dos maiores desafios da Ciência Política. Mas há motivos para crer que o membro da Universal⁷⁸ está sob influência de seu líder religioso e esta influência tem um peso na sua decisão.

A igreja cria um senso de comunidade entre seus frequentadores assíduos. Templos mais antigos tendem a ter vínculos mais fortes com a comunidade local, por desenvolvendo atividades no entorno ou por ter o corpo de fiéis formado por moradores da vizinhança. Independentemente da natureza do vínculo, este reflete na intensidade da influência exercida. Em tempos de campanha política, o candidato apoiado pelo templo pode, inclusive, utilizar-se dos mecanismos da igreja para reforçar seu vínculo com a comunidade.

Templos para fins específicos, sedes, catedrais e afins, como o Templo de Salomão, por exemplo, não permitem que o pastor crie este tipo de vínculo com os fiéis, dada a rotatividade de frequentadores e a quantidade de cultos realizados por dia.

No geral, pastores também desenvolvem um vínculo com a sua comunidade. A IURD, contudo, mantém uma política de rotatividade de pastores. Após um determinado período, estes são transferidos para outro templo, seguindo as ordens de seus superiores, a fim de impedir que os líderes religiosos criem e fortaleçam vínculos com os frequentadores. Mesmo assim, os líderes religiosos ainda são sumidades, e os maiores responsáveis pela apresentação e endosso dos candidatos durante os cultos.

⁷⁸ Leia-se qualquer indivíduo pertencente a um grupo religioso.

A rotatividade não é exclusividade dos pastores. Segundo Almeida (2009), a Universal é uma igreja “de passagem”, ou seja, parte seus fiéis frequentam os templos estrategicamente dispostos em locais com grande movimentação, mas não necessariamente residem no entorno destes templos. Outra motivação para o deslocamento seria seus grandes templos, que dispõem de programações diferenciadas.

É possível inferir que, na média, indivíduos frequentem templos mais próximos da sua residência. O argumento ganha força ao considerar que a IURD tem muitos templos espalhados pela cidade; assim, é mais fácil encontrar uma casa de culto próxima ao domicílio. De acordo com este pressuposto, indivíduos que frequentam cultos em locais mais distantes são exceção.

Assumo que os indivíduos, além de frequentarem os templos da IURD mais próximos de seu domicílio, também votam em locais próximos. Este pressuposto é derivado da lógica de distribuição de eleitores feita pelos TREs, que consiste em ofertar locais de votação de acordo com o CEP fornecido pelos eleitores. Uma pesquisa do IBOPE sobre a mobilidade dos eleitores na eleição de 2014 é utilizada para reforçar o argumento. Discorro sobre isso no Capítulo 6, na seção sobre a descrição dos dados utilizados. Pessoas que votam longe de seu domicílio são consideradas, nesta pesquisa, exceção⁷⁹.

O recenseamento realizado pela IURD permite saber onde cada um de seus fiéis permanentes moram e votam. Isso permite que a igreja estime onde cada candidato do PRB⁸⁰ poderá ter um incremento de votos, fruto de seu *brokerage*. De acordo com meus pressupostos, existe uma área de influência da igreja, que chamarei de “território iurdiano”: em um dado raio de distância a partir de seus templos, a IURD tem uma rede de fiéis permanentes, que residem e votam nas mesmas imediações.

Se este argumento é razoável, é possível esperar que a presença de um templo em uma determinada área influencie no aumento do *vote share* do PRB. Logo, a hipótese a ser testada é:

H₀: Existe um incremento de voto no PRB em locais de votação mais próximos a um templo da IURD.

⁷⁹ Indivíduos que se mudam e continuam votando no mesmo lugar têm um vínculo relevante com aquele lugar.

⁸⁰ Para isso, seria preciso ter conhecimento acerca dos candidatos oficiais da IURD.

Assumindo que os mecanismos de coordenação promovidos pela IURD garantem eficácia para a *brokerage* dos pastores, seria esperado que houvesse um incremento no *vote share* do PRB em locais de votação próximos a um templo. A estratégia empírica empregada para testar esta hipótese, bem como resultados obtidos, e discussão acerca destes, encontram-se no próximo capítulo.

6. Análise Empírica

Este capítulo tem como objetivo testar o principal argumento levantado por esta tese: a Igreja Universal do Reino de Deus exerce influência sobre a decisão de voto de seus fiéis. A hipótese formulada, a partir do estudo realizada é: Existe um incremento de voto no PRB em locais de votação mais próximos a um templo da IURD – os “territórios iurdianos”.

Para responder a esta pergunta, estimo o efeito da presença de templos da Universal sobre o *vote share* do PRB em cada local de votação, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 2008 a 2016. Espera-se que, caso a Igreja Universal do Reino de Deus exerça influência sobre a decisão de voto de seus fiéis, o *vote share* do PRB será maior em locais de votação próximos de um templo. Em contrapartida, locais de votação sem templos iurdianos no entorno apresentariam menor votação no PRB.

Compreender os determinantes do voto continua sendo uma das principais questões sobre as quais a Ciência Política se debruça. A complexidade abarcada na tomada de decisão do eleitor não permite identificar apenas um fator como sendo determinístico dentro deste processo. Por este motivo, não tenho pretensões de estimar causalidade, mas sim a correlação – o que chamo, ao longo da seção, de “efeito” ou “influência”.

Isto posto, desenvolvo a seguir a estratégia empírica adotada para estimar o “efeito igreja” no *vote share* do PRB, seguida da descrição dos dados, construção das variáveis e limitações das pesquisas, para enfim apresentar e discutir os resultados obtidos.

6.1 Estratégia Empírica

O objetivo deste estudo é investigar o efeito da igreja no apoio político para seu partido, o PRB. A IURD desenvolveu um processo interno de coordenação política, que começa com o recenseamento nos templos, passa pelo cálculo estratégico de quociente eleitoral, pela escolha dos candidatos e determinação dos territórios onde cada um fará sua campanha, e culmina com o *brokerage* dos pastores, ocorrido nos templos durante ou após os cultos; assim, o templo funcionaria como uma espécie de “marco espacial” da igreja (Machado, 2006).

Assumindo que os mecanismos de coordenação promovidos pela IURD garantem eficácia para a *brokerage* dos pastores e que o templo é local onde a campanha para os candidatos do PRB é realizada, é possível esperar que os arredores de cada igreja seja, em alguma medida, seu reduto eleitoral.

Para realização do teste empírico, utilizo três modelos com diferentes especificações. A equação, estimada pelo o método de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS)⁸¹, é:

$$VSPRB_i = \alpha + \rho Igreja_i + X'_i \delta + v_i$$

Onde:

$VSPRB_i$: *vote share* do PRB no local de votação i

$Igreja_i$: *dummy* que assume valor 1 se existe uma igreja próxima do local de votação i

$X'_i \delta$: termo que representa um vetor de covariáveis

v_i : termo de erro.

Uma variação destes modelos utiliza a variável “Distância” como variável independente. A intenção é verificar como o modelo se comporta, como uma espécie de teste de robustez. Dizer que o templo “está contido” é diferente de verificar uma possível influência a partir da distância em que ele se encontra do LV. Assim, o Teste 1 mede o efeito de haver um templo na zona de influência do local de votação no *vote share* do PRB, enquanto o Teste 2 mede o efeito da distância da igreja (a partir de um dado LV) no aumento de votos no partido em questão. Para os dois testes, constam os seguintes modelos:

O Modelo 1 estima a relação entre *vote share* e presença da igreja dentro da área de influência de um LV (ou distância do templo), considerando a densidade do eleitorado em cada polígono, e o ano da eleição – variáveis presentes em todos os modelos estimados. Como os templos aparecem localizados em áreas com maior densidade populacional, utilizo a densidade de eleitorado como *proxy* para população. É razoável supor que locais com mais eleitores também terão densidade populacional maior – i.e., número que idosos e crianças não supera número de pessoas em idade de compulsoriedade para votar.

O Modelo 2 considera variáveis que podem influenciar no efeito do *brokerage* relacionadas a igreja: o número de anos do templo desde sua abertura (quanto mais estabelecida é a igreja, maior é o efeito de *brokerage*), e uma *dummy* que indica se a igreja foi inaugurada antes de 1998 (marco de profissionalização política da IURD).

O Modelo 3 considera covariáveis relacionadas ao perfil do eleitorado: escolaridade como *proxy* para renda, e faixa etária.

⁸¹ *Ordinary Least Square.*

6.2 Descrição dos Dados e Construção das Variáveis

Para a análise empírica realizada, formulei uma base de dados original que combina diferentes fontes de informação geográfica, eleitoral e sobre as igrejas para os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, no período entre 2008 e 2016. O ano de 2006 foi excluído da amostra por falta de dados sobre perfil do eleitorado.

A unidade de análise é o Local de Votação. A obtenção desta unidade é possível devido a agregação a partir da menor unidade de análise disponibilizada pelo TSE, a seção eleitoral, que consiste nos dados por urna. Os Locais de Votação, por sua vez, referem-se ao local onde as urnas são alocadas: escolas, presídios, igrejas e afins.

O motivo pelo qual optei por trabalhar com dados de local de votação foi o grau de granularidade obtido, um ganho em relação ao uso de zonas eleitorais, por exemplo, que são áreas maiores e que acabariam agregando regiões muito distintas entre si. O uso dos locais de votação, combinados com suas respectivas áreas de influência, permite observar fenômenos de maneira muito localizada e precisa, o que representa um benefício para o estudo do efeito local do *brokerage* da igreja.

Os locais de votação do município de São Paulo foram inicialmente geolocalizados como parte do projeto desenvolvido no Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP), da Fundação Getúlio Vargas. Os LVs do município do Rio de Janeiro foram geolocalizados utilizando o “*excel geocoding tool*”⁸², disponibilizada pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Esta ferramenta geolocaliza os endereços utilizando o API de um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite gratuito na internet (Bing).

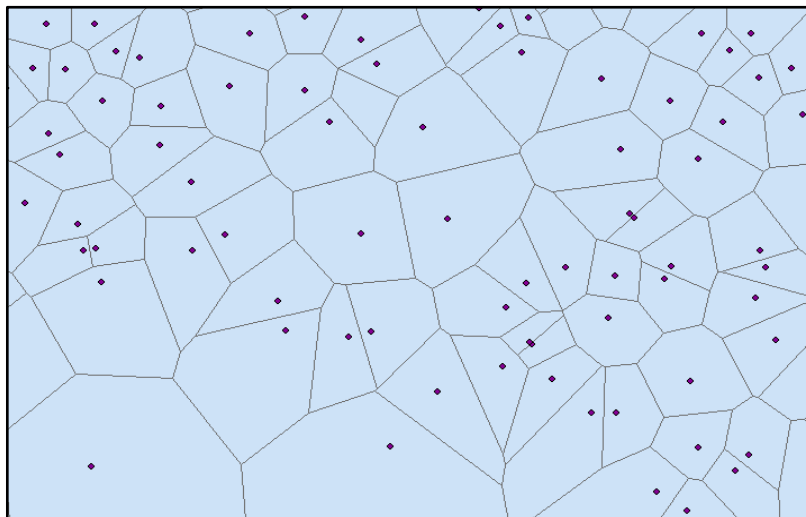
A fim de verificar a confiabilidade da geocodificação, foi realizado um teste de consistência. Ao longo dos anos, o TSE “remodela” as zonas eleitorais, criando ou extinguindo locais de votação de acordo com o fluxo de eleitores. Para tratar estas diferenças ocorridas no período utilizado, de 2008 a 2016, geolocalizei os LVs para cada um dos anos. LVs para os quais não haviam dados de resultado eleitoral disponíveis foram excluídos da base.

Para estimar a área de influência dos locais de votação, foram gerados Polígonos de Voronoi (ou Polígonos de Thiessen, como também são conhecidos). Este é o método mais disseminado para a conversão de estruturas de representação em pontos para representações em polígonos. Esta técnica consiste na geração de polígonos a partir de um conjunto de pontos.

⁸² A ferramenta pode ser encontrada neste *link*: <http://excelgeocodingtool.com/>.

Uma área de influência é definida em torno de um ponto, de modo que qualquer local dentro do polígono esteja mais próximo desse ponto do que de qualquer um dos outros pontos do conjunto. A Figura 6.1 mostra as áreas de influência criadas a partir dos locais de votação no município de São Paulo.

Figura 6.1 Polígonos de Voronoi gerados a partir de pontos de Locais de Votação no Município de São Paulo



Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do IBGE e TSE.

Utilizei as divisões das zonas eleitorais, fornecidas pelos TREs do Rio de Janeiro e São Paulo, como forma de garantir que os polígonos se aproximem da área à qual se referem: gerei as áreas de influência separadamente de acordo com cada zona eleitoral, forçando os polígonos referentes a cada local de votação a estar em conformidade com a circunscrição das zonas.

O *vote share* do PRB foi calculado a partir de resultados eleitorais por seção eleitoral disponibilizados pelo TSE. Uma observação importante é que para o ano de 2014, o *vote share* foi calculado sem a votação no candidato a deputado federal Celso Russomanno. Russomanno foi o candidato mais votado no Estado de São Paulo naquele ano, com cerca de 1,5 milhão de votos. Embora o candidato seja uma figura importante no partido, sua votação reflete sua figura pública de apresentador de TV e “defensor dos direitos do consumidor”. Por este motivo, mantê-lo na base poderia induzir a um efeito que não seria relacionado a igreja, mas sim a sua exposição enquanto figura pública.

A partir da geração destes polígonos, foi possível criar a variável independente do modelo: presença da igreja i na área de influência do local de votação z ; cada polígono que possui uma igreja em seu interior assume o valor 1. A área de influência também possibilitou o

cálculo do que chamei de “densidade do eleitorado” para cada local de votação, que consiste na divisão do total de eleitores no local de votação z pela área de seu polígono.

As igrejas foram geolocalizadas a partir do endereço disponível na base de dados da RAIS 2014. Inicialmente, aventei coletar os endereços a partir do *website* da Igreja Universal, mas utilizar a RAIS foi mais vantajoso porque esta base contém, além dos endereços e CNPJ, a data de abertura e fechamento de todos os estabelecimentos.

A medida de distância utilizada neste modelo é baseada na distância euclidiana entre os pontos de interesse: local de votação e templo. Um ponto fundamental do desenho da pesquisa consiste em assumir que a IURD não escolhe o local do seu templo baseado na localização do LV, embora sua presença em uma determinada área possa influenciar os fiéis que residem e votam no entorno.

A data de abertura das igrejas permitiu a separação da base em arquivos correspondentes aos anos eleitorais. Desta forma, considerei apenas igrejas abertas até um ano antes de cada ano eleitoral utilizado na amostra. Ou seja: para o ano de 2008, por exemplo, constam na base apenas as igrejas que foram abertas até 2007. Isso garante que não seja estimado indevidamente o efeito de igrejas fundadas posteriormente.

Também ponderei que, embora a IURD seja uma igreja conhecida do público em geral e que pastores podem levar consigo parte do seu público quando mudam de templo, leva tempo até que os fiéis estabeleçam uma relação com o novo local – condição imprescindível na construção da relação entre pastor (*broker*) e fiéis (base eleitoral). Uma variável de tempo de igreja foi criada para abarcar esta questão. Foi medida em anos, calculados subtraindo do ano da eleição o ano de abertura da igreja. É esperado um sinal positivo para esta variável, indicando que quanto mais tempo instalada em uma determinada área, mais vínculos com o local ela terá.

A *dummy igreja.antes.1998* indica o momento de profissionalização política da IURD e assume 1 quando a igreja foi aberta antes de 1998. Minha suposição é que igrejas abertas até 1997 não foram estrategicamente posicionadas; logo, o sinal esperado para esta variável é negativo.

A *dummy* ano eleitoral distingue as eleições federais das locais. A *dummy* assume valor um nos anos de 2010 e 2014, indicando eleições federais. Para os outros anos (2008, 2012, 2016), esta assume valor zero. Também há uma *dummy* para indicar os municípios: observações relacionadas a SP assume valor um, enquanto Rio de Janeiro assume valor zero.

Utilizo dois grupos de covariáveis relacionadas as características do eleitorado: escolaridade, com a proporção de eleitores em cada grupo de escolaridade (de “analfabeto” a

“superior completo”), e faixa etária, com a proporção de eleitores em cada grupo de faixa etária – ambas desagregadas ao nível da seção eleitoral. Em ambos os casos, foi preciso realizar a agregação das urnas para chegar ao nível de local de votação. A Tabela 6.1 define as faixas de escolaridade e etária contidas no modelo:

Tabela 6.1 Descrição das Faixas Etária e Escolaridade Inseridas no Modelo

<i>Label</i>	Faixa Etária Correspondente
Fxet_1	16 anos
Fxet_2	17 anos
Fxet_3	18 a 20 anos
Fxet_4	21 a 24 anos
Fxet_5	25 a 34 anos
Fxet_6	35 a 44 anos
Fxet_7	45 a 59 anos
Fxet_8	60 a 69 anos
Fxet_9	70 a 79 anos
Fxet_10	Superior a 79 anos

<i>Label</i>	Grau de Escolaridade Correspondente
Esc_1	Analfabeto
Esc_2	Lê e escreve
Esc_3	Ensino Fundamental Completo
Esc_4	Ensino Fundamental Incompleto
Esc_5	Ensino Médio Completo
Esc_6	Ensino Médio Incompleto
Esc_7	Ensino Superior Completo
Esc_8	Ensino Superior Incompleto

Fonte: TSE

Este grupo de covariáveis foi obtido a partir dos dados sobre perfil do eleitorado – TSE. Estes dados, porém, só estão disponíveis a partir do ano de 2008, o que determinou que 2006 fosse excluído da amostra.

6.3 Limitações do Modelo

A construção do modelo para captar a influência da igreja na decisão de voto dos eleitores está longe de ser ideal. Variáveis potencialmente importantes para a compreensão deste fenômeno certamente estão omitidas no modelo – não só porque não foram inseridas, mas porque são, de certa forma, imensuráveis. Estruturei os testes de maneira que fosse possível, utilizando variáveis realizáveis e com certo grau de arbitrariedade, captar uma relação entre as variáveis de interesse. Aqui elenco algumas limitações do modelo e suas implicações nos resultados.

Uma simples comparação do *vote share* do PRB entre os locais de votação que estão próximos a um templo e os que não estão pode ser insuficiente para a captação do “efeito igreja”. Isso ocorre uma vez que a decisão de alocação do templo não é aleatória – esta decisão pode ser resultado de inúmeros fatores socioeconômicos, por exemplo, do valor dos imóveis em uma dada região, ou produto de uma política de acessibilidade que exige que o templo esteja próximo a algum meio de transporte público. Não saber que lógica rege esta decisão ocasiona um problema de viés por variáveis omitidas. Com variáveis omitidas, por exemplo, cultura local que favorece a instalação de uma igreja, pode-se estimar o efeito da igreja como sendo maior ou menor que o verdadeiro efeito.

Primeiro, existe um problema de MAUP⁸³ e inferência ecológica. Por indisponibilidade de bases que associem as diversas camadas de informação utilizada, tive que fazer inferências entre as camadas espaciais e as demográficas. O IBGE, por exemplo, disponibiliza dados sobre setores censitários, onde constam informações sobre número de moradores, rendas familiar e *per capita*, dentre outras variáveis coletadas pelo Censo. Os TREs, por sua vez, dispõem apenas de mapas contendo uma divisão das zonas eleitorais por município. Aparentemente, não existe uma clara divisão das áreas referentes a cada LV. Os polígonos das zonas eleitorais não coincidem com as áreas delimitadas pelos setores censitários; logo, é preciso fazer manipulações cartográficas e assumir pressupostos fortes para conseguir obter dados censitários relacionados às delimitações eleitorais.

Por este motivo, optei por: a) gerar os polígonos de Voronoi de cada LV (áreas de influência) com base no polígono das zonas eleitorais, fornecido pelos TREs de São Paulo e do Rio de Janeiro, em uma tentativa de adequar minimamente a uma área delimitada por um órgão responsável; b) utilizar dados de perfil eleitoral ao invés de dados censitários. Esta foi uma decisão difícil que, por um lado, superou alguns problemas que seriam encontrados ao cruzar as áreas de influência dos LVs com setores censitários, mas, por outro, trouxe consigo uma série de limitações para os meus pressupostos. A variável “densidade do eleitorado”, por exemplo, aparece como *proxy* para densidade populacional do polígono, assumindo que a proporção de eleitores alocados em cada LV reflete a população daquela região.

Com relação ao ponto a) levantado, idealmente, as áreas de influência deveriam corresponder à jurisdição de cada zona eleitoral, ou subdivisão destas zonas, que seriam as jurisdições de cada um dos locais de votação. Para a realização desta pesquisa, estas áreas foram

⁸³ Problema das unidades de área modificável.

criadas a partir da geração de polígonos de Voronoi ordinários (ou polígonos de Thiessen), conforme descrito na seção anterior. Há alguns aspectos que devem ser levados em conta na sua utilização: primeiramente sua definição é estritamente geométrica, ou seja, a definição dos polígonos não leva em conta os atributos como número de eleitores em cada local de votação ou sua densidade. Tal característica acaba gerando distorções como grandes polígonos em áreas com baixa densidade populacional que acaba por gerar dificuldades na apresentação de resultados.

Uma forma de melhorar esta medida seria, por exemplo, a utilização de diagramas de Voronoi com ponderação, i.e polígonos que consideram pesos de acordo com alguma variável relevante para o modelo (Paulo, 2013) – densidade demográfica, por exemplo. Entretanto, a utilização dos polígonos é uma aproximação possível diante das dificuldades encontradas no mapeamento das jurisdições eleitorais e no cruzamento com bases de dados de outras instituições.

Adicionalmente ao item b), faz sentido atrelar a unidade de análise local de votação com a quantidade de eleitores nela alocados. Contudo, além do questionamento acerca do pressuposto que assume eleitorado enquanto *proxy* para população, há ainda a incerteza quanto a afirmação de que os moradores de uma determinada área votam nesta mesma região. Utilizo a pesquisa conduzida por IBOPE Inteligência, realizada em Outubro de 2014 contendo 2002 entrevistas em 142 municípios, cujo principal objetivo era conhecer o meio de locomoção e o tempo de percurso dentre aqueles que votaram no primeiro turno das eleições de 2014, como forma de sustentar o argumento de que a maioria dos eleitores votam próximo ao seu local de domicílio.

De acordo com a pesquisa do IBOPE, baseado na pergunta de interesse “E o local onde você mora?”, 88% dos entrevistados afirmaram que votam próximo do domicílio, corroborando o pressuposto: 69% dos entrevistados responderam que votam perto de casa e vão a pé; 19% responderam que o LV é perto de casa, mas mesmo assim utiliza algum meio de transporte (bicicleta, carro, moto, trem, ônibus ou metrô) para chegar ao local; 4% responderam que é longe de casa, mas ainda assim é possível ir a pé; 8% responderam que é longe de casa, e é preciso pegar ao menos uma condução para chegar ao local.

Há razões para crer que, no limite, pessoas que mudaram de domicílio e continuam votando no mesmo local – longe da nova casa – têm alguma relação com este local que as faz manter o vínculo. Relação similar é esperada entre fiéis e suas igrejas: na média, pressuponho que as pessoas frequentam cultos em templos mais próximos de suas casas.

Por fim, é preciso ressaltar que assumir o PRB como *proxy* para os candidatos apoiados pela IURD é uma limitação desta pesquisa, mas com uma ressalva: nem todos dos candidatos que concorrem pelo PRB são candidatos oficiais da igreja, mas todos os candidatos da IURD são filiados ao PRB. Aqui, assumo um Erro do Tipo II por dificuldades de determinar uma maneira ótima de identificar quem são, entre os candidatos lançados, os apoiados pela igreja. obter estas informações seria um próximo passo desta pesquisa⁸⁴. No entanto, a despeito do erro ocasionado por problemas de identificação, esta amostra tem mais aderência com a proposta da pesquisa do que estudos que utilizam candidatos com *cue* religiosa ou membros da Bancada Evangélica como amostra.

6.4 Resultados

Para testar se a hipótese anteriormente enunciada, utilizo regressões OLS para estimar se a presença da igreja, próxima a um local de votação, tende a aumentar localmente os votos no PRB. O principal pressuposto que sustenta esta hipótese versa sobre a relação espacial entre as principais variáveis: moradores de uma determinada localidade tendem a frequentar a igreja mais próxima, e a votarem em locais de votação no entorno.

Os resultados da regressão, reportados na Tabela 6.2, apresentam evidências que suportam o argumento desta tese: a Igreja Universal do Reino de Deus, *ceteris paribus*, exerce influência sobre a decisão de voto de seus fiéis.

A ideia de realizar os testes com três diferentes especificações derivou da intenção de verificar como a variável dependente se comporta conforme outras covariáveis são inseridas no modelo. No Modelo 1, considero apenas a influência da presença da igreja no *vote share*, mais uma *dummy* para o ano da eleição, e a densidade do eleitorado para cada área de influência. No Modelo 2, insiro variáveis relacionadas com características da igreja, como tempo de vida do templo e uma *dummy* referente ao marco de profissionalização da IURD (*dummy* assume valor 1 quando igreja foi aberta antes de 1998 – ver Capítulo 4 para mais detalhes). No Modelo 3, covariáveis relacionadas as características do eleitorado (escolaridade e faixa etária) são consideradas, como forma de atribuir diferenças populacionais a cada local.

⁸⁴ Até o presente momento, identifiquei todos os potenciais candidatos oficiais da IURD dentre os deputados federais e estaduais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O problema é o grande número de candidatos a vereador (em 2016, o PRB chega a lançar 3 mil candidatos ao legislativo municipal).

Tabela 6.2: Efeito da *Presença da Igreja* no *Vote Share* do PRB (2008-2016)

	Variável Dependente: <i>Vote Share</i> PRB		
	(1)	(2)	(3)
Intercepto	0.140*** (0.001)	0.071*** (0.002)	-2.691*** (0.293)
Igreja	0.013*** (0.002)	0.012*** (0.001)	0.003* (0.002)
Densidade do eleitorado	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
Município	-0.061*** (0.001)	-0.050*** (0.001)	-0.075*** (0.001)
Ano de eleição	0.046*** (0.001)	0.026*** (0.000)	-0.046*** (0.0004)
Tempo de igreja		0.006*** (0.0001)	0.005*** (0.0001)
Igreja pré-1998		-0.077*** (0.003)	-0.056*** (0.002)
Fxet_1			0.141 (0.251)
Fxet_2			-0.722*** (0.149)
Fxet_3			-0.234*** (0.019)
Fxet_4			-0.281*** (0.014)
Fxet_5			-0.286*** (0.012)
Fxet_6			-0.204*** (0.013)
Fxet_7			-0.090*** (0.023)
Esc_1			3.148*** (0.307)
Esc_2			2.840*** (0.300)
Esc_3			3.103*** (0.294)
Esc_4			2.046*** (0.299)
Esc_5			3.160*** (0.295)
Esc_6			3.315*** (0.297)
Esc_7			2.141*** (0.298)
Esc_8			2.847*** (0.296)
N	14888	14888	14888
R ²	0.179	0.289	0.406

Fonte: Elaboração própria.

Obs: Signif. Codes: '***' 0.001; '**' 0.01; '*' 0.05; '.' 0.1. As faixas etárias 8 a 10 foram excluídas devido a multicolinearidade.

O mesmo modelo, com as três diferentes especificações, foi rodado novamente, desta vez alterando a variável independente: ao invés de presença da igreja no polígono, utilizei a variável “Distância”. A tabela contendo o resultado está disponível no Apêndice III.

Os Modelos 1 e 2 parecem confirmar a hipótese aventada nesta tese. A variável “Igreja” apresenta coeficientes de baixa magnitude, mas tem sinal positivo e é estatisticamente significativa, indicando efeito da igreja no *vote share* do PRB.

No Modelo 3, a variável “igreja” perde significância e também tem sua magnitude reduzida. Este resultado faz sentido: conforme argumentei no começo do capítulo, é difícil tratar de uma variável que, sozinha, seja capaz de definir o voto de um eleitor – ou mais: de um grande grupo de eleitores, como é o caso da comunidade iurdiana. Por isso, ao serem incluídas variáveis do eleitorado, o efeito da igreja se dilui.

No Teste 2, com a variável “Distância”, o resultado do Modelo 3 parece contra intuitivo. Nos Modelos 1 e 2, existe uma relação inversamente proporcional entre a distância da igreja e o efeito no *vote share* do partido – quanto maior a distância, menor seria o efeito do *brokerage* da igreja. ao inserir características do eleitorado na regressão, o efeito da distância aparece como positivo. Este resultado, de difícil interpretação, precisaria de mais tempo para alcançar uma melhor especificação, mas opto por apresentar os resultados mais como uma verificação de robustez.

As faixas etárias 1 e 2 referem-se, respectivamente, aos indivíduos com 16 e 17 anos. Chama a atenção como estes dois grupos divergem; aparentemente, os jovens de 16 anos são uma parcela importante na votação do PRB. Este resultado faz algum sentido, haja vista que tanto o partido quanto a IURD têm ações voltadas para a mobilização de eleitores com idades entre 16 e 17 anos⁸⁵. Mas isso não explicaria o sinal negativo da variável *fx_2*.

As variáveis relacionadas a características da igreja (Igreja_pré_1998 e Tempo de igreja) mantêm seu sinal esperado em todas as especificações. De acordo com meus pressupostos, a variável *tempo* deveria apresentar sinal positivo, visto que representa o grau de vínculo com a comunidade. Sua magnitude é pequena, além de não apresentar significância estatística, mas seu sinal corrobora a ideia contida na variável. Ademais, esta não poderia ser grande em magnitude, visto que há múltiplos grupos contidos em cada área de influência e a o tempo de permanência da igreja em uma determinada área só diz respeito aos seus fiéis.

⁸⁵ Checar a idade dos filiados do PRB seria um exercício interessante para verificar se suas ações de mobilização para jovens tem efeito.

Para São Paulo, variáveis referentes a escolaridade mais alta (Esc_7 e Esc_8) têm efeito negativo e estatisticamente significativo a 0.01%. O Censo de 2010 e pesquisas como as de Bohn (2004) mostram que os pentecostais não apresentam altos níveis de escolaridade (42,3% deste grupo têm ensino fundamental incompleto, de acordo com o IBGE). Além disso, existe um certo preconceito com relação as religiões evangélicas entre camadas com escolaridade mais alta. Assim, associar um partido a uma religião evangélica pode ter um efeito negativo em seu resultado eleitoral – o que tem tudo a ver com a estratégia de IURD de não permitir que candidatos a cargos majoritários se utilizem de *cues* religiosas em suas campanhas, por exemplo. Além disso, esta pode ser uma justificativa mais do que suficiente para que a IURD e o PRB não confirmem sua associação.

Embora robustos, estes são resultados de modelos globais. O termo “global” sugere que todos os dados espaciais contidos na amostra são utilizados para calcular apenas estatística que é essencialmente uma média a partir da agregação de todas as observações. O problema é que, em um modelo global, é assumido que as relações são estacionárias, i.e homogêneas através do espaço analisado. Isto representa dizer que o mesmo estímulo provoca o mesmo efeito em todas as localidades (Matthew & Yang, 2012) analisadas no estudo. Nem sempre isso é verdade. E especificamente no âmbito desta pesquisa, existe um componente geográfico forte que poderia ser testado.

Assim, é possível dizer que os resultados obtidos pelas estimações OLS e 2SLS fazem sentido, mas é preciso ter em mente que estes são uma média do total da variação ocorrida em cada área do município. Para verificar como estas variáveis se comportam no espaço, aplico uma série de simulações utilizando o Índice de Moran – para ambos os municípios, de 2008 a 2016.

De forma a observar se o *vote share* do PRB é uma variável distribuída aleatoriamente pelo território, calculo os índices global e local de Moran (I de Moran, ou Moran’s I). O primeiro índice mede a autocorrelação a partir do produto dos desvios em relação à média, indicando o grau de associação espacial entre as variáveis. Pode ser formalmente escrito como:

$$I = \frac{n}{W} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2}$$

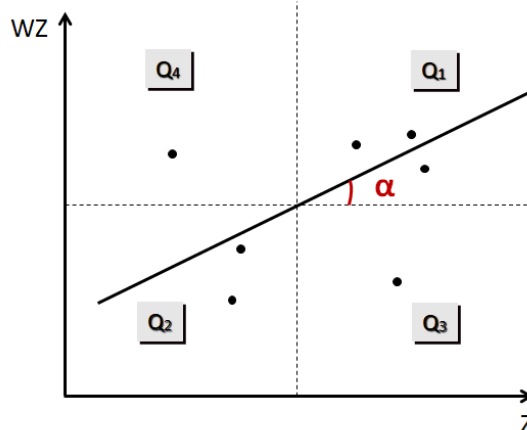
sendo n o número de unidades espaciais, z é a variável de interesse (ponderada), enquanto z_i e z_j denotam os desvios em relação à média, e w_{ij} é a ponderação espacial na matriz de vizinhança W .

O segundo, local, captura padrões locais de autocorrelação espacial estatisticamente significantes, os indicadores LISA (“*Local Indicator of Spatial Association*”), partir do produto dos desvios em relação à média como uma medida de covariância (Druck *et al.*, 2004; Almeida, 2012; Ramos, 2014). Este pode ser formalmente escrito como:

$$I = \frac{n}{W_0} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2} = \frac{\sum_i I_i}{S_0 \sum_i \frac{z_i^2}{n}}$$

Este índice local indica *clusters* espaciais a partir de todas as observações e indica o quanto cada área analisada é semelhante à sua vizinhança imediata. Estes *clusters* são classificados a partir de quatro categorias: Q₁: Alto-Alto (AA), Q₂: Baixo-Baixo (BB), Q₄: Alto-Baixo (AB), Q₃: Baixo-Alto (BA), conforme dispostas na Figura 6.2. Estas categorias referem-se ao espalhamento das variáveis no espaço: os quadrantes Q₁ e Q₂ indicam pontos de associação espacial positiva, enquanto Q₃ e Q₄ indicam associação espacial negativa, ou seja, o valor da variável de interesse em uma dada localização é diferente dos valores que esta variável assume para seus vizinhos.

Figura 6.2: Diagrama de Espalhamento de Moran



Fonte: Adaptado de Almeida (2012)

Um mapa coroplético é gerado, no qual cada polígono é apresentado indicando a qual categoria pertence; este é chamado Mapa de Espalhamento de Moran. Para tanto, é preciso

determinar uma matriz de vizinhança de acordo com suas características de contiguidade, pois isso indica quem serão os vizinhos considerados para o cálculo. Utilizei duas matrizes de vizinhança: Queen e Rock. Para estimar sua significância, realizei um teste de pseudo-significância (que simula um experimento aleatório, gerando permutações (=9999)).

A hipótese a ser testada assume que há aleatoriedade espacial, ou seja, que os valores de um atributo em uma dada região não dependem dos valores ocorridos em uma região vizinha (Fotheringham *et al.*, 2002; Almeida, 2012). Com isso, ignora-se a Lei de Tobler, que diz que todas as coisas mais próximas estão mais relacionadas do que as coisas distantes. Se H_0 for aceita, isto significa que não há padrão espacial no *vote share* do PRB.

Além de aplicar o Índice de Moran para verificar se há correlação espacial para o *vote share* do PRB, utilizo ainda mais dois testes para checar a validade destes resultados. Para isso, rodo mais duas regressões: i) *vote share* ~ presença da igreja e ii) *vote share* ~ presença da igreja + covariáveis (todas as utilizadas no Modelo 3). O segundo passo consiste em mapear os resíduos das regressões. A hipótese padrão é que as observações não são correlacionadas e, portanto, os resíduos contidos em ε são independentes e não correlacionados com a variável dependente (Lopes *et al.*, 2007).

A ideia é comparar os resíduos das duas regressões, de modo a verificar se correlações espaciais persistem a despeito da inserção de covariáveis. Os mapas de Moran gerados podem estar disponíveis no Apêndice III. Os arquivos estão separados por município e por ano. Para cada combinação de município e ano, apresento três versões do mapeamento: 1) cálculo do Índice de Moran para a variável *vote share* do PRB; 2) mapeamento dos resíduos da regressão *vote share* ~ presença da igreja; 3) mapeamento dos resíduos da regressão *vote share* ~ presença da igreja + covariáveis. Cada análise contém um *box map*, um mapa de cluster e um mapa de significância destes clusters.

As quatro categorias de *clusters* pode ser identificada por meio de suas cores: Q₁: Alto-Alto – Vermelho, Q₂: Baixo-Baixo - Azul, Q₄: Alto-Baixo – Vermelho Claro, Q₃: Baixo-Alto – Azul Claro. O mapa de significância indica o nível de significância estatística referente a cada *cluster*. Os mapas podem ser encontrados nos Apêndices IV e V. De acordo com a representação de cores, é possível identificar onde estão localizados os *clusters* e quais se referem a níveis mais altos (vermelhos) e mais baixos (azuis) de votação no PRB.

A utilização do Moran local permite observar que existe autocorrelação espacial entre as variáveis. A princípio, por se tratar de medidas de correlação, não é possível fazer maiores inferências a respeito das relações ocorridas nos locais onde ocorre dependência espacial, mas

é interessante observar que, embora se reduza à medida que insiro variáveis na regressão, a autocorrelação espacial persiste.

O comportamento da variável *vote share* é apresentado em três momentos: no primeiro *set* de mapas, temos os *clusters* espaciais de votação no PRB. Em São Paulo, por exemplo, a votação está majoritariamente concentrada na periferia da zona sul. No segundo *set* de mapas, que são mapas dos resíduos da regressão de voto sobre presença da igreja, os agrupamentos se reduzem e se espalham, mas ainda continuam presentes. Quando analisamos o terceiro *set*, vemos que a inserção das covariáveis escolaridade e faixa etária mudou a configuração dos *clusters*; isto representa como a dinâmica espacial está fortemente associada com os fatores sociais.

Estes resultados confirmam a potencialidade de utilização de modelos espaciais para estudar o fenômeno como forma de explorar possíveis arranjos locais da IURD, a fim de deprender estratégias de coordenação através dos diferentes territórios das maiores cidades do Brasil – que são também reduto da instituição – e como estas estratégias interagem com as características sociais do local.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo contribuir para a literatura acerca do envolvimento dos evangélicos na política. Para tanto, procuro responder a seguinte pergunta: “A Igreja Universal do Reino de Deus influencia o voto de seus fiéis?” Para responder a esta pergunta, realizei uma investigação acerca da estrutura e funcionamento da Igreja Universal do Reino de Deus, à luz do pressuposto de que esta atua como um partido político, e é isto que lhe confere eficácia em sua ação política e, por meio de um teste empírico, confirmo a seguinte hipótese: Existe um incremento de voto no PRB em locais de votação mais próximos a um templo da IURD.

No Capítulo 1, abordo a questão dos evangélicos enquanto atores sociais e políticos relevantes no Brasil contemporâneo. Ao discutir sua gênese, foi possível compreender como os evangélicos foram, através das décadas, ocupando espaços que antes eram da Igreja Católica. Discorro sobre a disputa acirrada ocorrida no mercado religioso em dois âmbitos: inter-religiosa, e intra-religiosa, especialmente me referindo à disputa das igrejas evangélicas por fiéis. Este capítulo intenta mostrar como a religião sempre esteve imbricada na política, mas somente quando mudam os atores é que isso causa certa comoção na opinião pública.

No Capítulo 2, discuto mais propriamente a presença dos evangélicos na política. Analiso este fato ao utilizar duas amostras distintas, de acordo com o que vem sendo utilizado pela literatura sobre os evangélicos: i) o grupo de candidatos que utilizam de pistas eleitorais durante a eleição, e ii) os deputados eleitos, pertencentes a Bancada Evangélica. Apresento dados que mostram duas discrepâncias: a primeira consiste na baixa proporção de candidatos que utilizam denominações eclesiais em seu nome de urna, sugerindo que esta é uma estratégia pessoal do candidato, e que não lhe garante votos de uma “massa evangélica”. Logo, a questão da presença dos evangélicos na política não está relacionada à quantidade de indivíduos religiosos disputando pleitos. Estes são, na média, competidores irrelevantes na disputa.

A segunda discrepância consiste em uma comparação entre as amostras utilizadas: se apenas 4 candidatos que se denominam pastor acabam candidatos na eleição, como é possível existir uma Bancada com mais de 60? Esta pergunta nos leva para o ponto de partida desta pesquisa: a diferenciação entre candidatos evangélicos e os candidatos “oficiais”, ou seja, os candidatos apoiados pelas igrejas evangélicas. Isto porque, em um sistema multipartidário e

lista aberta para candidatos proporcionais, a disputa no âmbito eleitoral é acirrada, e um dos determinantes do sucesso eleitoral do candidato está relacionado com o grau de profissionalização. Isto implica que é preciso ter um partido por trás de sua atuação, coordenando os candidatos e mobilizando bases eleitorais. Para um candidato evangélico ter chances de sucesso, é preciso que este tenha o apoio de sua igreja.

Para o escopo desta tese, que é verificar se uma igreja tem capacidade de exercer influência sobre os votos de seus fiéis, é imprescindível saber quem são seus candidatos oficiais, visto que isto permite compreender as estratégias eleitorais da igreja. Identificar estes candidatos, contudo, não é uma tarefa simples de ser realizada: as igrejas não divulgam publicamente quem são seus candidatos, apenas no âmbito de seus templos, que é o local onde são realizadas as campanhas.

Outro problema encontrado neste tipo de estudo é que há poucas igrejas com atuação relevante na política, e estas têm formas distintas de organização interna, que refletem na forma como fazem política. No caso das igrejas pentecostais, é sabido que a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular são as principais expoentes dentre as igrejas atuantes na arena política.

A Igreja Universal foi escolhida como estudo de caso devido a ser uma espécie de “caso extremo”: é uma instituição extremamente centralizada, e que atua no campo político tal qual um partido. No Capítulo 3, à luz de teorias consagradas na Ciência Política, apresento uma definição do que é um partido político para, então, argumentar como a IURD atua como tal. Ainda no Capítulo 3, descrevo brevemente o tipo de governo eclesiástico de cada uma das três igrejas e apresento uma análise da organização interna das igrejas a partir de dados sobre abertura de igrejas. O intuito de realizar esta análise é argumentar que o tipo de organização interna determina o sucesso ou não de suas ações futuras (ações políticas). Assim, é possível observar que a Assembleia de Deus, embora detenha – entre as igrejas pentecostais – o maior contingente de fiéis do Brasil, seu caráter descentralizado impediria que a coordenação fosse realizada de forma a maximizar as chances dos candidatos, pois haveria disputa entre candidatos lançados pela mesma denominação, mas apoiados por diferentes Ministérios.

O Capítulo 4 apresenta uma sistematização das estratégias políticas da IURD. Não havia, na Ciência Política, um trabalho que comportasse todas as ações da Igreja Universal, nem um trabalho que formalizasse sua associação com o PRB. Esta é a primeira contribuição desta tese. A partir da compilação destas informações, é possível analisar a instituição de forma mais global, bem como replicar a investigação para outras igrejas.

Neste capítulo, abordo quatro grandes temas: i) como se dá o processo interno de estruturação política da IURD, inclusive o processo de determinação das listas; ii) a territorialidade presente na organização e como isso reverbera em suas estratégias políticas; iii) a estratégia de filiação dos candidatos – antes de ter seu próprio partido, o iv) PRB. Argumento que o PRB não é apenas o partido da IURD, mas sim um instrumento de sua ambição política. Este argumento parte do princípio de que a igreja é o próprio partido, e o PRB seria uma estrutura oca de organização partidária, chefiada por dirigentes da igreja e da Rede Record, utilizado predominantemente para concentrar seus candidatos em um só partido – o que reduz custos de transação e aumenta o poder de barganha política da IURD.

Para ilustrar este ponto, apresento dados sobre organização partidária do PRB e os discuto à luz das tipologias de Panebianco (2005) e Guarnieri (2009). Segundo os autores, partido que contam apenas com Comissões Provisórias são mais fortes, pois centralizam o poder apenas na cúpula do partido. Este tipo de estrutura mostra que o PRB tem o mesmo tipo de estrutura centralizada da igreja, e este é o maior indicativo, juntamente com a composição da elite do partido, de este é um instrumento político da igreja. Além disso, ao confirmar a associação entre partido e igreja, consigo utilizar o PRB como *proxy* para os candidatos oficiais da IURD (cometendo um Erro do Tipo II). Esta é, juntamente com a pesquisa realizada por Lacerda (2016; 2017), a amostra mais próxima possível dos candidatos oficiais que uma igreja poderia lançar. Isto porque: nem todos os candidatos do PRB são candidatos oficiais da IURD, mas todos os candidatos oficiais da IURD certamente estão filiados ao PRB.

O Capítulo 5 apresenta um modelo de *brokerage* da Igreja Universal. Após descrever os arranjos políticos internos, este capítulo propõe um modelo de mobilização de bases da IURD. De acordo com meu argumento, a base seria majoritariamente composta por seus fiéis, e o pastor atuaria como *broker*. É interessante notar que a igreja, em muito se assemelha a uma instituição autossuficiente, ao passo que utiliza toda sua estrutura para desdobrar suas empreitadas políticas. Ao utilizar sua rede de templos e pastores para mobilizar sua já conquistada base de fiéis, a igreja reduz custos financeiros e de transação, e ainda garante que seus *brokers* sejam leais, reduzindo custos de monitoramento.

A construção do Capítulo 5 apresenta os principais pressupostos que compõem o teste empírico realizado no Capítulo 6, que consiste em testar se a IURD exerce influência no voto de seus fiéis. Para isso, apresento uma base de dados inédita e realizo um teste nunca antes realizado no Brasil. Estas as outras duas maiores contribuições desta tese. Ao utilizar dados

geolocalizados das igrejas e dos locais de votação, obtenho um nível de granularidade que permite observar como ocorrem as interações a um nível local.

Para testar esta hipótese, utilizo dados para os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 2008 a 2016, para estimar um modelo OLS. O resultado das regressões mostra que quando há um templo da Igreja Universal dentro da área de influência do local de votação, existe um efeito sobre o *vote share* do PRB. Estes resultados reportados são robustos e significantes estatisticamente, até mesmo quando covariáveis sobre perfil do eleitorado são inseridas no modelo. Conforme esperado, a variável perde significância e diminui sua magnitude, sinalizando que, dadas as características do eleitorado, o efeito da igreja se dilui. Variáveis como escolaridade se mostram muito relevantes, o que tem aderência com a literatura.

Contudo, este tipo de teste é um teste global, ou seja, considera que o efeito da igreja causa o mesmo efeito em todos os locais de forma homogênea. Como forma verificar se há correlação espacial para o *vote share* do PRB, aplico o Índice de Moran. Depois, utilizo ainda mais dois testes para checar a validade destes resultados. Os mapas disponíveis nos Apêndices IV e V mostram que existem relações de dependência espacial, e estas devem ser estudadas mais a fundo, de forma apropriada.

Estes primeiros resultados levantam a necessidade de aplicação de análises espaciais para o estudo de fenômenos sociais relacionados ao espaço. Como diria Tip O'Neill, "*all politics is local*". Estendendo a citação, diria também que a maioria das relações acontece em âmbito local, inclusive as relações e possíveis efeitos da igreja.

Para pesquisas futuras, muitas possibilidades se abrem a partir desta tese, e eu as dividiria em três grupos: 1) pesquisas semelhantes que utilizem como caso outras igrejas politicamente relevantes – é possível, por exemplo, estudar a relação entre o PSC e a Assembleia de Deus, como os Ministérios se coordenam ou não entre si, e quais deles estariam vinculados ao partido. A Assembleia de Deus se coloca como um grande desafio no campo dos estudos sobre a atuação dos evangélicos na política, dadas as peculiaridades de sua organização interna, e este presente trabalho poderia contribuir à medida que levantamentos semelhantes possam ser feitos para o caso da AD. 2) a formalização do modelo de *brokerage* para outras denominações e expansão para um modelo mais geral de *brokerage* religiosa. 3) Embora custoso, é possível identificar alguns candidatos oficiais de determinadas igrejas. Da Igreja Universal, por exemplo, como esta concentra seus candidatos no PRB, consegui identificar prováveis candidatos oficiais dentre a lista de candidatos a deputados federal e estadual para os estados do RJ e SP. O maior desafio é partir para o âmbito local onde, só em São Paulo, o PRB

lançou mais de 3000 candidatos a vereador. Ainda assim, figuras como Bispo Atílio poderiam ser utilizadas para começar a observar como estes candidatos são distribuídos pelo território iurdiano. 4) Alinhado a esta proposta, ferramentas espaciais devem ser empregadas, ao invés de utilizar apenas métodos de estimativa global, como parte de uma bateria de testes empíricos mais robusta. Os ganhos advindos dos estudos que comportem análises espaciais incluem a compreensão de fenômenos locais, bem como também é possível também depreender estratégias de coordenação através dos diferentes territórios. Para estudos contextuais como este, os ganhos seriam imensuráveis.

Referências Bibliográficas

- Aguilar, R., Cunow, S., Desposato, S., & Barone, L. S. (2015). Ballot Structure, Candidate Race, and Vote Choice in Brazil. *Latin American Research Review*, 50(3), 175–202.
- Aldrich, J. H. (1995). *Why parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. University of Chicago Press.
- Almeida, E. (2012). *Econometria Espacial Aplicada*. Campinas: Alínea.
- Almeida, R. (2017). A Onda Quebrada - Evangélicos e Conservadorismo. *Cadernos Pagu*, (50), 1–27.
- Almeida, R. (2004). Religião na Metrópole Paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 15–28.
- _____. (2009). *A Igreja Universal e Seus Demônios – Um Estudo Etnográfico*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Ames, B. (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. University of Michigan Press.
- Angrist, J. D., & Pischke, J. S. (2009). *Mostly Harmless Econometrics*. Princeton University Press.
- Araújo, B. G. (2015). Fé e Ordenamento Social do Território: Estratégias de Controle da Igreja Universal do Reino de Deus. *Geographia Meridionalis*, 1(2), 222–247.
- Avelino, G., Biderman, C., & Barone, L. S. (2012). Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 55(4), 987–1013.
- Baldwin, K. (2014). When Politicians Cede Control of Resources: Land, Chiefs and Coalition-Building in Africa. *Comparative Politics*, 46(3), 253–271.
- Berger, P. L. (1990). *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*. New York: Anchor Books.
- Bezerra, M. (1999). *Em Nome das Bases*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Boas, T. (2014). Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 2, 39–72.
- Boas, T. (2013). Serving God and Men: Evangelical Christianity and Electoral Politics in Latin America. Paper presented at the annual meeting of the APSA, Chicago, IL.
- Boas, T., & Smith, A. E. (2013). Religion and the Latin American Voter. In R. Carlin & L. Singer, Matthew; Zechmeister (Orgs.), *The Latin American Voter* (no prelo).

- Bohn, S. R. (2004). Evangélicos no Brasil. Perfil Socioeconômico, Afinidades Ideológicas e Determinantes do Comportamento Eleitoral. *Opinião Pública*, X(2), 288–338.
- Borges, T. D. P. (2007). *Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 162 p.
- Braga, D. F. (2008). *Pentecostalismo e Política: Uma Geografia Eleitoral dos Candidatos Ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no Município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 125p.
- Campbell, D. E., Green, J. C., & Layman, G. C. (2011). The Party Faithful: Partisan Images, Candidate Religion, and the Electoral Impact of Party Identification. *American Journal of Political Science*, 55(1), 42–58.
- Campos, M. C. (2011). *O Mercado Religioso e o Crescimento dos Evangélicos na Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 68p.
- Charlton, M., Brunson, C., & Fotheringham, S. (2006). Geographically Weighted Regression. *NCRM Methods Review Papers*, (NCRM/006), 1–31.
- Cheibub, J. A., & Sin, G. (2014). Order in Chaos Intra Party Coordination in Open List PR Systems. In *72nd Annual Midwest Political Science Association Conference* (p. 1–18), Chicago, IL.
- Chen, D. L. (2010). Club Goods and Group Identity: Evidence from Islamic Resurgence during the Indonesian Financial Crisis. *Journal of Political Economy*, 118(2), 300–354.
- Chesnut, R. A. (2003). *Competitive Spirits: Latin America's New Religious Economy*. Cambridge: Oxford University Press.
- Cox, G. (1999). Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 2, 145–61.
- Cox, G. W. (2008). Electoral Institutions and Political Competition: Coordination, Persuasion and Mobilization. In M. M. S. Claude Menard (Org.), *Handbook of New Institutional Economics* (p. 884). New York: Springer.
- Cox, G. W. (1997). *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge University Press.
- Cox, G. W., & Thies, M. F. (1998). The Costs of Intraparty Competition: SNTV and Money Politics in Japan. *Comparative Political Studies*, 31(3), 267–291.
- Cunow, S. (2012). Too Much Choice? Abstention Rates, Representation and the Number of Candidates. Working Paper. Em: <https://cepesp.files.wordpress.com/2012/08/two-much-choice-abstention-rates-representation-and-the-number-of-candidates.pdf>.

- Dancygier, R. M. (2014). Electoral Rules or Electoral Leverage? Explaining Muslim Representation in England. *World Politics*, 66(2), 229–263.
- Dantas, B. S. do A. (2011). *Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 350p.
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. DIAP. Em: <http://www.diap.org.br/>.
- Druck, S., Carvalho, M. S., Câmara, G., & Monteiro, A. V. M. (2004). *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília: EMBRAPA.
- Duverger, M. (1972). *Party Politics and Pressure Groups; A Comparative Introduction*. New York: Crowell.
- Fajardo, M. P. (2015). *Onde a Luta se Travar: A expansão das Assembleias de Deus no Brasil Urbano (1946 – 1980)*. Tese de Doutorado. Departamento de História (Assis), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), 359p.
- Feitosa, F. F., Câmara, G. C., Monteiro, A. M. V., Koschitzki, T., & Silva, M. P. S. (2007). Global and local spatial indices of urban segregation. *International Journal of Geographical Information Science*, 21(3), 299–323.
- Fonseca, A. B. (2008). Religion and Democracy in Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians. In P. Freston (Org.), *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America* (p. 163–204). Oxford: Oxford University Press.
- Fotheringham, S., Brunson, C., & Charlton, M. (2002). *Geographically Weighted Regression - The Analysis of Spatially Varying Relationships*. West Sussex: Wiley.
- Freston, P. (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 308p.
- Gerardi, D. A. (2016). Parlamentares evangélicos no Brasil: perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998-2014). *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR* (Vol. 3).
- Gerber, A., Gruber, J., & Hungerman, D. M. (2008). *Does Church Attendance Cause People to Vote? Using Blue Laws’ Repeal to Estimate the Effect of Religiosity on Voter Turnout* (Working Paper No. 1403). Em: <http://www.nber.org/papers/w14303.pdf>.
- Gonçalves, R. B. (2016). *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 262p.
- Grossman, G. M., & Helpman, E. (2001). *Special Interest Politics*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Grzymala-Busse, Anna (2015). *Nations Under God: How Churches Use Moral Authority to Influence Policy*. Princeton University Press.
- Guarnieri, F. (2009). *A Força dos “Partidos Fracos” - Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 189p.
- Gutierrez, C. (2017). *A Reflexividade Evangélica A Partir da Produção Crítica e Construção de Projetos de Vida na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 387p.
- Gutierrez, C. (2014). A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In *29ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras*, 1–19.
- Hazan, R. Y., & Rahat, G. (2010). *Democracy Within Parties: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences*. Oxford University Press.
- Holland, A. C., & Palmer-Rubin, B. (2015). Beyond the Machine. Clientelist Brokers and Interest Organizations in Latin America. *Comparative Political Studies*, 48(9), 1186–1223.
- Huckfeldt, R., Plutzer, E., & Sprague, J. (1993). Alternative Contexts of Political Behavior: Churches, Neighborhoods, and Individuals. *The Journal of Politics*, 55(2), 365–381.
- Iannaccone, L. R. (1998). Introduction to the Economics of Religion. *Journal of Economic Literature*, 36(3), 1465–1495.
- Iannaccone, L. R. (1992). Sacrifice and Stigma: Reducing Free-riding in Cults, Communes, and Other Collectives. *Journal of Political Economy*, 100(2), 271–291.
- Iannaccone, L. R., Finke, R., & Stark, R. (1997). Deregulating Religion: The Economics of Church and State. *Economic Inquiry*, 35(2), 350–364.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*.
- Jacob, C. R., Hees, D. R., & Waniez, P. (2013). *Religião e Território no Brasil: 1991-2010*. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- Katz, R. S. (2007). *Political institutions in the United States*. Oxford University Press.
- Key, V. O. (1964). *Politics, Parties, and Pressure Groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company.
- Lacerda, F. (2016). Evangelicals, Pentecostals and Political Representation in Brazilian Legislative Election (1998-2010). *RBCS*, 32(93), 1–23.

- Lacerda, F. (2017). *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 144p.
- Larreguy, H., Olea, C. E. M., & Querubin, P. (2017). Political Brokers: Partisans or Agents? Evidence from the Mexican Teachers' Union. *American Journal of Political Science*, 61(4), 877–891.
- Larreguy, H. A., Marshall, & Querubín. (2016). Parties, Brokers, and Voter Mobilization: How Turnout Buying Depends Upon the Party's Capacity to Monitor Brokers. *American Political Science Review*, 110(1), 160-179.
- Lisoni, C. M. (2009). Contributions to a Typology of Clientelistic Brokers. *Journal of Politics in Latin America*, 9(1), 125–147.
- Machado, M. D. D. C. (2006). *Política e Religião: a Participação dos Evangélicos nas Eleições*. Rio de Janeiro: FGV.
- Mainwaring, S. (1989). *Igreja Católica e Política no Brasil - 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Mariano, R. (2013). Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no Censo de 2010. *Debates do NER*, 14(24), 119–137.
- Mariano, R. (2007). Efeitos da Secularização do Estado, do Pluralismo e do Mercado Religiosos sobre as Igrejas Pentecostais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 3(1), 111-125.
- Mariano, R. (2004). Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52), 121–138.
- Matthews, S. A., & Yang, T.-C. (2012). Mapping the Results of Local Statistics: Using Geographically Weighted Regression. *Demographic Research*, 26(6), 151–166.
- McClendon, G., & Riedl, R. (2015). Religion as a Stimulant of Political Participation: Experimental Evidence from Kenya. *The Journal of Politics*, 77(4), 1045–1057.
- Mcdermott, M. L. (2009). Religious Stereotyping and Voter Support for Evangelical Candidates. *Political Research Quarterly*, 62(2), 340–354.
- Mitio, B. (2017). *A Organização Partidária nos Municípios Brasileiros*. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 84p.
- Netto, G. F. (2016). *Quando o dinheiro importa menos: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 135p.
- Nitcher, S. (2008). Vote Buying or Turnout Buying? Machine Politics and the Secret Ballot. *American Political Science Review*, 102(1), 19–31.

- Novaes, L. M. (2017). Disloyal Brokers and Weak Parties. *American Journal of Political Science, Online Version*, 1–15.
- Olson, M. (1971). *The Logic of Collective Action*. Public Goods and the Theory of Groups. Harvard University Press.
- Oro, A. P. (2006). A Igreja Universal e a Política. In J. A. Burity & M. das D. C. Machado (Orgs.), *Os Votos de Deus: Evangélicos, Política e Eleições no Brasil* (p. 119–145). Recife: Ed. Massangana.
- Oro, P. A. (2003). Organização eclesial e eficácia política: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, 3(1), 97–109.
- Panebianco, A. (2005). *Political Parties: Organization and Power*. Cambridge University Press.
- Paulo, M. C. M. (2013). *Novas Perspectivas para a Definição de Zonas de Influência em Estudos Socioespaciais: Diagrama de Voronoi com Ponderação Multiplicativa e Restrições Espaciais*. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 122p.
- Pew Research Center. (2014). *Religion in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region*. Pew Research Center. Em: <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2014/11/Religion-in-Latin-America-11-12-PM-full-PDF.pdf>.
- Pierucci, A. F. (1987). As Bases da Nova Direita. *Novo Estudos CEBRAP*, (19), 26–45.
- Pierucci, A. F., & Mariano, R. (1992). O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor: Força Eleitoral? *Novos Estudos Cebrap*, (34), 92–106.
- Pierucci, A. F. (2011). Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos - CEBRAP*, (89), 6–15.
- Prisco, L. (2010). *Os evangélicos na Câmara dos Deputados: um olhar sobre os projetos de Lei da bancada evangélica da 53ª legislatura*. Trabalho apresentado como *Mémoire de 4e année*, Science Po, Rennes, 101p.
- Ramos, F. R. (2014). *Três Ensaios Sobre a Estrutura Espacial Urbana em Cidades do Brasil Contemporâneo: Economia Urbana e Geoinformação na Construção de Novos Olhares*. Tese de Doutorado. Fundação Getulio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 178p.
- Reich, G., & dos Santos, P. (2013). The Rise (and Frequent Fall) of Evangelical Politicians: Organization, Theology, and Church Politics. *Latin American Politics and Society*, 55(4), 1–22.
- Rodrigues, G. A., & Fuks, M. (2015). Grupos Sociais e Preferência Política: O Voto Evangélico no Brasil. *RBCS*, 30(87), 115-129.

- Sartori, Giovanni. (1976). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge University Press.
- Schattschneider, E. E. (2004). *Party Government: American Government in Action*. Piscataway: Transaction Publishers.
- Stokes, S. C., Dunning, T., Nazareno, M., & Valeria, A. (2013). *Brokers, Voters, and Clientelism: The Puzzle of Distributive Politics*. Cambridge University Press.
- Sylvestre, J. (1986). *Irmão Vota em Irmão*. Brasília: Pergaminho.
- Valenzuela, A. (1977). *Political Brokers in Chile: Local Government in a Centralized Polity*. Duke University Press.
- Wald, K. D., Owen, D. E., & Hill, S. S. (1988). Churches as Political Communities. *The American Political Science Review*, 82(2), 531–548.
- Zarazaga, R. S. J. (2014). Brokers Beyond Clientelism: A New Perspective Through the Argentine Case. *Latin American Politics and Society*, 56(3), 23–45.

APÊNDICE I

Figura 1: Abertura de Templos da IURD no município do Rio de Janeiro

Figura 1a. Templos abertos até 1997

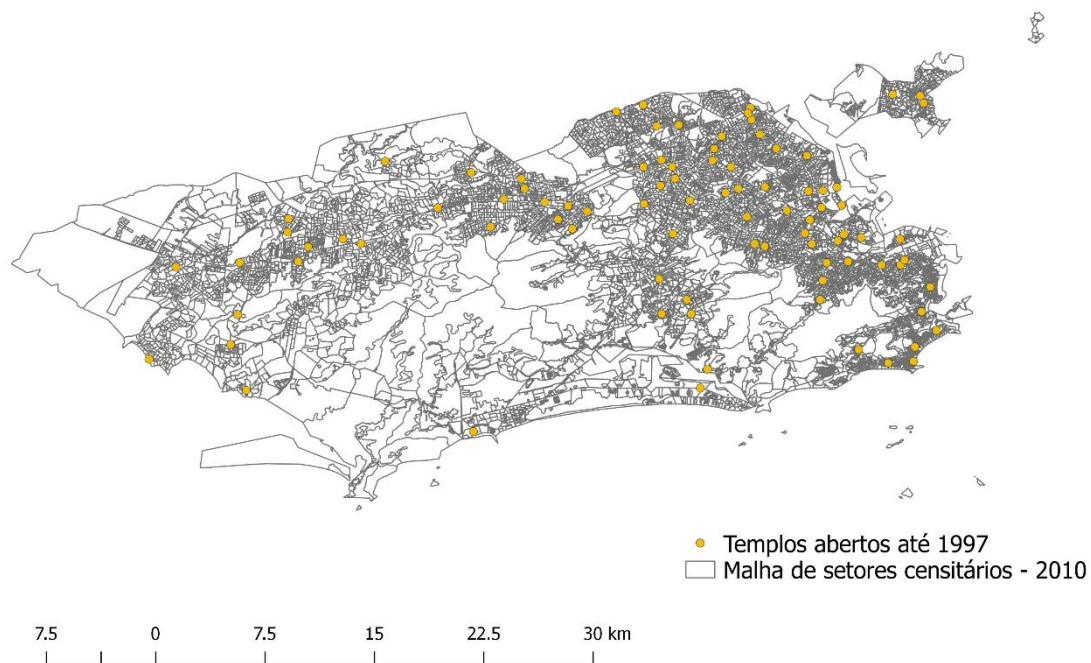


Figura 1b. Templos abertos até 1999

Com destaque para templos abertos entre 1998 e 1999

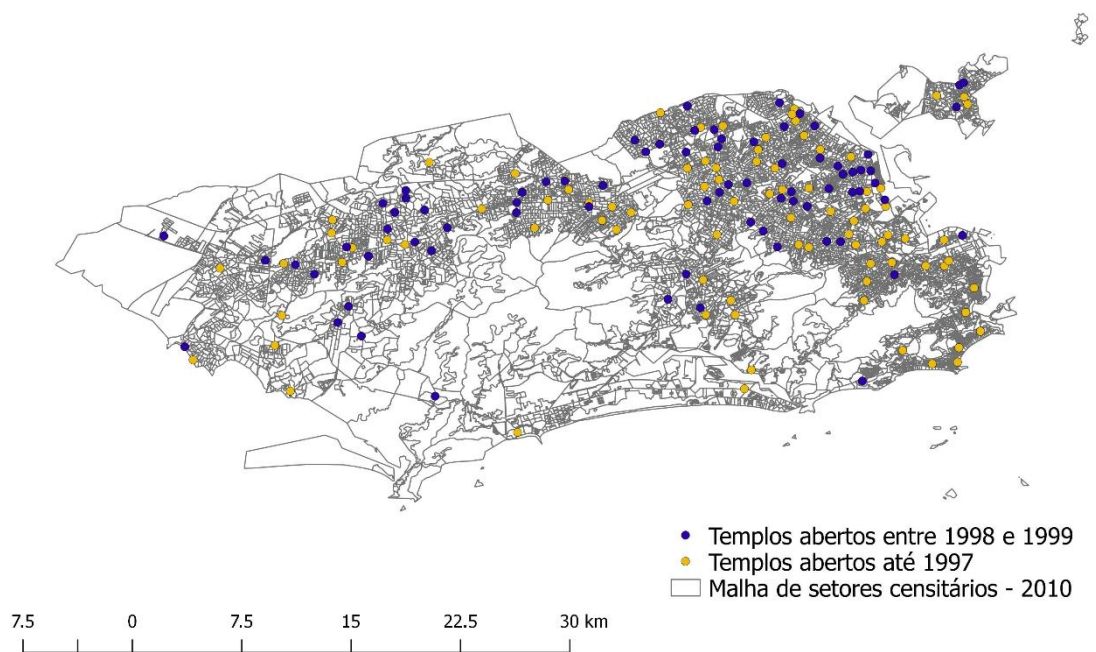
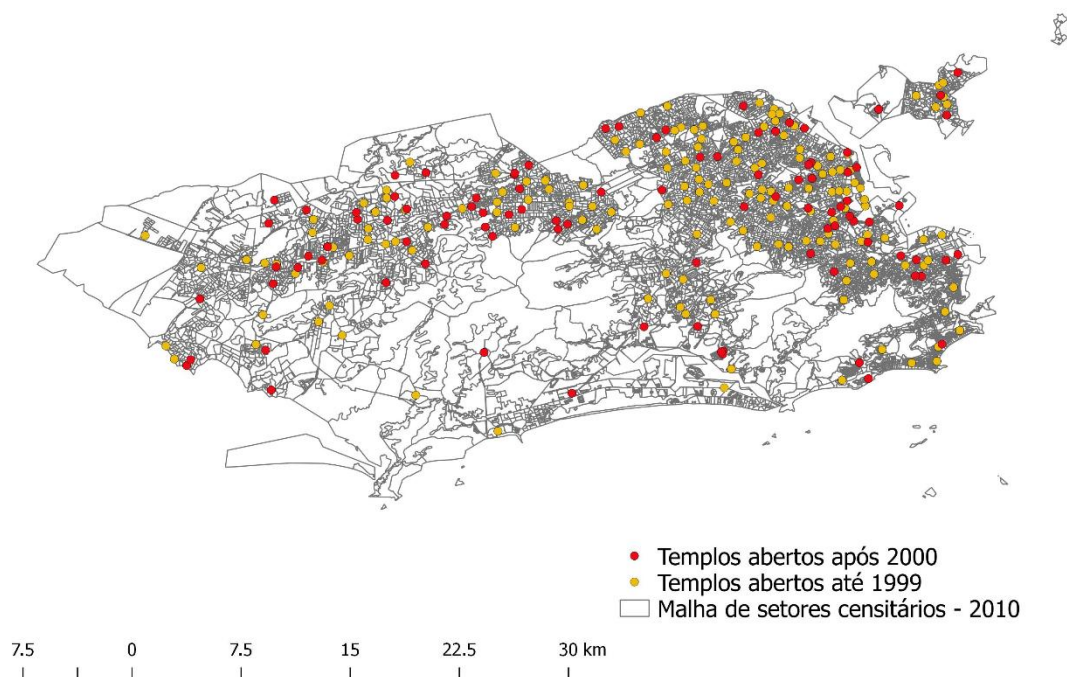


Figura 1b. Templos abertos até 2014

Com destaque para templos abertos após 2000



Observações: Todos os mapas são de elaboração própria, a partir de dados do IBGE e do MTE/RAIS. A malha de setores censitários foi utilizada como “*proxy*” para densidade demográfica – onde há maior concentração de polígonos de setores (locais no mapa onde não é possível distinguir as linhas que separam os polígonos, logo, a cor mais cinza fica mais sólida) há um adensamento de domicílios, segundo documentação do IBGE. Cada setor censitário tem, em média, 300 domicílios.

Figura 2: Abertura de Templos da IURD no município de São Paulo

Figura 2a. Templos abertos até 1997

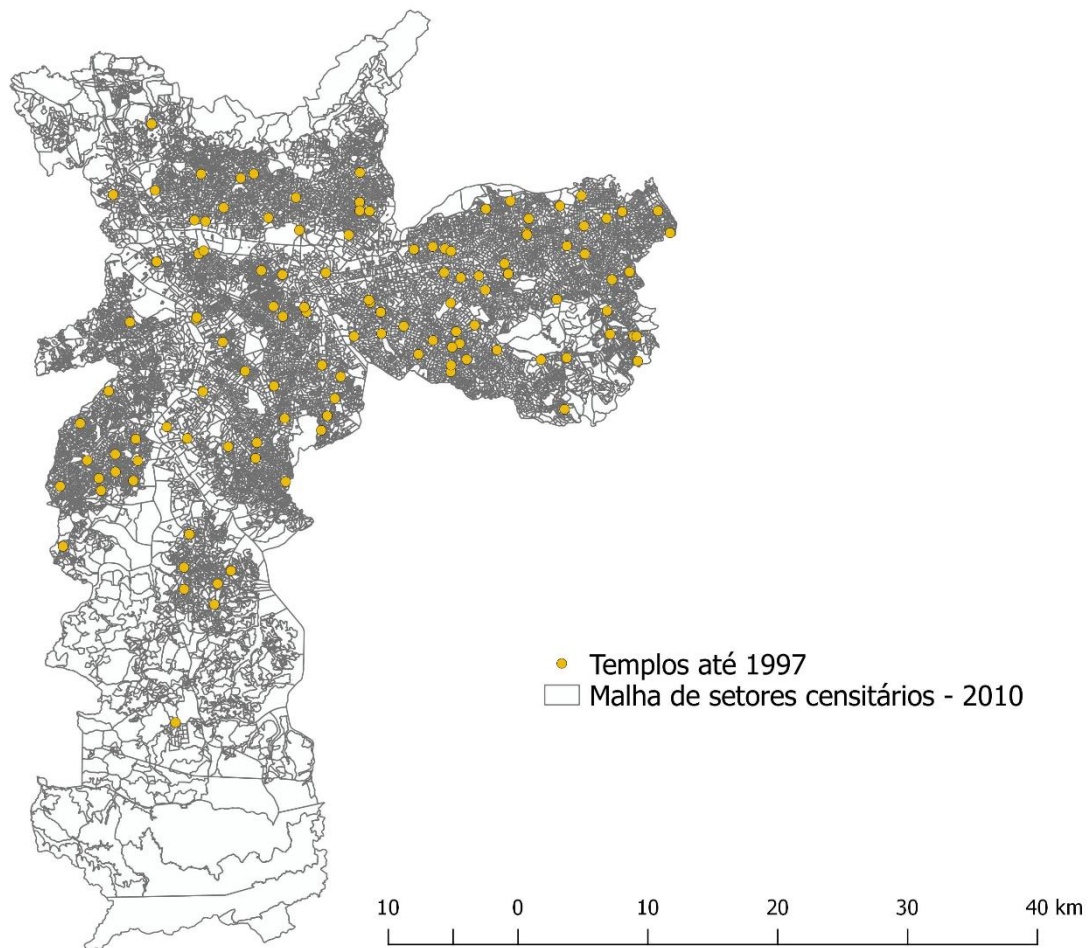


Figura 2b. Templos abertos até 1999
Com destaque para templos abertos entre 1998 e 1999

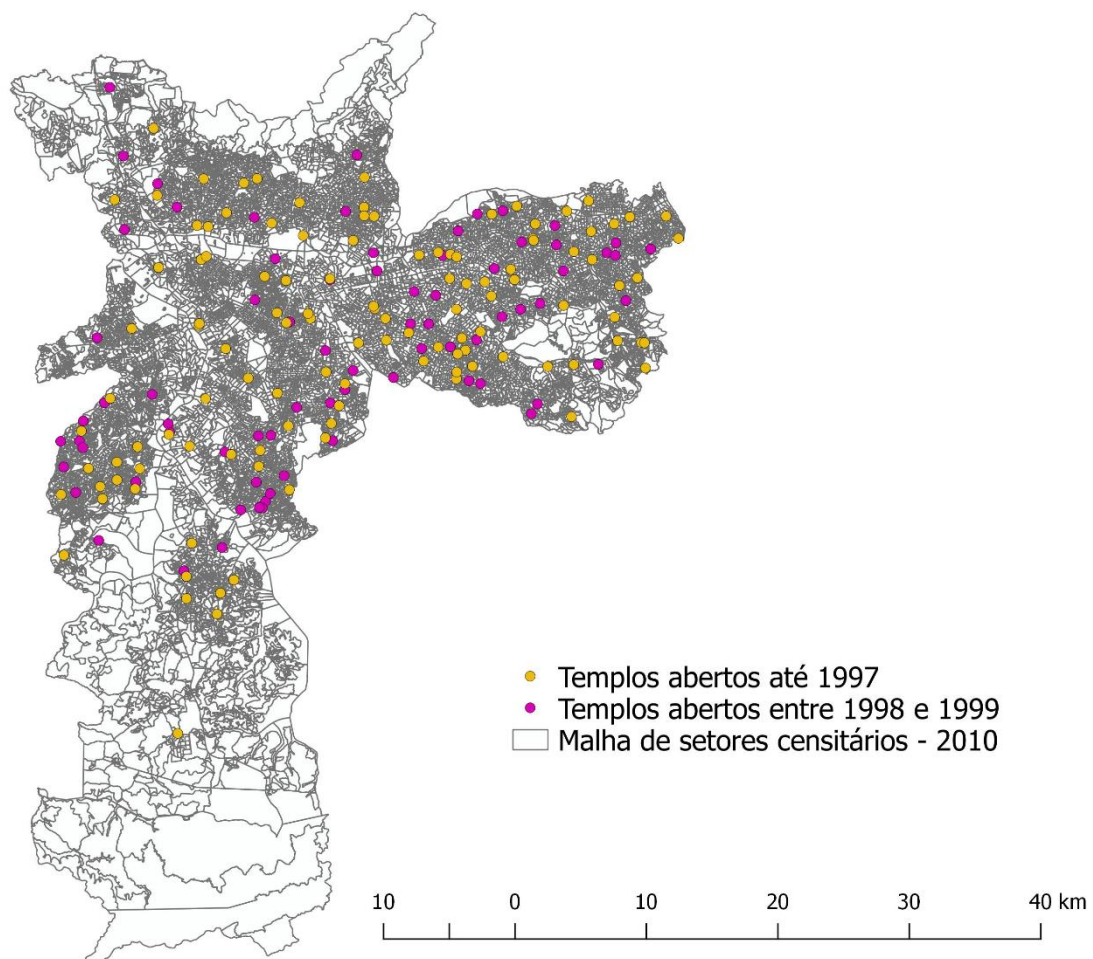
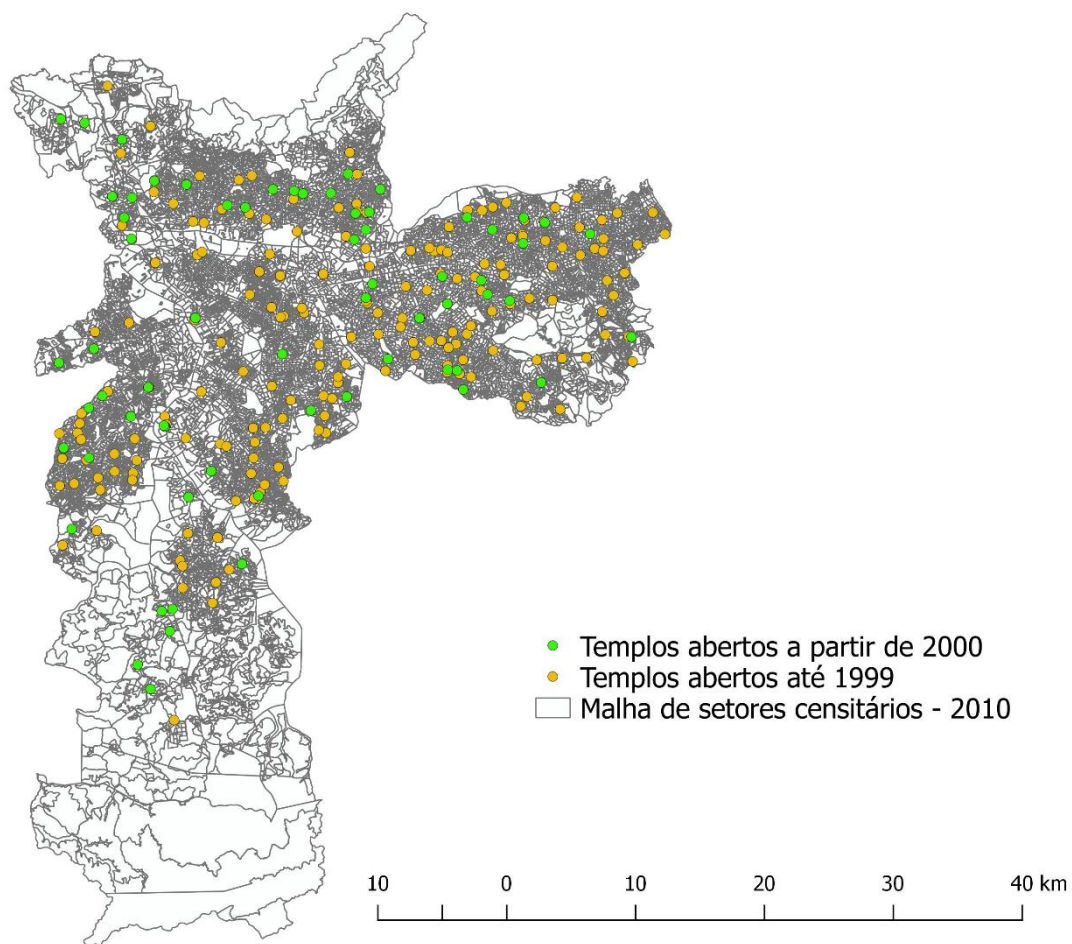


Figura 2b. Templos abertos até 2014

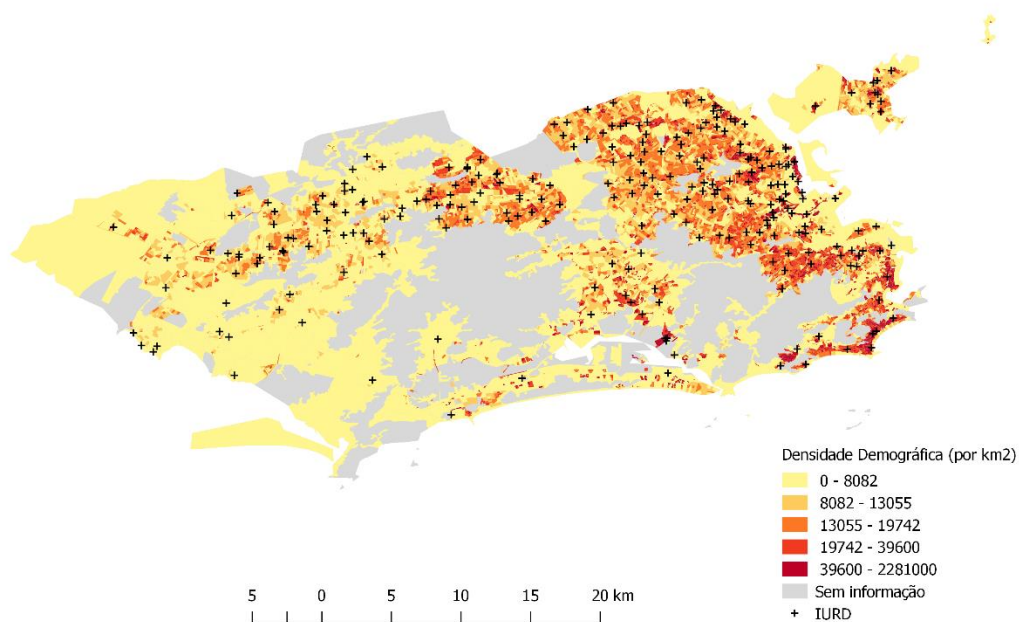
Com destaque para templos abertos após 2000



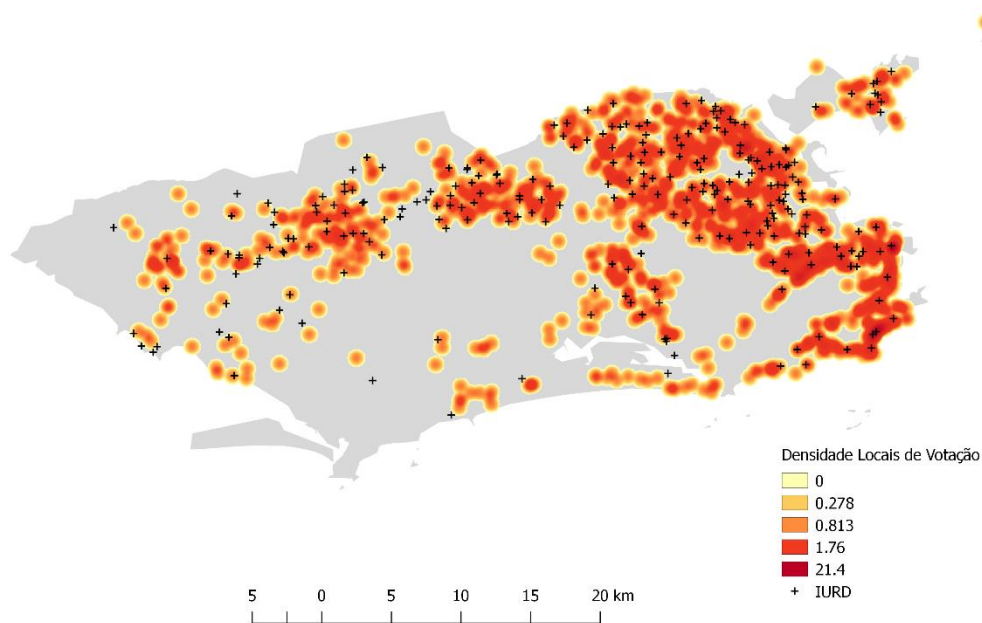
Observações: Todos os mapas são de elaboração própria, a partir de dados do IBGE e do MTE/RAIS. A malha de setores censitários foi utilizada como “*proxy*” para densidade demográfica – onde há maior concentração de polígonos de setores (locais no mapa onde não é possível distinguir as linhas que separam os polígonos, logo, a cor mais cinza fica mais sólida) há um adensamento de domicílios, segundo documentação do IBGE. Cada setor censitário tem, em média, 300 domicílios.

Figura 3: Distribuição Espacial da IURD no Município do Rio de Janeiro (2014)

a) Densidade Demográfica e Localização das Igrejas



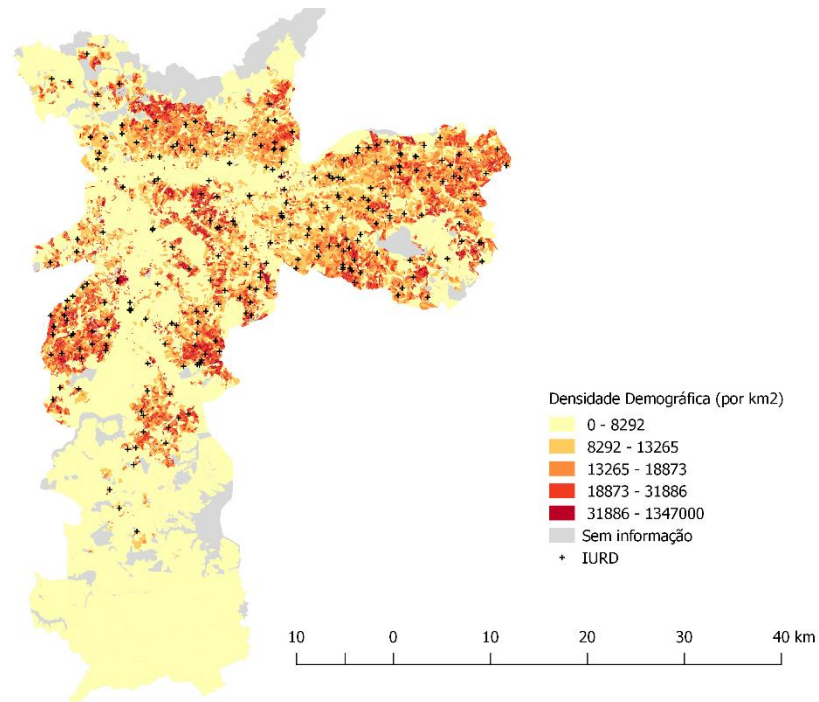
b) Densidade de Locais de Votação e Localização das Igrejas



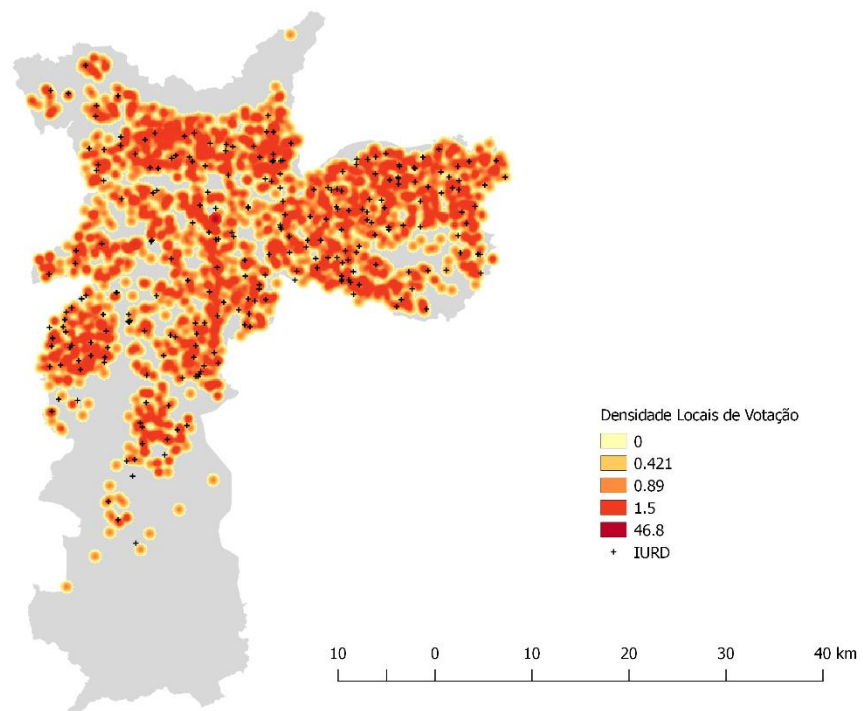
Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados do IBGE, RAIS e TSE.

Figura 4: Distribuição Espacial da IURD no Município de São Paulo (2014)

a) Densidade Demográfica e Localização das Igrejas



b) Densidade de Locais de Votação e Localização das Igrejas



Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados do IBGE, RAIS e TSE.

APÊNDICE II

Evolução do *Vote Share* para Deputado Federal por Partido (2006-2014)

	2006	2010	2014
DEM	-	0.074	0.042
PC do B	0.027	0.028	0.020
PCB	-	0.001	0.0004
PCO	-	0.000	0.0001
PDT	0.059	0.050	0.037
PEN	-	-	0.007
PHS	0.005	0.008	0.010
PMDB	0.183	0.130	0.111
PMN	0.012	0.011	0.005
PP	0.089	0.073	0.066
PPL	-	-	0.001
PPS	0.050	0.026	0.020
PR	-	0.074	0.058
PRB	0.003	0.018	0.046
PROS	-	0.000	0.020
PRP	0.002	0.003	0.008
PRTB	0.002	0.004	0.005
PSB	0.080	0.070	0.064
PSC	0.024	0.032	0.026
PSD	-	-	0.062
PSDB	0.159	0.116	0.115
PSDC	0.005	0.002	0.005
PSL	0.002	0.005	0.008
PSOL	0.012	0.012	0.017
PSTU	0.001	0.001	0.002
PT	0.168	0.169	0.137
PT do B	0.004	0.006	0.009
PTB	0.060	0.043	0.041
PTC	0.011	0.006	0.004
PTN	0.002	0.002	0.008
PV	0.041	0.037	0.020
SD	-	-	0.028
Total de Votos	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do CEPESPDData

Obs.: Os *vote shares* foram calculados com base na votação para deputado federal. Células com valores ausentes indicam que o(s) partido(s) não concorreu(ram) no determinado pleito. Para o cálculo de total de votos, não foram computados brancos e nulos, apenas votos válidos.

APÊNDICE III

Efeito da *Distância da Igreja no Vote Share do PRB (2008-2016)*

	Variável Dependente: <i>Vote Share PRB</i>		
	(1)	(2)	(3)
Intercepto	0.147*** (0.001)	0.077*** (0.002)	-2.669*** (0.294)
Distância	-0.000006*** (0.000)	-0.000004*** (0.000)	0.000002* (0.000)
Densidade do eleitorado	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
Município	-0.061*** (0.001)	-0.049*** (0.001)	-0.077*** (0.001)
Ano de eleição	0.047*** (0.001)	0.046*** (0.001)	-0.047*** (0.001)
Tempo de igreja		0.006*** (0.0001)	0.005*** (0.0001)
Igreja pré-1998		-0.078*** (0.001)	-0.056*** (0.001)
Fxet_1			0.16 (0.251)
Fxet_2			-0.741*** (0.149)
Fxet_3			-0.236*** (0.019)
Fxet_4			-0.283*** (0.014)
Fxet_5			-0.288*** (0.012)
Fxet_6			-0.206*** (0.013)
Fxet_7			-0.094*** (0.023)
Esc_1			3.116*** (0.307)
Esc_2			2.824*** (0.300)
Esc_3			3.085*** (0.294)
Esc_4			2.021*** (0.299)
Esc_5			3.138*** (0.295)
Esc_6			3.298*** (0.298)
Esc_7			2.119*** (0.298)
Esc_8			2.823*** (0.296)
N	14905	14905	14905
R ²	0.177	0.285	0.406

Fonte: Elaboração própria.

Obs: Signif. Codes: '***' 0.001; '**' 0.01; '*' 0.05; '.' 0.1. As faixas etárias 8 a 10 foram excluídas devido a multicolinearidade.

APENDICE IV

Figura 1: Índice de Moran - Município do Rio de Janeiro - 2008

Figura 1a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

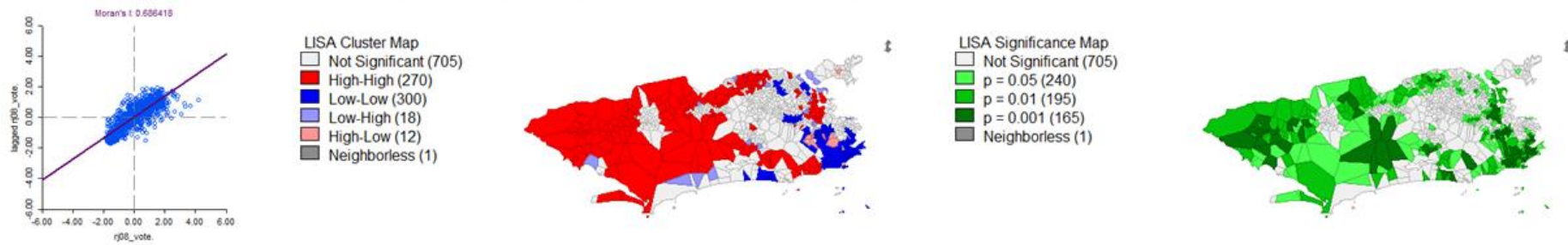


Figura 1b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

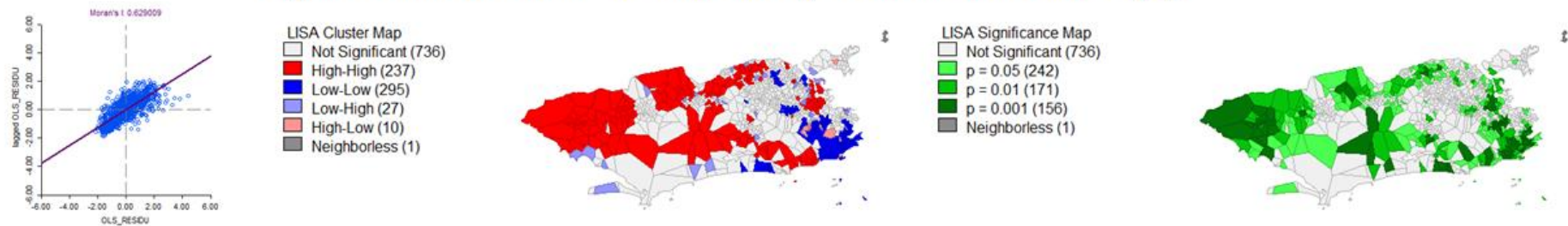


Figura 1c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja + Covariáveis

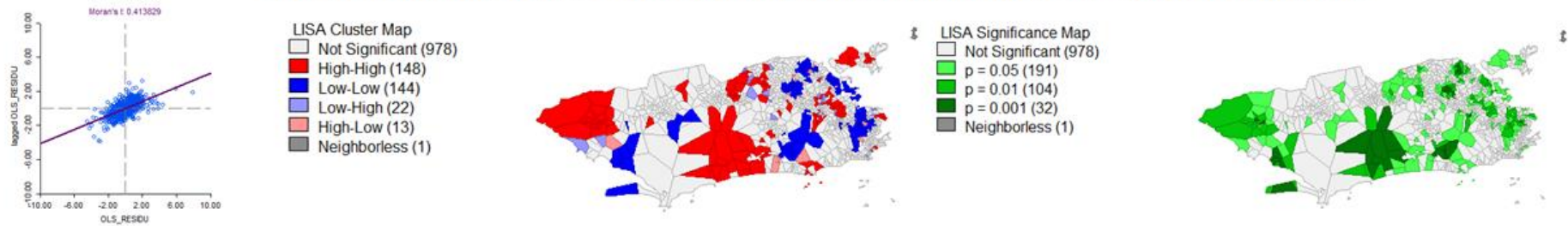


Figura 2: Índice de Moran - Município do Rio de Janeiro – 2010

Figura 2a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

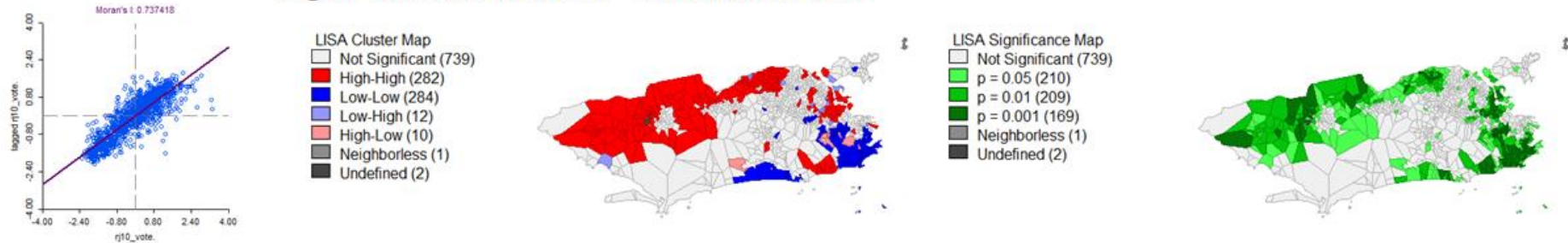


Figura 2b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

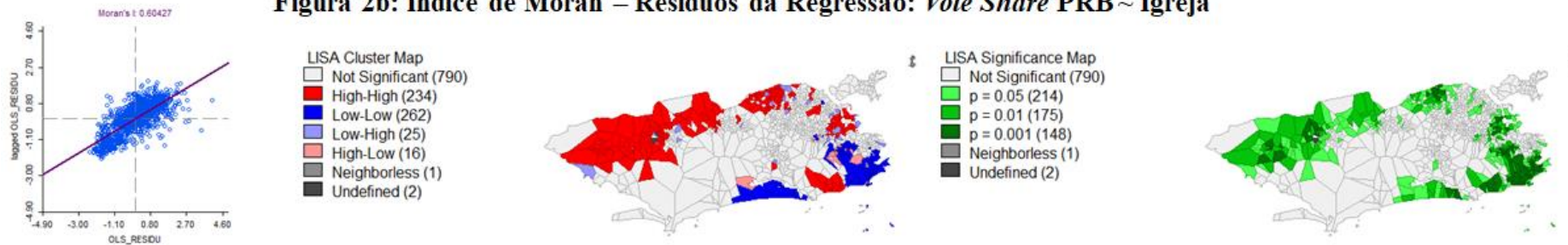


Figura 2c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja + Covariáveis

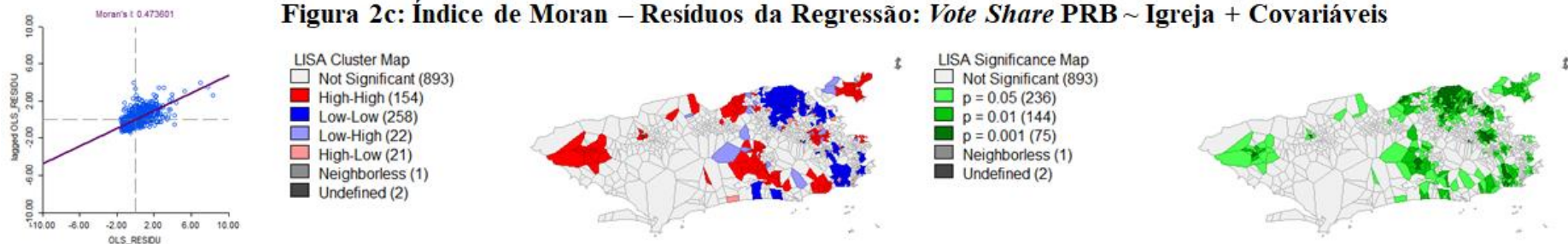


Figura 3: Índice de Moran - Município do Rio de Janeiro – 2010

Figura 3a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

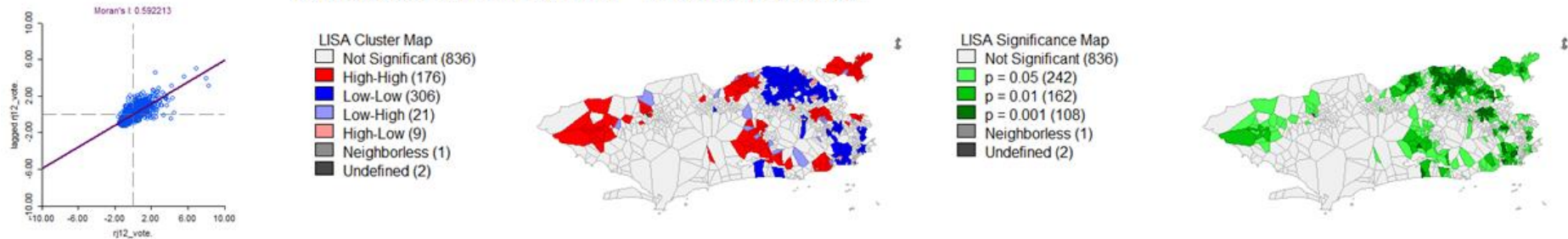


Figura 3b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

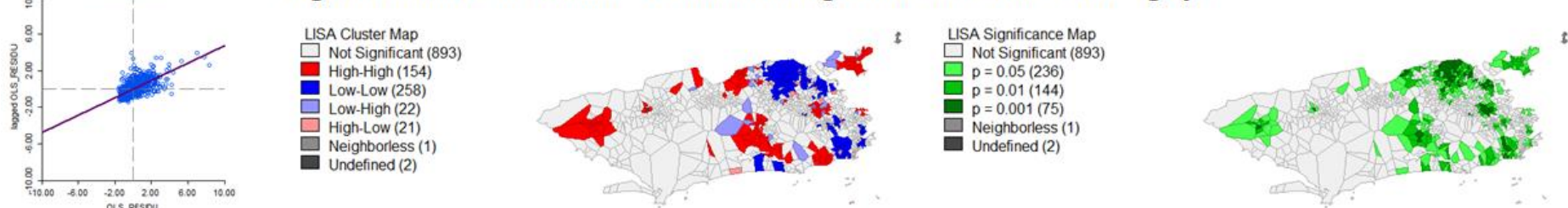


Figura 3c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja + Covariáveis

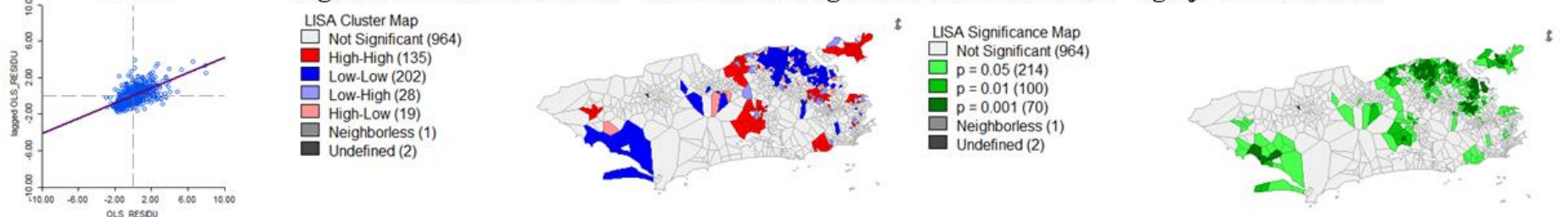


Figura 4: Índice de Moran - Município do Rio de Janeiro - 2014

Figura 4a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

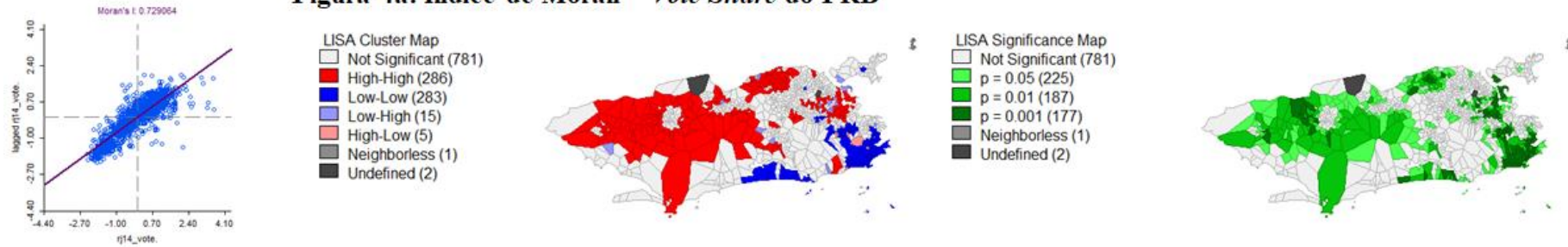


Figura 4b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

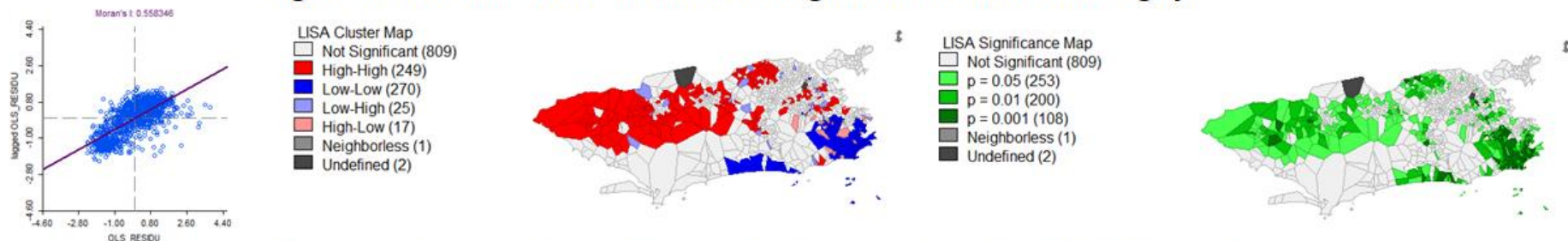


Figura 4c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja + Covariáveis

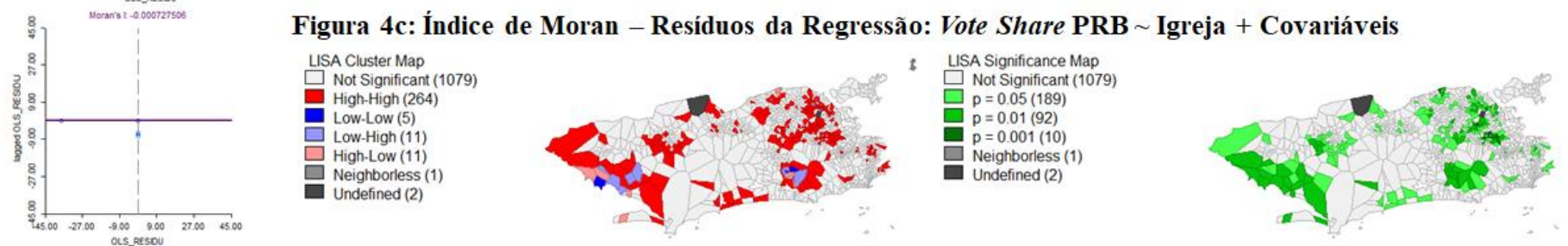


Figura 5: Índice de Moran - Município do Rio de Janeiro - 2016

Figura 5a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

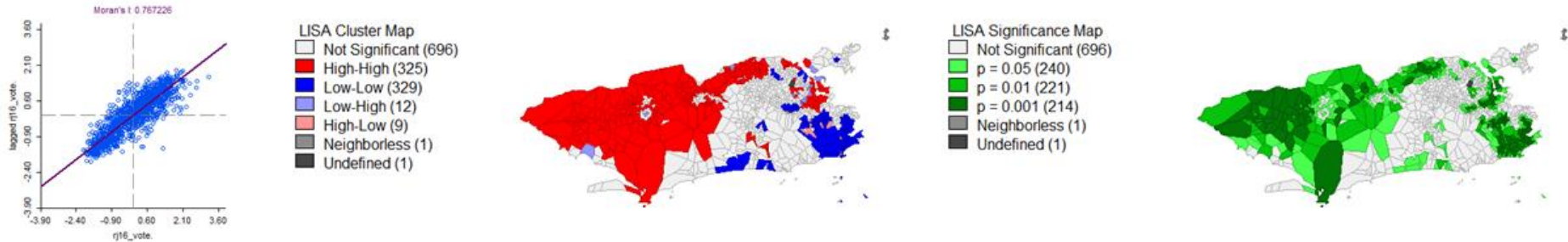


Figura 5b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

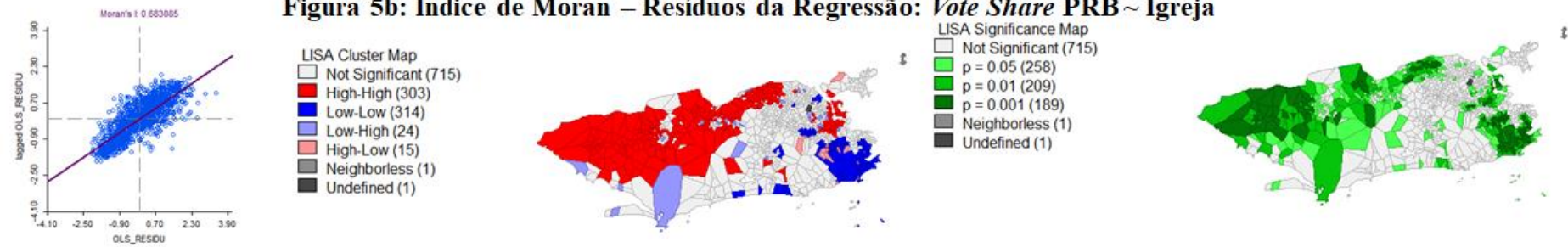
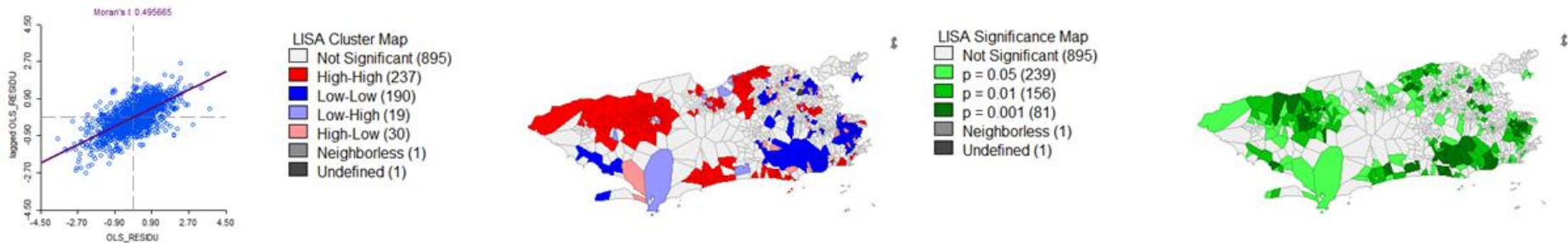


Figura 5c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja + Covariáveis



APENDICE V

Figura 1: Índice de Moran - Município de São Paulo - 2008

Figura 1a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

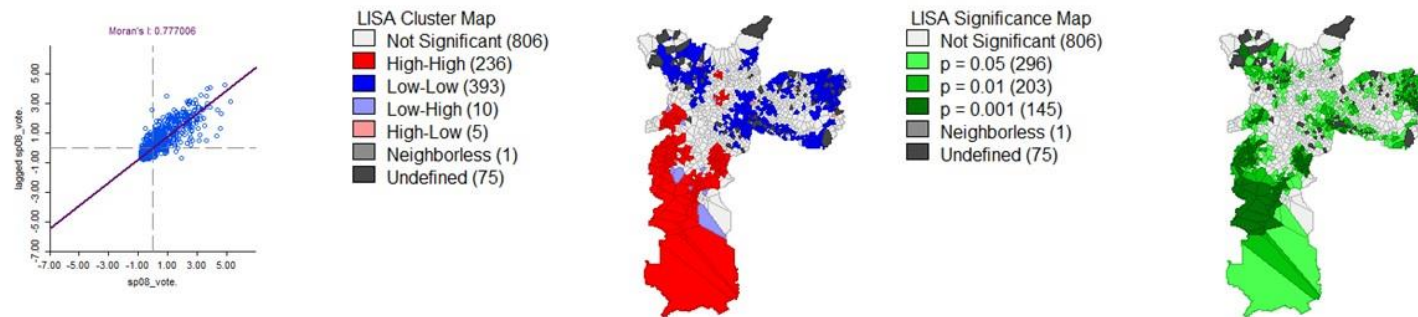


Figura 1b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

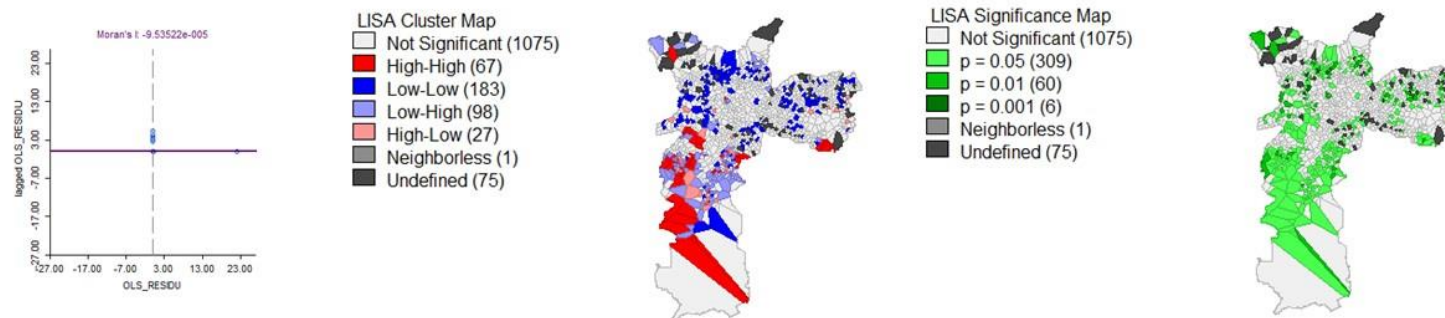


Figura 1: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2008 (continuação)

Figura 1c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share PRB ~ Igreja + Covariáveis*

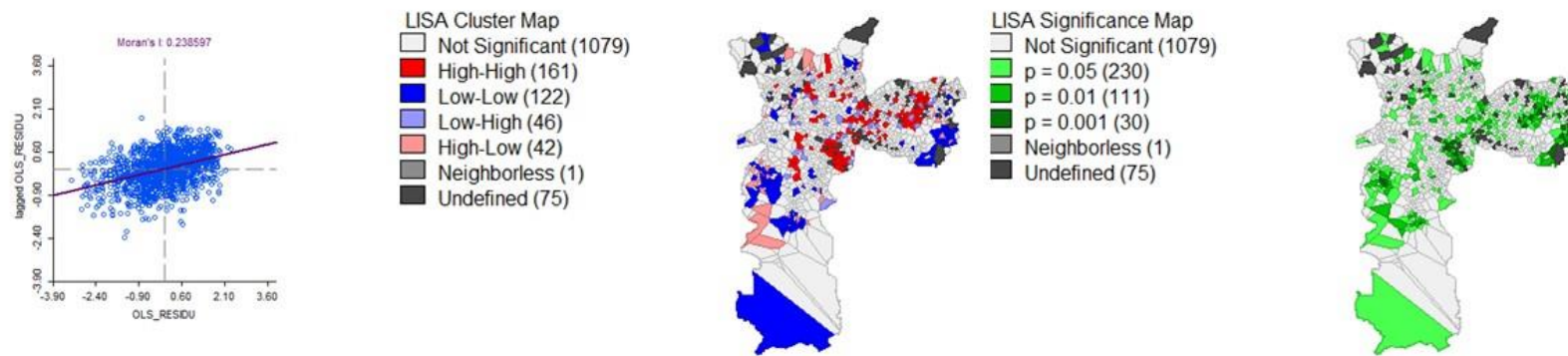


Figura 2: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2010

Figura 2a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

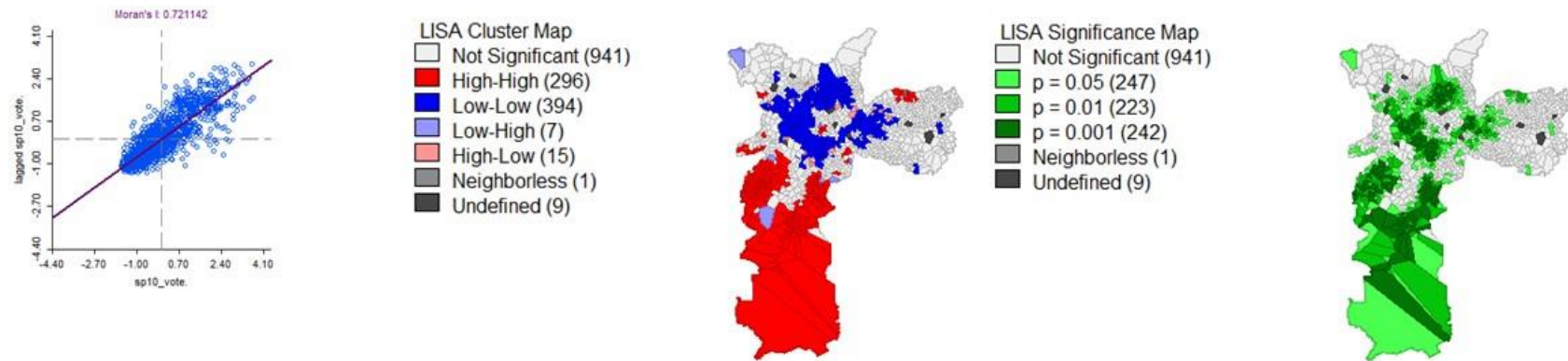


Figura 2b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

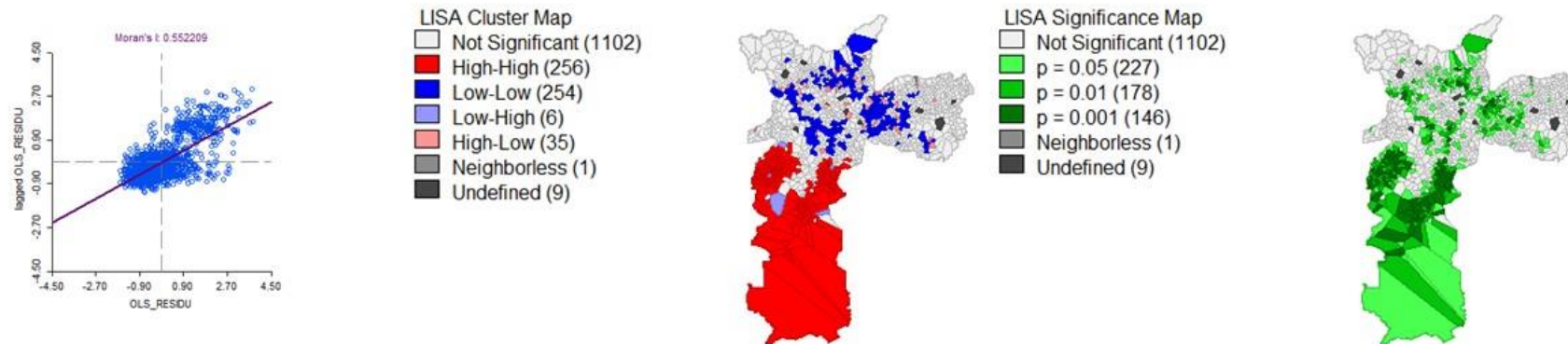


Figura 2: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2010 (continuação)

Figura 2c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share PRB* ~ Igreja + Covariáveis

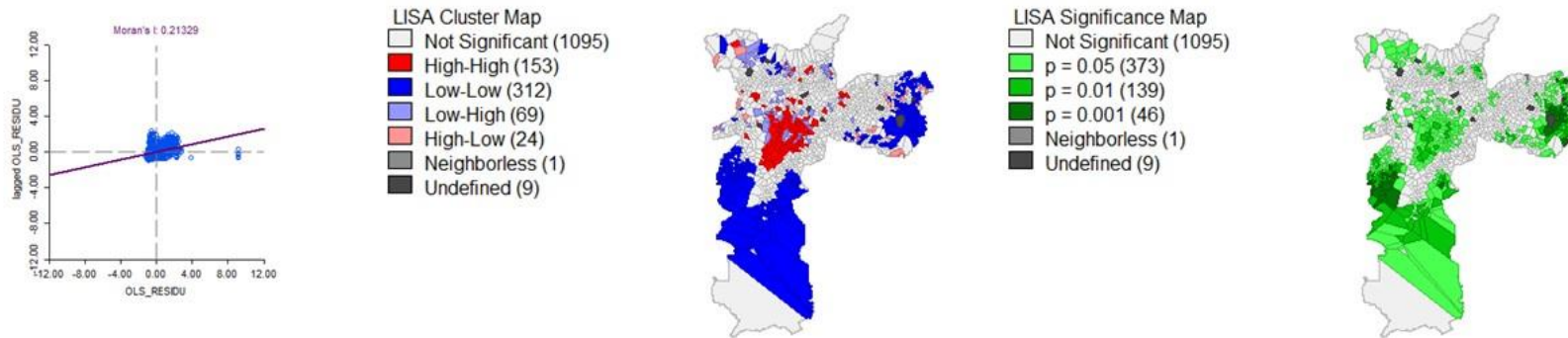


Figura 3: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2012

Figura 3a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

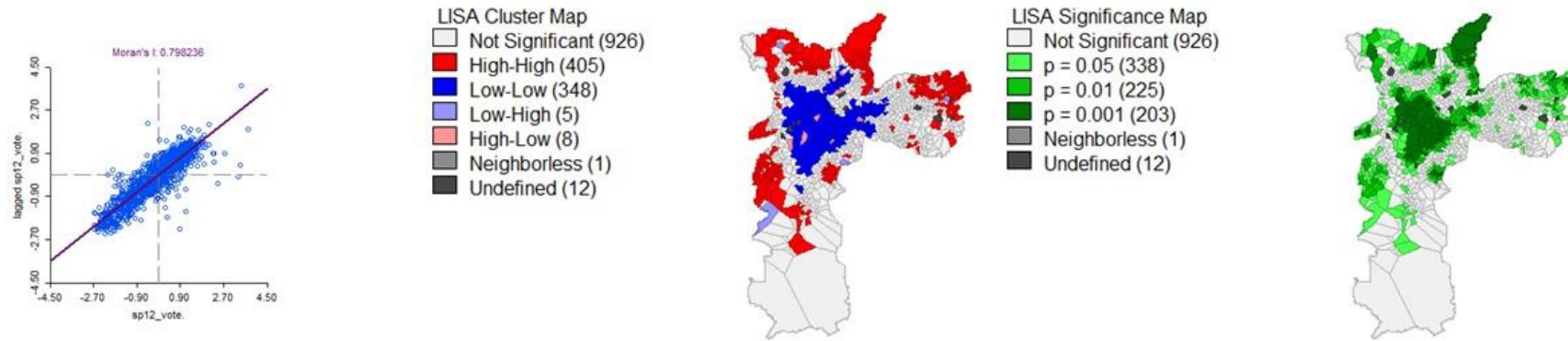


Figura 3b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

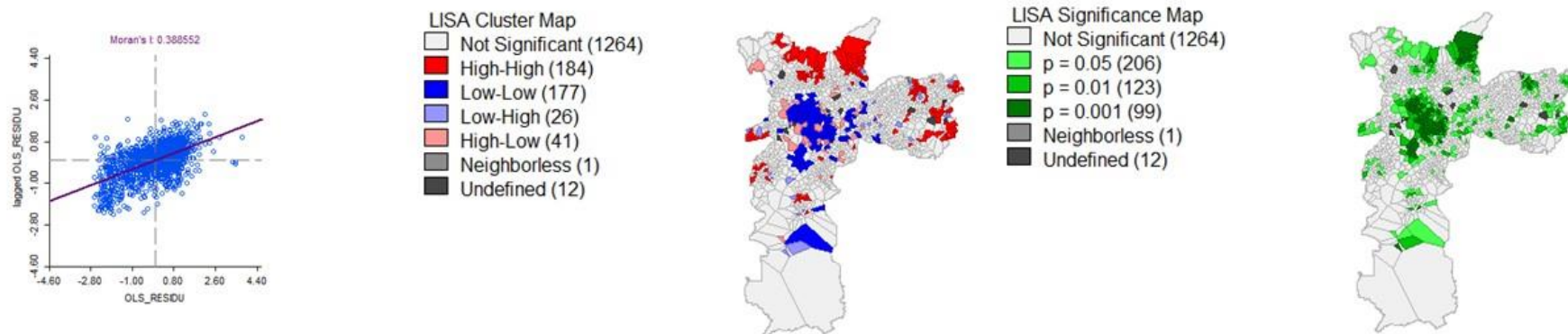


Figura 3: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2012 (continuação)

Figura 3c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share PRB* ~ Igreja + Covariáveis

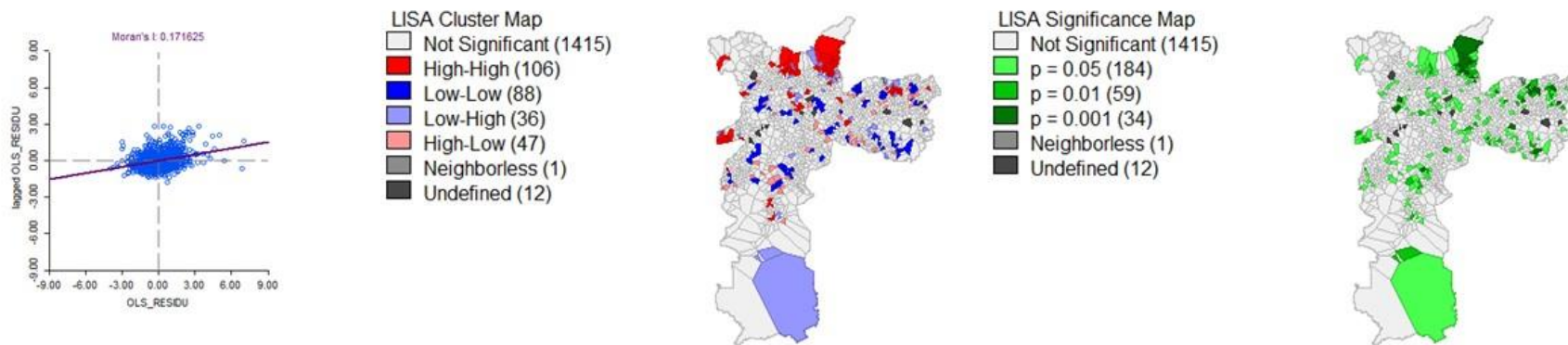


Figura 4: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2014

Figura 4a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

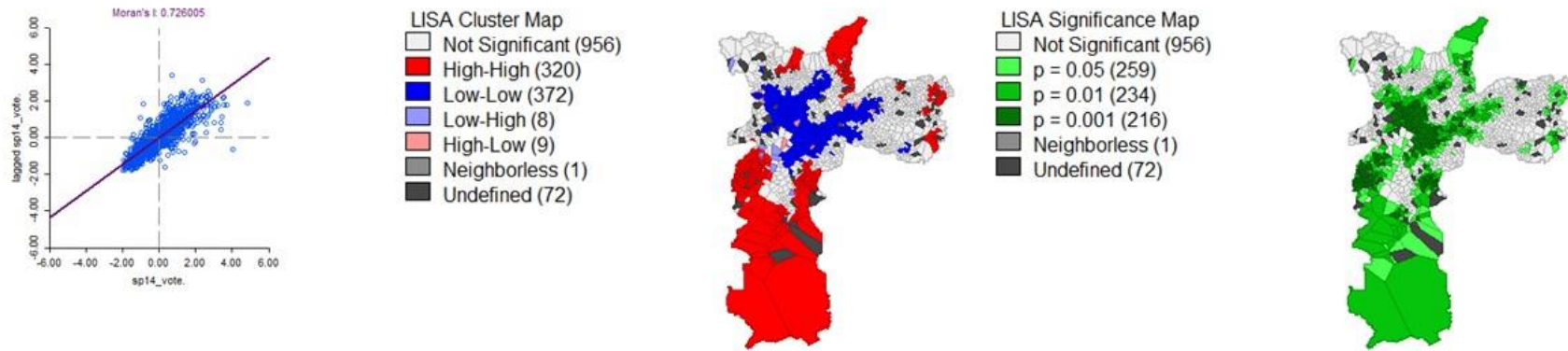


Figura 4b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

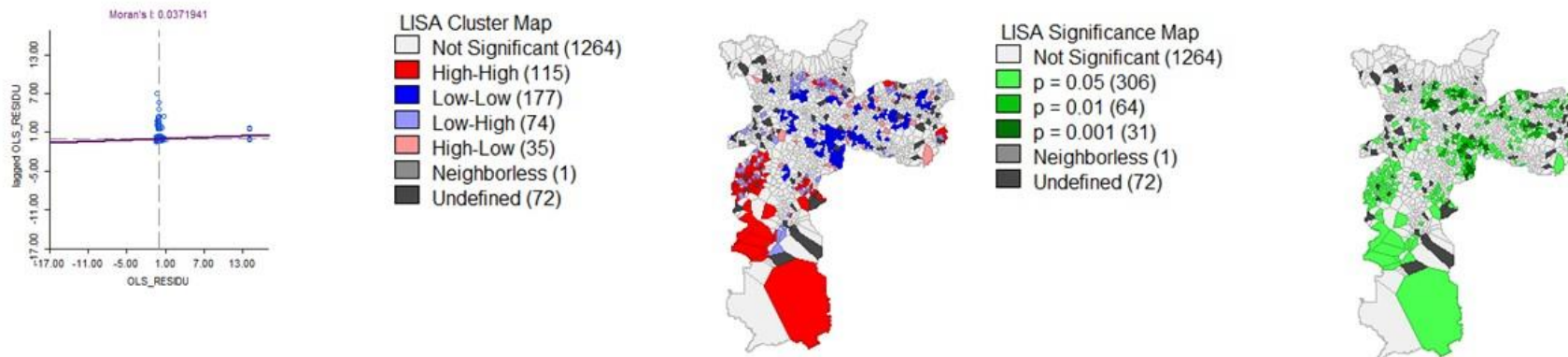
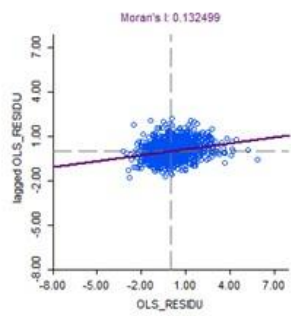
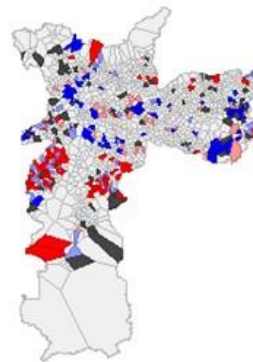


Figura 4: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2014 (continuação)

Figura 4c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share PRB* ~ Igreja + Covariáveis



- LISA Cluster Map
- Not Significant (1372)
 - High-High (108)
 - Low-Low (96)
 - Low-High (47)
 - High-Low (42)
 - Neighborless (1)
 - Undefined (72)



- SA Significance Map
- Not Significant (1372)
 - p = 0.05 (200)
 - p = 0.01 (72)
 - p = 0.001 (21)
 - Neighborless (1)
 - Undefined (72)

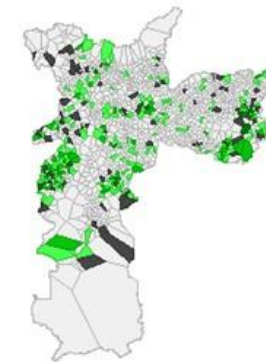


Figura 5: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2016

Figura 5a: Índice de Moran – *Vote Share* do PRB

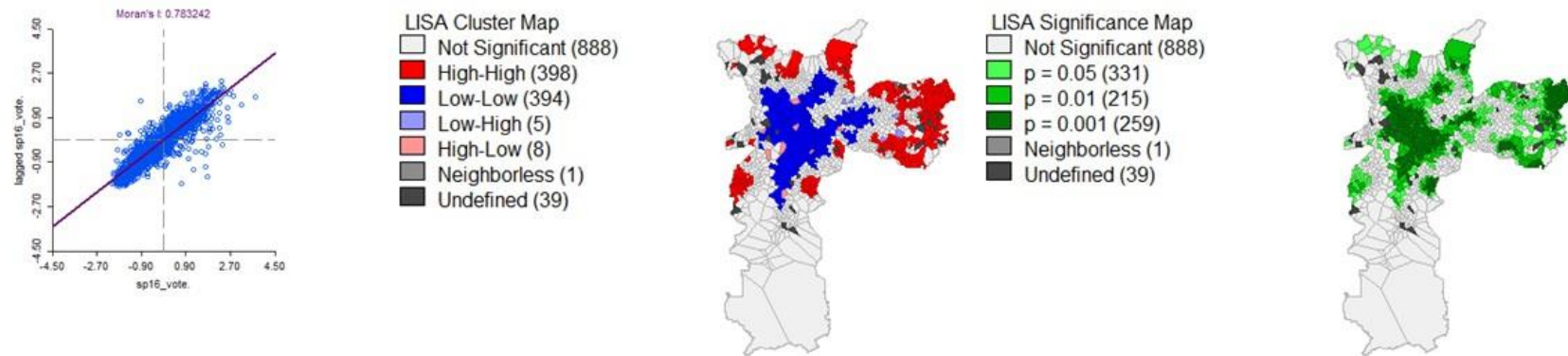


Figura 5b: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share* PRB ~ Igreja

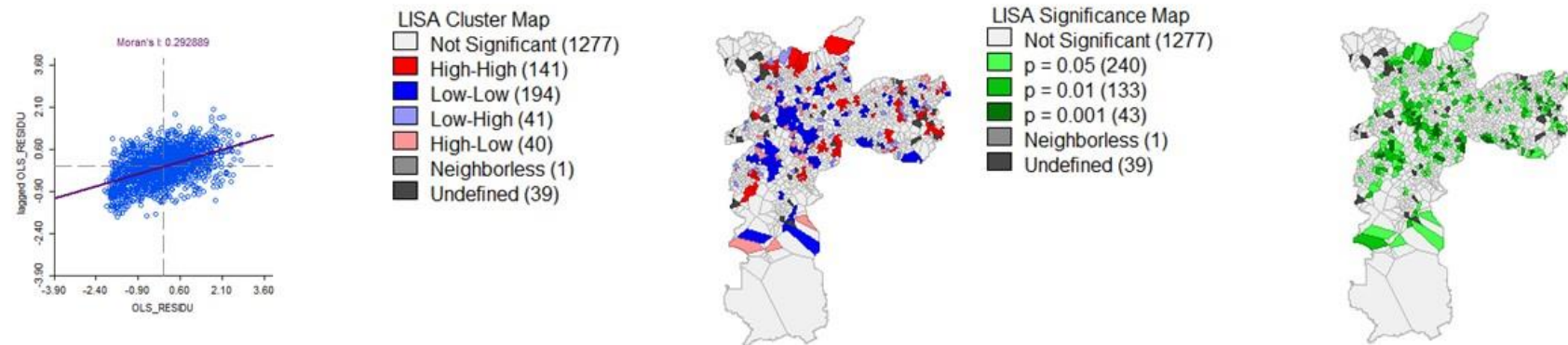


Figura 5: Índice de Moran - Município de São Paulo – 2016 (continuação)

Figura 5c: Índice de Moran – Resíduos da Regressão: *Vote Share PRB* ~ Igreja + Covariáveis

